

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 20 DE AGOSTO DE 2009

NÚMERO 6.076

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO COMUNISTA DO
BRASIL**
Líder: Angela Albino

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2076
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Avisos de Licitação.....	25
Medida Provisória.....	25
Ofício.....	26
Portarias.....	26
Projetos de Lei.....	28

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE, SOBRE SANEAMENTO EM FLORIANÓPOLIS E ADJACÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2009, ÀS 14H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, NESTA CASA

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - Autoridades presentes, senhores deputados, senhoras e senhores, boa-tarde.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública para debater o saneamento em Florianópolis e adjacências, proposta pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina através do seu presidente, o deputado Décio Góes.

Para compor a mesa de trabalhos convidamos as seguintes autoridades: senhor deputado Décio Góes, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; senhor Lício Mauro da Silveira, deputado estadual; senhor Leodegar da Cunha Tiscoski, secretário Nacional de Saneamento Ambiental; padre Cirio Vandresen, neste ato representando o senhor Altemir Gregolin, ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; senhor Márcio Porto, representante do Conselho Nacional das Cidades; senhor Paulo Orsini, gerente regional de Saúde, neste ato representando o senhor Valter José Galina, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; senhor Nelson Bittencourt, secretário adjunto da Habitação e Saneamento Ambiental, neste ato representando o senhor Dario Berger, prefeito municipal de Florianópolis; senhor Murilo Flores, presidente da Fatma; senhor Juliano Ranzolin, neste ato representando o senhor Onofre Santo Agostini, secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; senhor engenheiro Cezar Paulo de Luca, diretor técnico, neste ato representando a Casan; senhor Ricardo Castelli, coordenador regional do ICMBio.

O cerimonial comunica aos interessados em fazer uso da palavra que a inscrição poderá ser feita junto aos integrantes das Comissões ou na mesa de registro de autoridades.

Com a palavra o excelentíssimo deputado estadual Décio Góes, para a condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Boa-tarde a todos. Agradeço a presença saudando a mesa que foi agora nominada, bem como o deputado Renato Hinnig, que também se faz presente.

Inicialmente, peço desculpas pelo atraso, mas o deputado Reno Caramori não pôde estar presente na manhã de hoje na audiência pública e eu, como vice-presidente, tive que conduzir os trabalhos. Essa audiência terminou, praticamente, às 13h, e ainda havia uma reunião na sequência; logo, acabei me atrasando. Felizmente, foram dados alguns encaminhamentos em relação à população de Palhoça sobre o pedágio, junto com a Agência Nacional de Transporte Terrestre: foi definido um grupo de trabalho e vai ser construída uma ponte como caminho alternativo à BR. Enquanto isso, serão cadastrados os moradores de Palhoça (na região sul do município) que tenham veículos, para que eles sejam isentados do pedágio. Então, eu penso ser este um avanço que a audiência pública alcançou aqui na manhã de hoje.

Dando sequência ao nosso trabalho, ainda hoje temos aqui um assunto que foi demandado pela comunidade, pelos movimentos sociais. Recebemos várias solicitações para discutir a questão do saneamento na Ilha de Florianópolis e, claro, na região. A Comissão, então, atendendo essas solicitações, convidou para a audiência os interlocutores, os atores principais nessa questão do saneamento: a Casan, a prefeitura, a Fatma, o Núcleo Gestor do Plano Diretor, o Movimento Municipal de Saneamento, o próprio Ministério das Cidades (e a gente agradece a presença do secretário nacional Tiscoski; da Fatma, aqui representada pelo seu presidente; da Casan; enfim, de todos os interlocutores). A dinâmica da reunião abrange dar espaço aqui para esses atores que foram convocados, e logo em seguida abriremos a palavra para intervenções da comunidade. Depois, faremos os encaminhamentos finais.

Agradeço a presença do deputado Lício Mauro da Silveira e aproveito a oportunidade para registrar a presença das seguintes autoridades: Gilberto Del Pozzo, presidente do PT de Florianópolis; Cesar Cerutt, superintendente do Novo Ministério da Pesca; Paulo Jesé Aragão, presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; Carlos Averbeck, gerente de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal; Luis Sabanay, assessor especial do Ministério da Pesca e Aquicultura; Elio Bairros, presidente do Sinduscon; Vera Lúcia Concer Prochnow, neste ato representando o Sebrae; Flávia Ourofino, engenheira sanitária, neste ato representando a Comcap; Cedenir Valter Silva, neste ato representando o Conselho Comunitário do Rio Tavares; Jorge João de Souza, presidente do Instituto Consciência e Cidadania; Gerdfried Tribess, neste ato representando a Acic; Jesse Salgado, arquiteto da Pistelli Engenharia; Flávio

de Mori, presidente da Associação de Moradores de Ratores; Dalto Ribeiro Prestes, coordenador do Conselho Comunitário dos Ingleses; professor Paulo Belli Filho, representando o Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina; Valdeci da Silva, neste ato representando o deputado federal Jorge Boeira; senhora Wilma (mãe dos surfistas), neste ato representando os moradores da Joaquina; Emilio Kleber, presidente da Cooperativa Agrícola da Ilha de Santa Catarina; Marcos Pinas, vice-presidente regional da Grande Florianópolis da Federação das Associações dos Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc); Paulo Henrique Spinelli, diretor da Comunidade Associação Comercial e Industrial de Florianópolis; Gilmar de Paula, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Água, Esgoto e Meio Ambiente; Nelson Mota, presidente da Associação de Moradores de Santo Antonio de Lisboa; Ataíde Silva, presidente da Associação de Moradores do Campeche; Gert Schinke, neste ato representando a Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (Feec); Jeffrey Hoff, representante do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis (eu o convidado a participar da mesa de trabalho); Loureci Ribeiro, representante do Movimento Municipal pelo Saneamento (também o convidado a participar da mesa); Arian Bechara, gerente de projetos do BNDES (o BNDES e a Caixa dão o suporte financeiro para os projetos de saneamento e do Ministério das Cidades); Guilherme Albuquerque, gerente de projetos do BNDES; Ricardo Camargo Vieira, vereador de Florianópolis; e Manoel Renato Machado, diretor da Secretaria Nacional de Saneamento.

Dando sequência, passamos a palavra para o representante da Prefeitura Municipal de Florianópolis, por dez minutos, para falar do diagnóstico, da situação sanitária atual, dos objetivos e metas do Sistema Municipal de Saneamento, dos programas, projetos e ações necessárias e dos mecanismos de participação e controle social. Com a palavra o senhor Nelson Bittencourt, secretário adjunto da Habitação e Saneamento Ambiental, neste ato representando o senhor Dário Berger, prefeito de Florianópolis.

O SR. NELSON BITTENCOURT - Boa-tarde a todos. Em nome do nosso prefeito Dário Elias Berger quero cumprimentar o nosso deputado Décio Góes pelo convite para nos fazermos presentes a uma discussão tão importante para o nosso município, que é a questão do saneamento. Cumprimento também o nosso presidente Leodegar Tiscoski (é uma honra tê-lo em nosso município), os demais componentes da mesa e os representantes de toda a comunidade florianopolitana.

Início minha fala fazendo um breve relato sobre a questão do saneamento do município e adjacências.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

A estrutura da apresentação vai abranger a conceituação de saneamento básico; as responsabilidades do saneamento básico em Florianópolis; as ações institucionais dos municípios para se adequarem à Lei Federal 11.445/2007 e a situação atual do nosso município; e o diagnóstico atual das ações de saneamento básico no nosso município.

O saneamento é definido como o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, desde a captação até a ligação domiciliar; esgotamento sanitário (coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto); limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final); drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (transporte, retenção e disposição final).

Aqui aparece uma breve exposição do abastecimento, esgotamento e limpeza e manejo dos resíduos sólidos.

Responsabilidades executivas no saneamento básico do município de Florianópolis: o exercício da titularidade é do município. A ação indelegável é o planejamento, que é executado pela nossa Secretaria. As ações a serem delegadas são: regulação e fiscalização, que serão feitas através da Aresf (eu vou fazer um relato mais a frente sobre o que se trata), a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Florianópolis; e prestação do serviço, hoje feita pela Casan e Comcap (serviços esses de saneamento).

Sobre a operacionalidade do sistema de saneamento básico, o sistema de abastecimento de água e de esgoto é feito pela Casan; a limpeza urbana e a coleta de resíduos sólidos são feitos pela Comcap; os sistemas de drenagem são realizados pela prefeitura, através da Secretaria de Obras; e o planejamento e gestão são de responsabilidade da Secretaria de Habitação e Saneamento, da qual eu sou secretário adjunto.

A respeito das ações institucionais dos municípios para se adequarem à lei federal (isso dentro da Política Federal de Saneamento), são exigências legais para a adequação dos municípios: assumir a titularidade dos serviços; a criação do Conselho Municipal; a criação do Fundo Municipal; a elaboração do Plano Municipal; e a criação da Agência Reguladora dos Prestadores de Serviços no município.

Sobre a situação atual do município, já foi feito um convênio de cooperação para gestão associada de serviços de água e esgoto

entre o município e o governo do Estado, com a intervenção da Casan, em julho de 2007. Já foi criado o Conselho Municipal de Saneamento, em 19 de novembro de 2007; foi criado também o Fundo Municipal de Saneamento pela Lei Complementar 310/2007. Está em elaboração o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico; e também em tramitação na Câmara de Vereadores a criação da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico (a Aresf, sobre a qual comentei anteriormente).

A atribuição do Conselho Municipal de Saneamento é auxiliar o município na formulação da Política Municipal de Saneamento Básico. Ele tem caráter consultivo e o fórum de debates é a Conferência Municipal de Saneamento, realizada a cada dois anos. O Conselho é composto por dez representantes do setor público e dez representantes da sociedade.

Objetivos das ações institucionais. O Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis está em elaboração. Quanto ao processo de elaboração: já foi contratada a empresa especializada por processo licitatório; acompanhamento e aprovação por grupo técnico executivo, composto por técnicos da Secretaria de Saneamento e Habitação, da Floram e da Vigilância Sanitária. Participação social de universidades, entidades de classe, concessionárias dos serviços, através do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Sobre as audiências públicas nos quinze distritos que compõem o município eu vou fazer um relato mais a frente, havendo também uma audiência geral para a aprovação do próprio plano.

Os produtos do Plano: definição das unidades territoriais de análise e planejamento por bacia hidrográfica; e a elaboração dos diagnósticos (diagnóstico social, de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem e manejo de águas pluviais, e de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos). Com base nos diagnósticos serão criados cenários que apresentarão a tendência, a situação possível e a situação desejável dos serviços de saneamento básico.

Será elaborada uma versão preliminar, contendo: princípios, objetivos, plano de metas, programas, instrumentos, ações de emergências, divulgação, compatibilização política e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, outros mecanismos e a hierarquização das áreas de intervenção prioritária. Essa versão preliminar do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico será apresentada, nos quinze distritos, através das audiências públicas. Depois, uma versão final será apresentada numa audiência geral para encaminhamento de projeto de lei à Câmara de Vereadores.

Sobre a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico (Aresf), seu objetivo é fazer cumprir as políticas de saneamento básico, garantindo: eficiência, sustentabilidade técnica e econômico-financeira; cumprimento das metas; estabelecimento de padrões e normas; e repressão ao abuso do poder econômico. As suas prerrogativas são poder de polícia e autonomia orçamentária, funcional, administrativa e financeira. Sua atribuição é exercer a regulação dos serviços promovendo o controle, a normatização e a fiscalização nos seus aspectos técnicos, econômicos, contábeis, financeiros e jurídicos.

O Fundo Municipal de Saneamento Básico tem por atribuição financiar e realizar a gestão financeira e contábil das ações da Política Municipal de Saneamento Básico. Sua receita é gerada por meio de transferências do Orçamento Geral do Município, de alienações patrimoniais, de aplicações financeiras, de produtos de convênios, de arrecadação de multas e juros de mora, e de outras receitas próprias.

Quanto ao diagnóstico atual das ações de saneamento básico no município, o abastecimento de água, hoje, encontra-se em torno de 99,5% e é operado, basicamente, por três Sistemas Integrados de Florianópolis. Ali *(aponta para imagem)* você tem as localizações, a população, a vazão e o manancial que alimenta o Sistema Integrado. Temos, ainda, o Sistema Costa Norte e o Sistema Costa Leste, da mesma forma, com todas essas informações.

Sobre a questão do esgotamento, um breve histórico: em 1877, o esgoto era transportado em jarros, em potes. Em 1911, a gente teve a primeira unidade de tratamento de esgoto, que era simplesmente para atender a parte central de Florianópolis, para 4.200 edificações; e em 1992, então, foi construída a Estação de Tratamento de Esgoto Insular, localizada embaixo da ponte, para atender em torno de 44 mil edificações.

O atendimento da população por rede coletora é feito desde 1970. Quanto à projeção, hoje atendemos aproximadamente 51% da população, com um déficit de 49%. Com as ações que vou mostrar mais a frente, chegaremos a 62% em 2010, e a perspectiva, dentro de nossa programação, é atendermos 75% da população em 2012.

Essas são as ampliações da rede coletora de esgoto, são as etapas que estão em andamento. As obras no município incluem Cacupé, Sambaqui, Santo Antônio de Lisboa, Canto da Lagoa, Maciço do Morro da Cruz, Tapera, Campeche e Ribeirão da Ilha. Ali são as obras e seus valores. Já a segunda etapa abrange as seguintes comunidades: Ponta das Canas e Cachoeira do Bom Jesus (que já estão em andamento), Ingleses, Canto do Lamim, Beira-Mar

continental, Itacorubi, Costeira do Pirajubaé e Pântano do Sul.

Sobre os resíduos sólidos, um breve relato. Hoje, o aterro sanitário localizado em Biguaçu atende, em média, 12 mil toneladas por mês, e a reciclagem, atualmente, está tratando em torno de 150 toneladas por mês.

A solução para os resíduos sólidos está condicionada à ação conjunta do Poder Público e da comunidade. São os três Rs de que a nossa especializada, a engenheira sanitária Flávia, fala: redução do volume produzido, reciclagem dos resíduos produzidos e reaproveitamento dos resíduos.

É isso, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Convido o senhor Manoel Renato Machado Filho, diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da Secretaria Nacional de Saneamento e do Ministério das Cidades, para participar aqui da mesa e dividir com o secretário Leodegar as informações técnicas.

Passo a palavra, por dez minutos, ao senhor Cezar Paulo de Luca, diretor técnico, neste ato representando a Casan, para fazer a apresentação do plano, diretrizes, metas e cronogramas, avaliação dos impactos dos projetos e obras em desenvolvimento no município e região.

O SR. CEZAR PAULO DE LUCA - Boa-tarde aos senhores e às senhoras. É um prazer muito grande estar aqui, nesta tarde, cumprimentando o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, deputado Décio Góes, nosso conterrâneo, e cumprimentando também o secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar Tiscoski, casualmente também do sul. É um prazer muito grande estar aqui com vocês, nesta audiência pública. Cumprimentando-os, eu queria cumprimentar as demais autoridades da mesa e todas as autoridades e representantes sociais aqui presentes.

É com grande satisfação que a gente, ao longo dos últimos anos, se conectou, vamos dizer assim, a uma luta do saneamento básico de Santa Catarina, que de muito era um sonho, de muito nem chegava perto da esperança. Mas, graças a uma série de fatores que ocorreram e vêm ocorrendo em Santa Catarina, e mais ainda a partir da Lei Federal 11.445, de 2007 (que colocou um marco muito importante para o saneamento nacional e, com certeza, proporcionou um futuro a toda a população brasileira), a situação mudou.

Apesar das discussões, dos detalhes, das interpretações, a Casan (que nesse meio tempo também sofreu um processo de reestruturação que mudou a sua capacidade de operação e de investimentos) tem conseguido, sim, avançar nesse processo. Na região de Florianópolis e adjacências (como foi intitulado o seminário), podemos dizer que muitas dificuldades, a partir de 2007, vieram a ser somadas. Por exemplo, o fato de não termos mais uma região metropolitana, certamente, vai dificultar ao Poder Público traçar um planejamento em toda essa região. Está em vias de ser reconstituída, parece-me, mas é muito importante esse processo.

Nós temos, na região de Florianópolis e adjacências (que eu diria região metropolitana agora), alguns municípios em que a Casan não presta mais seu serviço de saneamento básico (como Palhoça, por exemplo). Então, nesse contexto, tem que se planejar e tem que se buscar uma ação que, agora dificultada por petições políticas, podem retardar esse avanço significativo que pretendíamos alcançar aqui em Florianópolis.

Nós temos, hoje, em Santo Amaro, 20% do esgoto urbano coletado - e eu vou me reter mais à questão do esgoto, que é o nosso grande problema, a nossa grande demanda, até porque a prefeitura se referiu à questão de água e ela já tem sido mais fácil de equacionar. Nós temos o problema de tratamento de esgoto em São José (hoje temos apenas 30% de coleta e tratamento); e temos o problema de Florianópolis, em que só temos 50% de coleta e tratamento de esgoto (depois eu vou fazer a explicação desses 50%, que é muito importante). Em Biguaçu ainda está uma situação meio que, temporariamente, indefinida, porque a renovação do convênio com a Casan ainda não se realizou, embora as negociações estejam avançadas (mas não está plenamente sedimentado, o que coloca a região metropolitana ainda numa discussão de planejamento até institucional).

Eu queria trazer aos senhores, porque o tempo é muito curto para se falar de tudo, o plano que foi traçado para Florianópolis dentro da Ilha de Santa Catarina, até porque ele é bastante polêmico (e a polêmica é muito importante num ambiente como este, para que se possa chegar com razão aos melhores resultados).

Eu queria, já antes de iniciar esta apresentação, agradecer, mas agradecer muito ao governo federal, que tem sido um parceiro do Estado e da Casan muito importante. Realmente, nós temos sido agraciados com um esforço muito grande que o governo federal também está fazendo, em nível de Brasil, no PAC, mas que para nós aqui, face à condição do saneamento de Santa Catarina, vai ajudar a mudar a página dessa história ruim.

Quero agradecer a algumas instituições federais, como o Ministério das Cidades; o BNDES, que tem sido um parceiro com muita paciência, vamos dizer assim, quanto à questão financeira e à revisão

de projetos; e a Caixa Econômica Federal. Também não poderia deixar de lembrar o suporte que o secretário Nacional de Saneamento está dando, lá em Brasília, para que a gente possa avançar substancialmente neste processo.

Em nível local... Imaginem vocês como era a empresa Casan, que historicamente era uma empresa executiva que não tinha base numa política estadual de saneamento firmada, que tentava com os municípios, de forma isolada, criar um modelo de saneamento num ambiente sem recursos. Imaginem a dificuldade que também representava para a instituição Casan poder construir alguma coisa. Mas isso está mudando, em nível estadual temos também uma boa parceria, a Secretaria está desenvolvendo bem o trabalho. Em nível municipal, com a contratação do Plano Municipal de Saneamento, que é ferramenta social no sentido de realmente trazer para dentro da construção todos os anseios populares, tem sido fantástico esse trabalho conjunto - e em curto prazo, porque estamos trabalhando num ambiente de dois anos, não estamos trabalhando dez anos, quinze anos ou vinte anos.

Então este ano, por exemplo, tivemos reuniões com o Ministério Público estadual e federal; tivemos audiências públicas - e vou citar aqui algumas que foram muito importantes na construção do que temos até agora (e certamente vai haver mais contribuições): a da Barra do Sambaqui, a do Ribeirão, a do Campeche. Quer dizer, tivemos contribuições populares muito importantes nessas discussões, para que a gente possa, realmente, fazer saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário na Ilha. Isso não é só questão de saúde pública; eu diria que a vida está representada, aqui na Ilha, por essas obras.

Sem esse sistema que consiga trabalhar 100% o esgoto da Ilha de Florianópolis, nós vamos continuar matando os nossos mangues. Nós vamos continuar matando os nossos mangues, porque mesmo que se queira, que se tenha sonho, não se conseguiu construir ainda em Florianópolis essa defesa desse conjunto que a gente tem no meio ambiente da Ilha de Santa Catarina.

Então eu queria, com essa pequena introdução, passar aos senhores... Até porque muitos já a conhecem, o pessoal do Conselho Municipal já a conhece, o pessoal do Ministério já a conhece, o pessoal do BNDES já a conhece. Quer dizer, esta apresentação já foi feita outras vezes, mas eu queria mostrá-la aos senhores para que todos tenham ideia da grande luta que está sendo travada em termos de investimento público no esgoto sanitário de Florianópolis.

(*Procede-se à apresentação de imagens.*)

Nós temos ali a bela Ilha de Santa Catarina, uma representação da situação atual do que tem funcionando em termos de distribuição física. Em verde é o que já está realizado, está operando; e alguns sistemas implantados, que não estão operando (inclusive tem isso na Ilha, a gente consegue fazer e não consegue, depois, operar). Os sistemas em planejamento e projeto estão em amarelo, em implantação.

Este é o gráfico que sustenta o planejamento do esgoto sanitário da Ilha. Nós temos duas curvas (uma em azul escuro e essa outra mais roxa ou lilás, em cima) que mostram a população de Florianópolis segundo a projeção do Plano Diretor, desde 2000 até 2007, e acima com a sazonalidade. Significa o seguinte: Florianópolis, na média do município (questão local), possui locais na Ilha que recebem 200% a mais de população no verão, mas como município a média é de 67% de acréscimo de população.

Eu queria também saudar a senadora Ideli Salvatti (sua presença muito nos honra), já agradecendo também o grande papel que ela está desempenhando nesse processo de salvamento da vida na Ilha de Santa Catarina.

(*Mostra imagem.*) A curva traçada em amarelo é a do crescimento com as obras em execução ou planejadas do PAC e do JBIC, que seria um investimento complementar na Ilha de Santa Catarina. Então, se hoje temos 50% de atendimento, em 2012 nós devemos chegar a 100%. E aí eu vou fazer um breve debate desses 100%, porque foi falado em 50%: é em relação à população fixa do município, porque todos os cálculos em nível nacional são em relação à população fixa. Então, 100% são relativos, não quer dizer que todos os lugares da Ilha já tenham a universalização do saneamento nesse período. Muitos lugares não terão, mas nós teremos nível de atendimento para 100%, o que está muito longe ainda de atender toda a população quando chega o verão, porque acresce mais 67%, mas nós acreditamos que em 2015 tenhamos 133% em relação à população fixa.

Em cima disso, então, Florianópolis hoje tem as redes de estação de tratamento de esgoto e coleta em operação (está em verde); as que não estão operando (e tem uma construída em Ingleses, mas não está operando por questões de licenciamento); e as ETES projetadas, como historicamente existiam na Casan.

(*Mostra imagem.*) Saco Grande insular lança nas baías. O projeto que a Casan possuía, originalmente, nem era lançar no mar, dentro das baías; era simplesmente jogar nos pequenos cursos d'água que existiam dentro da Ilha. Muitos deles, com certeza, podiam inicialmente, para aquele projeto, ter capacidade de diluição, mas em

longo prazo isso não ocorreria. Então, num primeiro momento, a Casan, quando começou o PAC, tinha os projetos, precisava apresentar os projetos, e se não apresentasse não tinha recursos para Santa Catarina. Dessa forma foram entregues lá em Brasília, no Ministério das Cidades, na Secretaria, estes projetos aqui, também com o conceito desse lançamento nas baías. Nós temos o Campeche, que aqui não aparece como lançamento por emissários marinhos, mas ele jogaria no Rio Tavares. Isso era o projeto original, o que realmente era preocupante.

Além disso, tinha ainda projetado no crescimento com o Plano Diretor um emissário oceânico na Barra da Lagoa, um no Rio Vermelho, o de Ingleses e o da Joaquina, além do Pântano do Sul, então, que seria fora das baías, vamos dizer assim.

Diversos fatores levaram à mudança radical nesse plano, e um deles, com certeza, foi a participação popular nas audiências públicas que foram realizadas naqueles locais para se apresentar o projeto, muitas delas convocadas por entidades políticas e, principalmente, pela Câmara de Vereadores de Florianópolis.

Foram fatores relevantes que mudaram o planejamento desse processo todo: o aumento continuado da degradação dos manguezais e a perda de qualidade de contato primário (quer dizer, a nossa balneabilidade cada vez pior); a complexidade da multiparticipação administrativa e a complexidade legal, criando dificuldades para a celeridade dos licenciamentos ambientais; a falta de um consenso entre os projetistas e as comunidades beneficiadas com projetos, principalmente a localização de entes e emissários; a visão de longo prazo na preservação das baías norte e sul, possibilitando ações continentais de esgotamento sanitário numa administração possível, acredito ainda, da região metropolitana; a real possibilidade (talvez até tenha pesado muito isso também) das perdas dos recursos financeiros das obras do PAC (pelo fato dos conflitos das licenças difíceis nós acabaríamos perdendo esse recurso valioso que, pela primeira vez, chegou aqui na nossa cidade, na Capital do Estado); e outros, pela falta de prioridades, como tínhamos o problema de Santo Antônio e Sambaqui, Daniela e Jurerê, Ribeirão, Campeche e Pântano do Sul.

Então, a mudança de linha do plano de esgotamento considerou que nós tínhamos que acabar com aquele paliteiro de emissários marinhos. Dessa forma, nós lançamos isso em duas fases no plano.

Aqui aparecem novamente as estações que já operam: a que está construída, em nível primário, lá em Ingleses, e a do Campeche. Aqui fica aquela correção também: por que o projetista, quando encaminhou, encaminhou ao Campeche? Na realidade, a estação de tratamento não fica no Campeche, nem o curso d'água que daria diluição ao esgoto tratado fica no Campeche. A estação fica na Cachoeira do Rio Tavares, e o lançamento seria na baía sul. Ficou a marca Campeche porque era a comunidade mais beneficiada; 90% do esgoto coletado e tratado no projeto era do Campeche; por isso, chamou-se Projeto Campeche.

Traçamos o planejamento de fazermos um projeto estruturante para a Ilha de Santa Catarina. Num primeiro momento, a linha em vermelho representa o eixo que trabalhará, vamos dizer assim, a parte do centro (bairros centrais, periferia do centro) até o sul da Ilha, desde Santo Antônio. Daqueles *n* emissários marinhos, prevê-se apenas um emissário oceânico. Da mesma forma o norte, desde a Daniela, passando por Canasvieiras e Ingleses (também um emissário). Quer dizer, de treze emissários marinhos ficariam dois, retirando-se inclusive o de Saco Grande, que já está em operação. Esse modelo é o que se está discutindo no Conselho Municipal, e a gente está, *pari passu*, avançando. Em paralelo (e mais importante que se diga), com os projetos sendo encaminhados para que não se percam os recursos do PAC.

Este projeto concebe o atendimento a um milhão de pessoas da Ilha. Então, o crescimento populacional previsto pelos estudos populacionais do Plano Diretor estaria abrangido dentro desse projeto.

Aí colocamos, só como ordem de prioridade, o que precisamos construir antes para que não se percam esses recursos e, realmente, possamos defender os nossos mangues.

E as obras substanciais são importantes porque não tem como fazer tudo se não tivermos onde lançar o esgoto tratado. E existem exigências da Fatma e vamos cumprir todas, com certeza. Então, está bem evoluído nesse sentido.

Aqui é como ficaria esse sistema lançando em dois emissários oceânicos. Então, é a continuidade do que temos que fazer para que este projeto, este plano seja implantado na sua totalidade.

Aqui é uma amostra dos estudos de dispersão marinha (isso está nos estudos encaminhados para a Fatma, que estão em discussão). Então é a análise que mostra aqui o ponto de lançamento, projetado como se fosse esgoto bruto (e já não é mais, será esgoto tratado) para dispersão marinha, o que vai melhorar muito mais ainda. Essa *performance*, em todos os lugares do mundo, é feita com esgoto bruto - e nós aqui vamos ter um cuidado maior, porque a lei ambiental do nosso Estado assim o exige.

Aqui é o caso de como seria a emissão nos Ingleses (também aqui na pior situação, se fôssemos jogar esgoto bruto). Quer dizer, não tem nenhum risco para a balneabilidade, e muito menos contatos primários. Esse estudo está na Fatma, não vou detalhá-lo.

Eu quero voltar ao início do discurso: o apoio que estamos tendo em nível de governo federal. Para construir esse novo modelo nós estamos conseguindo outros recursos que não eram previstos. Estive inclusive em Brasília, na quarta-feira, e voltei mais esperançoso ainda do que quando fui. Nós tínhamos, para a Ilha (e aqui eu coloquei neste quadro, para tentar resumir), diversos projetos isolados, com estações isoladas, e acabamos perdendo a oportunidade de implantá-los como concebidos. Sobraria, nesse contexto (do que já estava contratado no BNDES), R\$ 32 milhões. Simplesmente, esse dinheiro desapareceria do saneamento da Ilha de Santa Catarina, porque não conseguimos implantar o tratamento na Barra como projetado.

Então tivemos que mudar, e tínhamos um medo muito grande de perder esse dinheiro. E numa visita que tivemos da comissão técnica do BNDES à Casan nós colocamos essa questão para eles, e eles entenderam - e aí eu queria pedir aos senhores que dessem uma salva de palmas ao BNDES, porque eles permitiram que esse dinheiro continuasse em Santa Catarina. (*Palmas.*)

O conjunto de projetos demanda mais R\$ 150 milhões; nós não tínhamos isso. Com o BNDES aceitando essa parceria de remanejar os R\$ 32 milhões, nós resolvemos os problemas da Bacia F, principalmente, e conseguimos, com o remanejamento também do PAC (onde, através das instruções normativas 14 e 15, o governo federal coloca mais recursos para saneamento no Brasil), confirmar inclusive lá no gabinete da Casa Civil e pela senadora, mais R\$ 103 milhões para que sejam aplicados em saneamento em Santa Catarina, complementares aos projetos do PAC. Isso possibilitou, dentro desse contexto, nós colocarmos os projetos dos emissários de interligação, que podem recolher então o esgoto e levar para uma outra situação.

Finalmente, dentro da IN 15, que era o projeto em que estaria concebido o financiamento através da Caixa Econômica Federal (e estaria concebido dentro deste o projeto de Ingleses com tratamento secundário), nós tivemos a grata satisfação de escutar da secretária Miriam, lá em Brasília, que R\$ 100 milhões dentro do processo do IN 15 ainda serão direcionados para Santa Catarina.

Então não podiam ter sido notícias melhores, realmente, para o saneamento básico, para a Ilha de Santa Catarina. Nós estaremos investindo com o governo federal, com o governo estadual e com o município, neste processo, mais de R\$ 200 milhões, coisa que nem se imaginava pensar há três anos.

Coloco-me à disposição para eventuais debates e perguntas. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Antes de passar a palavra para a Fatma falar da situação do saneamento e das unidades do sistema, e da síntese dos pareceres das avaliações do impacto ambiental, eu queria avisar para vocês que aquela moça lá no fundo é a Caroline e ela está recebendo as inscrições para quem quiser, depois, falar.

Agradeço a presença da senhora Vera Maria Flesch, coordenadora do Fórum da Bacia do Itacorubi; e registro a presença da Isolde Espindola, gerente do Patrimônio da União de Santa Catarina. Aqui ao meu lado está a senadora Ideli Salvatti, que aceitou o nosso convite e está acompanhando todo esse processo, sendo inclusive responsável pelas várias emendas e recursos nessa área do saneamento.

Também recebi mensagem, justificando a ausência e agradecendo o convite, do doutor Luis Eduardo Couto de Oliveira Souto, promotor de Justiça da Coordenadoria do Meio Ambiente, e do ministro da Saúde José Gomes Temporão.

Passo a palavra ao senhor Murilo Flores, presidente da Fatma, para que faça suas considerações por dez minutos.

O SR. MURILO FLORES - Deputado Décio Góes, primeiro peço licença para ficar sentado porque não posso ficar muito tempo em pé, estou me recuperando de uma cirurgia.

Quero, inicialmente, agradecer o convite para estarmos aqui no dia de hoje, nesta importante audiência, em mais uma etapa neste debate sobre o tema do nosso saneamento aqui na Grande Florianópolis. Cumprimento a senadora Ideli Salvatti, em nome de quem cumprimento todos os componentes desta mesa, as senhoras e os senhores aqui presentes.

Eu queria começar esclarecendo que a Fatma não é um órgão de formulação de políticas públicas no âmbito do meio ambiente ou de saneamento. A Fatma é um órgão técnico, que tem como responsabilidade, entre outras, analisar as propostas dentro do ponto de vista da legislação ambiental (se são possíveis ou não de receberem o licenciamento e, se são, em que condições esse licenciamento poderá ser expedido para a execução do empreendimento, seja ele qual for).

Nesse sentido, a Fatma trabalha para a liberação da licença prévia de instalação ou de operacionalização, com base nas resoluções do Consema no que se refere a este tema nosso aqui (que é a

Resolução 01, de 2006, e a Resolução 03, de 2008, que na realidade se remetem à Resolução do Conama 237, de 1997). Então, basicamente, a Fatma faz a análise das proposições à luz do que essas resoluções definem. Entre outras coisas, elas definem os Estudos de Impacto Ambiental e os Relatórios de Impacto Ambiental, o EIA/RIMA, que são peças fundamentais para a análise dos potenciais problemas que possam emergir do empreendimento (e que prevê, no âmbito da sua execução, as audiências públicas para um amplo conhecimento pela população desses Estudos de Impacto Ambiental e, particularmente, do Relatório de Impacto Ambiental, que faz a tradução técnica daquilo que está sendo observado, como estudos que permitiriam a implantação do empreendimento).

Além disso, nos licenciamentos estão previstas as medidas que devem ser cumpridas. No caso do saneamento, aquelas que se referem ao monitoramento, que deve ser trimestral ou semestral (dependendo do tipo de análise que vai ser feita), e que a concessionária deve apresentar, seja ela quem for, no âmbito da previsão feita no licenciamento.

No momento, a Fatma faz a análise de duas situações: dos dois Estudos de Impacto Ambiental apresentados sobre os emissários submarinos dos Ingleses e do Campeche, que são os documentos que recebemos bastante recentemente. Adianto (vou fazer alguns comentários específicos) que já temos uma análise preliminar somente do caso dos Ingleses, não temos ainda do caso do Campeche. Não temos ainda em nossas mãos o projeto que envolve Santo Antônio, Sambaqui e Cacapé. Ele ainda não nos foi apresentado, nem o que foi apresentado aqui, todo esse complexo do sul da Ilha, que remeteria também o saneamento para a estação de tratamento do Campeche e o possível emissário submarino partindo do Campeche. Também não temos ainda esse projeto em análise.

Então temos em análise, concretamente, neste momento, os dois Estudos de Impacto Ambiental. Adianto (e inclusive a Casan ainda não conhece o teor de algumas coisas que vou considerar aqui) e também faço a ressalva de que se trata apenas de um documento produzido para esta reunião, ainda, de uma análise preliminar. Volto a afirmar: não cabe à Fatma analisar se deve ou não ter o emissário submarino ou um sistema de tratamento de efluente diferente do que foi proposto. Cabe à Fatma analisar o que foi proposto à luz da legislação, em que condições, ou se não é possível ser emitida uma licença. É esse o trabalho que nós estamos executando, e fazendo o Estudo de Impacto Ambiental apresentado.

Já adiantamos que estaremos remetendo à Casan o pedido de uma série de complementações ao estudo que nos foi apresentado. Ele não está completo; da forma que está, ele não permite a liberação da licença. É muito detalhado, é uma questão complexa e grande, técnica, e vou apenas destacar alguns aspectos que me parecem mais relevantes para o debate aqui.

O Estudo de Impacto Ambiental está muito bem feito, focalizado nas avaliações dos impactos decorrentes da instalação e operação do emissário submarino, mas principalmente no problema da balneabilidade. Do ponto de vista da balneabilidade o estudo aprofundou bastante, temos bastante informação colocada. Porém, considerando o levantamento que foi feito, inclusive no próprio estudo da biota aquática, bem como o potencial pesqueiro da área que vai ser afetada pelo empreendimento e a importância que a pesca tem para a região e para a comunidade local da Grande Florianópolis, vai ser solicitada uma série de outros estudos que levem em consideração o impacto sobre essa biota aquática e sobre a própria socioeconomia da região, envolvendo essas populações que vivem desse tipo de atividade.

Então essa é uma série de pontos de maior importância na solicitação de novos estudos; versarão mais sobre o que está impactando na biota com o lançamento do emissário submarino.

Outra questão que quero destacar é que será necessário, para cumprirmos a legislação, que haja a manifestação de algumas organizações extremamente importantes. Nós precisaríamos da manifestação do Patrimônio da União sobre a utilização do terreno de marinha. Nós vamos precisar da própria Marinha, sobre o próprio emissário submarino. Vamos precisar de uma manifestação do Iphan, porque existem alguns estudos que levantam a possibilidade de alguns sítios arqueológicos importantes que precisariam ser considerados e, nesse caso, nenhuma licença irá para frente. Mesmo que a Fatma emitisse a licença, ela teria sua execução paralisada por força de não escutarmos o Iphan, que teria que se manifestar.

Outro órgão importante seria a própria Floram ou a prefeitura do município de Florianópolis, por causa do uso do solo em área de tombamento, principalmente das dunas dos Ingleses e do Santinho. Isso vai requerer também que sejam anexadas essas manifestações.

Por fim, mas não menos importante, é a manifestação do ICMBio, porque afeta a zona de amortecimento da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo - o emissário. E, pelo traçado que está previsto, teríamos que ter também a manifestação do ICMBio a respeito da Estação Ecológica dos Carijós, da APA de Anhatomirim e da Reserva

Particular do Patrimônio Natural Morro das Aranhas. Isso também serão solicitações que a Fatma vai fazer para a Casan.

Na nosso entender, pelos debates que temos feito com a Casan, ela estaria numa situação, vamos dizer assim, de limbo, ainda não definindo claramente do ponto de vista técnico a questão do tratamento primário ou secundário do que será lançado pelo emissário submarino. Digo isso porque a legislação é muito clara: qualquer lançamento em cursos d'água e no mar... Na beira-mar é necessário o tratamento secundário, mas não fica claro quando estamos falando num lançamento a 3.300 metros de distância da costa; isso não se caracteriza mais beira-mar. Então, isso dá uma área que está um pouco polêmica, e nós ainda estamos refletindo dentro da Fatma sobre essa questão. A posição ainda é um pouco complexa, e vamos tentar buscar algumas informações sobre isso em experiências não de Santa Catarina a respeito do posicionamento que as organizações estaduais de meio ambiente estão tendo sobre esse lançamento e da interpretação em relação a essa questão da beira-mar - e é bastante claro quando se trata de beira-mar.

Então, essas são algumas informações que eu queria dar neste momento a respeito de como está em andamento na Fatma os pedidos de licença que existem por parte da Casan.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, presidente.

Com a palavra, por cinco minutos, o senhor Jeffrey Hoff, do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo, que vai falar sobre a avaliação e posição em relação aos projetos e às obras em execução.

O SR. JEFFREY HOFF - Boa-tarde a todos.

Estou aqui junto com provavelmente mais quinze ou vinte pessoas que participam do Núcleo Gestor do plano diretor do município de Florianópolis, e é bastante preocupante para todos nós que o nosso processo de participação dentro do plano diretor tenha sido cortado, terminado, basicamente sem aviso, sem consulta. Agora estamos aqui com promessas de que vamos ter algum momento... A gente tem visto quase todas as propostas para a Ilha, com avisos de que o dinheiro tem que ser gasto agora, senão basicamente vocês têm culpa, e que depois, em algum momento, vai haver consulta. É um pouco difícil de acreditar, porque, literalmente, milhares de pessoas trabalham há mais de dois anos em dezenas de ambientes públicos com promessa de participação, e foi cortado, e a gente está longe de ter um plano diretor. Agora, por pressa de terminar essas propostas, temos uma outra visão: ah, finalmente, pela primeira vez a gente viu da Casan que vai haver audiências públicas, mas as únicas audiências públicas que aconteceram até agora foram basicamente forçadas pela sociedade civil. Todas! Uma pequena comissão da Câmara Municipal chamou a Casan e a prefeitura, nunca chamaram audiências públicas para mostrar essas propostas para a sociedade.

Então, a gente tem que pedir e fazer bastante pressão. Na verdade, foi a sociedade civil que pediu esta audiência, e finalmente, aos poucos, a gente consegue ver as propostas. A gente agradece, mas é necessário ter muito mais diálogo. Porque o que acontece quando não se tem esse diálogo? A gente tem perspectivas completamente diferentes da situação, o que é altamente preocupante.

Estamos aqui porque a situação do saneamento básico e ambiental em Florianópolis está em crise. As respostas para a crise apresentadas pela prefeitura e pela Casan. estão vistas como incompreensíveis e são completamente inaceitáveis pela sociedade em geral, e chegamos a essa situação por causa da falta de respeito total às leis federais sobre saneamento ambiental e gestão urbana.

É importante dizer que depois desses ambientes... Muitas pessoas aqui sabem, mas outras pessoas não sabem que quando a Casan fez as apresentações, primeiro no norte da Ilha, na Barra do Sambaqui, para lançar os efluentes lá, e depois no sul da Ilha, para lançar os efluentes no sul, as comunidades, quando viram, primeiro não acreditaram, depois rejeitaram. Mais de 90% da produção de maricultura do Estado e do Brasil vem dessas áreas em que a Casan está propondo esgoto. Agora a gente tem novas propostas, mas elas têm que ser muito mais bem avaliadas e pensadas.

Agora, é preciso qualificar que essa posição sobre essa crise não pode de maneira alguma ser rotulada como dos ecochatos ou como dos radicais. Falo isso porque a gente sempre é acusada disso: "Ah, é um pequeno grupo de ecochatos, são os radicais que não querem nada e estão atrapalhando o desenvolvimento." Isso não é justo nem é verdade. A nossa posição é a favor da universalização do acesso ao saneamento básico com pleno respeito às leis ambientais e urbanas.

O questionamento sobre a posição da Casan não vem só da gente. Por dois anos o presidente do Ipuj, por sua situação no nosso Núcleo Gestor, solicitou dados sobre projetos de saneamento para serem integrados como processo de elaboração do plano diretor, e por dois anos as informações foram sonegadas, nunca foram apresentadas em audiências.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concluindo...

O SR. JEFFREY HOFF - As propostas da prefeitura e da Casan para lançar esgotos nas baías sul e norte - e agora no mar dos Ingleses, na Joaquina e no Campeche - têm sido duramente questionadas, se não rejeitadas, pelos órgãos ambientais Fatma, Ibama e ICMBio. Precisamos questionar como chegamos a esse impasse e como vamos sair dele. Repito que chegamos [a esse impasse] pela falta total de respeito às leis que exigem planejamento com controle social e gestão democrática. Não iria existir uma distância tão grande entre as propostas da prefeitura e as da sociedade se a prefeitura não tivesse deixado uma distância tão grande entre as partes.

Mas o prefeito como titular não age sozinho. As agências financiadoras também têm a responsabilidade de ver se a legislação está sendo cumprida. A gente não pode ser ameaçada de interferir no processo porque questiona, como de fato questiona. Os direitos têm que ser garantidos e os processos de participação social e valorização ambiental têm que continuar.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concluindo...

O SR. JEFFREY HOFF - Levamos sérios princípios fundamentais ao plano de saneamento ambiental, e achamos que estão sempre rejeitados.

Precisamos saber várias coisas: como está o histórico de operação dessas estações de tratamento que existem hoje na cidade; quais são as qualidades de seus efluentes, a direção, o tamanho das plumas e como cobrar os custos de tratamento, considerando nível de tratamento e escala.

Temos que saber tudo isso, e ainda não fomos recebidos. Quais são as nossas opções técnicas? Isso foi uma coisa bem levantada, e realmente a análise preliminar da Fatma é bem contundente, foi excelente, e também busca essas propostas.

Então, quais são as opções técnicas para os projetos? A lei exige isso. A gente tem que ter alternativas, e não como foi apresentado aqui: a única opção de melhor solução - e somente agora - é o emissário no mar. Não, a lei exige que opções sejam mostradas, e entre elas temos o nível de tratamento e o local que pode ser na água ou na terra.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Concluindo...

O SR. JEFFREY HOFF - Estou terminando.

Tenho pesquisado esses emissários submarinos no resto do mundo, e essa pesquisa mostra que os emissários oceânicos são tecnologias já ultrapassadas. Estão sendo desativados no chamado Primeiro Mundo. Depois de vinte anos, percebe-se que os impactos de efluentes com tratamento secundário e desinfetados ainda causam grandes impactos ambientais. A pluma foi mostrada como uma coisa bem comportada e visível para 7 quilômetros; eles criam *blooms* de microalgas a 7 quilômetros de distância, e o mais preocupante é que tem pesquisa que mostra que, na Califórnia, o efluente lançado a 7 quilômetros do mar volta para a praia. E a única maneira de se saber isso não é com uma pesquisa de trinta dias ou de um ano, a gente tem muita para saber.

Temos alternativas aqui na Ilha, sim. A gente tem visitado estações de tratamento que tratam esgotos na terra, como no Parque do Rio Vermelho, em Jurerê e na Lagoa; então, temos que saber que outras possibilidades existem além de se jogar tudo isso no mar.

Pedimos que a Fatma, as financiadoras, a prefeitura e a Casan se aproximem da sociedade em Florianópolis, unindo os quatorze núcleos distritais e municipais e outros foros também do município para a elaboração de um plano diretor e de um plano de saneamento básico com universalização dos serviços, com prioridade para os moradores existentes (porque falta uma organização), e não para o licenciamento de novos empreendimentos especulativos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Quería agradecer a presença do vereador Ricardo Vieira, do PCdoB de Florianópolis, e da Ângela Maria Liuti, presidente da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco).

Passo a palavra, por até cinco minutos, ao senhor Márcio Porto, aqui representando o Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).

O SR. MÁRCIO PORTO - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o deputado Décio, presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Alesc, que proporcionou aos movimentos a realização desta audiência pública, que depende de um ato institucional aqui da Casa; o secretário Leodegar Tiscoski, que representa o Ministério das Cidades, e aproveito a presença dele para enviar um abraço ao Sérgio Gonçalves, coordenador do Comitê Técnico de Saneamento, que faz um belo trabalho lá de protagonismo. Leve o nosso reconhecimento público ao Sérgio Gonçalves pelo modo como ele conduz aqueles trabalhos.

Sou morador de Florianópolis mesmo, mas aqui estou como conselheiro nacional das Cidades, uma entidade nacional, que me indicou. Estou presidente do Conselho Comunitário de Ingleses, mas

tenho os companheiros Dalton e João Batista que estão representando o Conselho e acompanhando a temática do saneamento lá no nosso distrito, juntamente com o Paulo, que está lá acompanhando esses dois companheiros do Conselho.

O ConCidades se constituiu a partir de 2003 com a criação do Ministério das Cidades, através da primeira conferência. Ele tem algumas atribuições, e seus atos são normativos. Tais quais são os atos do Conama, os atos, as resoluções do ConCidades têm força normativa e são atendidas por outros órgãos, porque não dá para esperar lei para cada assunto, a temática urbana é muito rápida e precisa de atos normativos para que aconteça, como a Lei 11.445.

Fazendo esses esclarecimentos, acho oportuno que os municípios e os Estados acompanhem as resoluções do ConCidades, que orienta muito da aplicação da lei. Ele não baixa lei, mas tem essa atribuição de atos normativos, como eu falei, tal qual o Conama, que origina da lei.

Eu tenho uma representação pelo movimento de moradia. São quatro movimentos nacionais de luta pela moradia que indicam conselheiros: a UNPM, o MNLM, a Conan e a CMP, e eu tenho essa representação pela União Nacional por Moradia Popular (UNPM). Lá no Ministério são quatro Câmaras Temáticas, eu estou na Câmara Temática do Saneamento, e nós estamos contribuindo com um GT lá para a elaboração dos planos nacionais de saneamento, que é uma orientação a partir da lei e a partir do Pacto do Saneamento.

Qual é a nossa defesa enquanto nosso segmento lá? Porque não temos só o segmento popular, temos alguns outros segmentos, como a ONG, a Sindical, a Academia, em que a gente se agrupa enquanto Fórum Nacional da Reforma Urbana, e a nossa forte atuação lá é no sentido de que o saneamento seja público e universal. Público, porque se (*ininteligível*) o saneamento como matéria de lucro, dificilmente ele chega à universalização. Se ele for público, nós temos maior garantia da universalização. Embora haja muitas iniciativas que são privadas, vamos lutar para que ele seja público, por se tratar de água, e água é vida, saneamento é vida.

O Movimento Municipal pelo Saneamento, que solicitou esta audiência pública, elaborou um documento, que foi debatido por esse Movimento e por várias outras entidades, e nós, como conselheiro nacional das Cidades, apoiamos esse documento por ele ser fruto de uma discussão entre eles, que agora está sendo feita aqui na cidade. É muito relevante esse documento, e no desdobramento dele pode haver algumas coisas contundentes, mas às vezes isso é necessário para a gente preservar uma coisa mais republicana para o saneamento.

Sabemos que o nosso tempo é curto aqui, temos que priorizar outras falas, mas quero fazer um testemunho, já encerrando, e um pedido: para o funcionamento dos Conselhos ou de qualquer outra forma participativa da sociedade nas decisões de poder do nosso país - do Estado ou do município -, é fundamental, é essencial a participação do movimento social organizado - e vejo aqui várias pessoas ligadas ao movimento social, inclusive ao movimento cultural da cidade, enfim, a vários segmentos sociais.

E tem outro viés aí que não podemos desprezar: os desenhos institucionais, ou seja, aquilo que a lei pode garantir para que realmente funcione plenamente um conselho, para que não fique só referendando decisão. E para que ele funcione, é indispensável que haja governos populares e comprometidos com isso.

Encerro, como conselheiro nacional das Cidades, vivendo qual é a dinâmica, qual é o nosso protagonismo naquele Conselho. Está aqui ao meu lado a senadora Idelli, e é notório da sociedade catarinense que ela é pré-candidata a governadora, e se assim o for, se ela realmente sair candidata e se eleger, quero lhe fazer um pedido, senadora: que a senhora faça do Conselho Estadual das Cidades de Santa Catarina o que o presidente Lula faz hoje com o ConCidades nacional: que ele seja realmente um espaço de decisão da sociedade catarinense.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor Loureci, por até cinco minutos, representando o Movimento Municipal de Saneamento Básico e Ambiental de Florianópolis, para fazer uma avaliação e dar a sua posição em relação aos projetos e às obras em execução.

O SR. LOURECI RIBEIRO - Quero iniciar a minha fala referenciando não a presença de todos, mas a ausência da companheira Tereza Barbosa, uma militante social importante nessa cidade, que, por demandas de calúnia, de criminalização do movimento popular desta cidade, acabou tendo um desgaste pessoal e emocional tal que muitas vezes tem colocado para a gente se de fato dá para continuar essa luta ou não. Ela é processada hoje pelo município por uma calúnia grosseira; inclusive foi apurado pela Polícia Federal que existiu manipulação no sentido de criminalizar essa liderança importante do movimento, para tentar acabar com o movimento nesta cidade.

Outra ausência - e aí queria fazer uma saudação à resistência dessa companheira e executante da política pública - é a da

procuradora federal Analúcia Hartmann, porque esta Casa Legislativa fez uma ação de desagravo contra a sua ação de defensora do interesse da União. (Palmas.)

Feitas essas considerações, gostaria de pedir para a mesa, Décio, a possibilidade de ser um pouco tolerante quanto ao meu tempo também, até porque não vi em nenhum outro momento a mesa ficar pedindo tempo quando das outras intervenções. Mas vamos lá, eu sei que terei essa tolerância.

Acho que o grande debate que está colocado hoje para todos nós aqui presentes - e estou vendo aqui companheiros das mais diversas regiões da cidade, que vai do Pântano do Sul aos Ingleses, passando pelas costas leste e oeste da Ilha e do Continente também - é que nós temos que resgatar o momento histórico que estamos atravessando, que é o fio condutor de qualquer possibilidade de fazer política na atual conjuntura. E aí eu queria dizer o que significa isso. Significa que essa mesa aqui hoje é composta e que esse recurso para financiamento de obras de saneamento só é possível existir - e o Ministério das Cidades existe - porque o movimento social organizado na Resistência, desde a época do regime militar, vinha buscando construir políticas de Estado e não de governo.

Infelizmente, boa parte dos nossos executivos, legislativos e executores não percebem isso, e aí dá no que dá. Por exemplo, temos nesta cidade três terminais urbanos rodoviários do sistema integrado que desintegra, e nós os pagamos com recursos do BNDES, do FGTS, recursos nossos, porque não tem participação, não tem de fato gestão de controle social. E não funciona.

Nós estamos à mingua com os nossos recursos. Então, a isso temos que voltar os nossos olhos para discutir o que vamos fazer aqui hoje, para não cairmos nos mesmos erros.

Não tenho dúvida nenhuma, companheiros, que o que foi apresentado aqui é a falta de política, porque vimos o executor discutir o que é política, mas ele não diz qual é essa política. Esse é o problema! Porque a política está constituída sob a legislação federal, que é o nosso guarda-chuva. São as leis ambientais, são as leis de saneamento, são as leis de participação coletiva e interssetorial da saúde, do meio ambiente, são demandas da sociedade, da cidade com equilíbrio sustentável. E isso não existe em nenhuma das falas que foram proferidas aqui.

Quando se faz uma apresentação formal, burocrática sobre o que é a estrutura de uma política pública que o município está gestando, o conselho é consultivo, o conselho está instalado, a agência reguladora está para vir. E a gente fica como quê? Como palpitesiros. Somos conselheiros, mas nunca podemos decidir. E quando fomos decidir - quem sabe um dia -, vai ser para avaliar, porque do processo nós fomos excluídos, como estamos excluídos desse próprio processo, que chegou a esta audiência. Ou não é verdade?

Então, vamos aos fatos. Se tem esses recursos federais que estão aqui para poder, de fato, viabilizar algum projeto e obras, a verdade é aquilo que fala a Fatma. Onde estão os projetos para análise? Não chegaram os projetos para mim. Vamos estar em Brasília, no BNDES, na Caixa Econômica, na Secretaria de Saneamento, em qualquer lugar, e eles não têm o projeto, e ainda nos acusam de que somos contra o projeto! Mas que projeto?! Não, mas espera lá, claro que tem projeto: o projeto é esconder o projeto, é fazer obras parceladamente, fazer licenças parceladas, para esconder a essência da política, que é a exclusão, que é o não cumprimento da lei. E esse é um debate que não aparece, é um debate para quem olha.

Eu fico imaginando o companheiro do BNDES tentando analisar esse projeto. Mas o que é que tem para ele analisar senão intenções, intenções e intenções? Não entra na demanda básica, não colocam lá onde está a premissa básica, que é saúde, as áreas frágeis ambientais. Que a população sem renda esteja na prioridade das metas necessárias para se discutir a questão do saneamento. Que os maricultores, os pescadores, como população aqui tradicional e importante nesse processo, tenham a possibilidade de participar desse processo e de estar incluídos nele.

Depois a gente vai ver o que acontece, como eles planejaram. E depois eu gostaria de também usar o *datashow*, com as quatro imagens lá.

Para concluir algumas questões iniciais, eu queria dizer o seguinte, companheiros: o que existe hoje é a ausência do Poder Público municipal na execução de um processo participativo, que é, sim, o que a lei quer. Isso que está aqui, que é discutir uma campanha nacional pela construção do Plano Nacional de Saneamento, a prefeitura faz de forma burocrática: contrata uma empresa e não discute quais são os parâmetros a partir do Conselho Municipal de Saneamento. Temos companheiros conselheiros aqui, representantes institucionais, representantes do movimento social que sabem muito bem o que eu estou falando.

Quem é que vai dar a diretriz para a empresa de consultoria que vai fazer isso? Novamente, a tecnocracia dos anos 1970, sob o tacão do regime militar, em que eles faziam e a gente obedecia, em que a gente era cliente e não protagonista, está voltando à tona. E se

vai a Brasília um plano como esse... Mas Brasília não sabe, mas é necessário também que Brasília coloque os olhos aqui embaixo, e para isso nós puxamos o conjunto dos gestores, dos responsáveis por isso, porque vamos cobrar deles também a fatura. Ah, vamos! Se o BNDES tem que soltar recurso, se a Caixa tem que soltar recurso, que o façam sob a diretriz da política, e não sob contratos iniciais de intenções.

Porque se eu digo aqui que eu me rendo à perspectiva hoje da Fatma, que começa a salientar elementos novos para o debate, que é importante, eu não me rendo à ação da Fatma nem à de vários órgãos licenciadores, que só licenciam mas não fiscalizam o que fazem depois. Porque uma licença que depois é engavetada, que depois da execução joga merda nas nossas casas dizendo que está tudo bem, não é licença, é um crime. E aí tem responsabilidade, sim, porque se é órgão licenciador, tem que ter na ponta a contrapartida se que aquilo vai ser de fato ajustado depois.

Que façam a demanda vocês para o Ministério Público Federal, para o Ministério Público estadual, mas que façam valer aquilo que foi a licença. Precisamos avançar, sim. Nós queremos fazer o debate, mas para isso é necessário que se diga que política está em debate.

Então, eu vou entrar um pouco na política escamoteada, que não aparece. O tempo todo dos debates sobre saneamento nesta cidade, o que foi feito? Redes, redes e redes, estações, estações e estações. Quando se faz isso, já está executado. Mas não percebemos que, nessa execução, no meio do caminho nos colocam uma estação de tratamento dentro da Barra do Sambaqui. Imaginem que a sala de vocês seja a Barra do Sambaqui, pois eles colocam a privada na sua sala, e todo o dejetivo que está ali dentro vem de outros locais. A rede coletora da Barra do Sambaqui não previa aquela população para poder usar aquela privada que está na sua sala. (Palmas.)

Isso vale também para o Rio Tavares, vale também para a Tapera, e mais do que isso: todas as outras obras de caráter social, do compromisso social da Casan, só saíram por demanda judicial. Que caráter social é esse em que a política social não aparece? Mas o que aparece então? "Bom, então esses caras estão fazendo o quê? Não fazem nada?!" Fazem, claro que fazem. Primeiro, escolhem as áreas mais frágeis para colocar equipamentos urbanos com possibilidade de riscos sérios - e a questão da precaução é do Estado e nossa. Por quê? Porque acham que essas áreas são terra de ninguém, que são áreas da União (e de vocês hoje), que é a mandatária no sentido de poder fazer fiscalização. Mas não fazem essa consulta, e mais do que isso: porque é terra podre, no entendimento deles, porque é terra de ninguém. O preço daquela terra é baixo, porque é uma terra ambiental. E daí? Aí o presidente da Casan fala: eu tenho uma área lá no Rio Tavares, que é da Casan, e quero ver se a promotora Analúcia - e isso numa audiência com a gente junto - vai me impedir de colocar lá a possibilidade de o efluente ser jogado no rio.

Não é acusação leviana, eu apenas estou dando exemplos práticos do que estamos vivenciando. Nesse sentido, gostaria de colocar outros exemplos de desmandos e de "despossibilidades" de articularmos política pública de saneamento que não seja vontade individual, mas que seja a possibilidade de a gente ter de fato uma política participativa a partir dos novos marcos regulatórios. Nesse sentido, digo que a estação de tratamento que está sendo colocada tanto no Rio Tavares quanto na Tapera busca atender interesses imobiliários como sendo a prioridade, e não os bolsões de miséria, e não as áreas frágeis. (Palmas.) Mas esse debate não está feito, isso não aparece no debate por quê? Porque a planta de captação do esgoto não aparece nunca. E pior do que isso é que Estado, União... Leodegar, é o seguinte: qual é a contrapartida do município, do Estado, para que vocês liberem isso? Qual é (*ininteligível*) contrapartida do BNDES? É exatamente a rede municipal. E a contrapartida, que é a rede municipal, é a negação da política nacional.

Mas que horror é esse?! Que monstro estamos construindo?! A contrapartida, que seria a preservação do aquífero, do meio ambiente, da saúde, das áreas (*ininteligível*), da inclusão social, é negada. Então, que política é essa?! E se o município, se o prefeito não participa, é conivente, porque é o gestor dessa política. E nós ficamos batendo na Casan, como testa de ferro. Percebem onde é que está? E aí é pau na Casan, pau na Casan. Nós temos que desfocar, temos que exigir que o titular faça a política ou assuma essa política.

Por isso, companheiros, nós não temos outra saída. Queremos a paralisação imediata de todas as obras em que estão fazendo essa bandalheira com a perspectiva nacional. (Palmas.) Queremos a suspensão delas e a discussão imediata de qualquer projeto e de qualquer modelo. Porque eu também me rendo ao Murilo Flores, que veio aqui falar que de fato não é a Fatma que define o modelo. E se chega um modelo, ela tem que analisá-lo. Está correto ele. Queremos nós botar um modelo diferente, diferenciado desse processo. E temos gente com capacidade aqui,

temos geólogos, sanitaristas, médicos, enfim, o que for preciso para fazer um debate com qualidade, com qualificação.

Porque essa qualificação do Casan.... Eu queria agora, só para concluir, os meus quatro *slides* projetados, que daí a gente fecha e vê o que faz com isso depois. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Ele tem tolerância aqui, primeiro porque ele é arquiteto - meu colega -, segundo porque representa os movimentos que solicitaram a audiência. Então, tem um tempo um pouquinho maior.

O SR. LOURECI RIBEIRO - A nossa bíblia (se é que a gente pode chamar de bíblia), para quem é religioso ou não, é o Estatuto da Cidade, é a Lei do Saneamento, é a legislação ambiental, sobre a qual a gente precisa avançar muito mais ainda.

(*Procede-se à projeção de imagens.*)

Acontece o seguinte: aquele paliteiro que está lá, que são os emissários, foi produzido vinte anos atrás por uma tecnocracia que estava fora dessa realidade. Essa mesma tecnocracia é que produz o modelo do emissário e outros modelos de estações de tratamento, bem como outras formas de controle, mas continua sendo a mesma. Mesmo com as qualificações possíveis de técnicos da Casan, continua a ser essa tecnocracia.

Quando fomos para o debate com essa tecnocracia, o que dizia o presidente e os técnicos da Casan? É proselitismo de vocês. Vocês têm que entender que temos que fazer isso com controle social, e as baías permitem isso. Ora, não deu trinta dias de movimento e nós derrubamos todos os preceitos técnicos que eles tinham, e eles tiveram que se render à grande besteira que estavam fazendo.

E aí, o que fizeram? Fizeram aquilo ali (*aponta para o item 1*), que estão escondendo, porque na apresentação dos fatores relevantes do planejamento, que eles apresentaram aqui há pouco, estava colocado o quê? Não estava colocado que o nosso guarda-chuva, que é a legislação federal, o Ibama e o Ministério Público por trás dele (administradores das reservas), cria dificuldades? Percebem a contradição? O nosso guarda-chuva, para fazer a política deles, é dificuldade, porque a política de saneamento pensa a questão ambiental, pensa a lógica da política como um problema. Mas por que isso acontece? Vamos limpar o caminho jogando uma pá de cal em cima?

A Casan não tem interesse, como princípio básico, por ser uma empresa de economia mista, de ser de fato o órgão garantidor da política social que o saneamento deveria ser. Ela tem interesse no lucro empresarial. Seus próprios diretores, inclusive companheiros nossos sindicais, recebem parte dos lucros da empresa, recebem uma parcela disso. Então, o que está acontecendo?

Quem pensa isso, pensa rentabilidade no retorno da ligação, porque cada ligação sai em torno de R\$2.500,00, e tem que retornar rapidinho, para fazer caixa. Portanto, essa é a lógica, que só vai ser quebrada quando gestarmos política com controle social e sabendo o que é diretriz, princípio e objetivo.

E quero dizer mais uma coisa: se isso é do titular... Mas quem pode fechar a torneira, quem pode dizer "ó, estão errados" somos nós, é o Estado - e Estado como Estado, não como governo. Chega de governo, queremos política de Estado, queremos gestão com participação, e isso é possível, mas muitos têm que aprender.

(Quero dizer que ainda faço algum tipo de consideração à Casan porque ela veio para o debate, veio falar alguma coisa; agora, a prefeitura está desqualificada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Loureci.

Antes de passar a palavra à senadora Ideli Salvatti, convido para fazer parte da mesa o deputado Lício Mauro da Silveira.

A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI (SC) - Eu queria estender os meus cumprimentos a todos os participantes desta acalorada audiência pública. Aliás, hoje foi só pedreira, né? De manhã, pedágio, confusão. Ainda bem que acho que encontramos uma saída, pelo menos para Palhoça. Conseguimos encontrar uma alternativa para o município de Palhoça, e vamos ver o que vai sair daqui hoje.

Eu queria apenas fazer algumas observações. Esta audiência que o Décio organizou aqui pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa é fruto de muitas solicitações de várias entidades ambientais e comunitárias, preocupadíssimas em como vai ser executada a política de tratamento do esgoto no nosso município. Eu estou até estranhando porque estamos falando apenas de Florianópolis, porque tem também obras em São José, além do pessoal da maricultura, que nos trouxe uma grande preocupação sobre como vai ser [o tratamento de esgoto], por causa do criadouro em Palhoça e tal.

Então, o objetivo da reunião era exatamente este: tentar colocar numa mesa todas as autoridades junto com o Movimento para a gente encontrar alguma solução.

Nós todos sabemos que o *deficit* no tratamento do esgoto sanitário em Santa Catarina é algo de envergonhar qualquer um. A gente perde em termos de índice de tratamento de esgoto para

Estados do Nordeste. Tem município aqui em Santa Catarina que antes das obras do PAC... E não é município pequeno, não! Vou dar um exemplo: Itajaí. Antes do início das obras do PAC, Itajaí não tinha um metro de tubulação para coleta! Não tinha nada, era tratamento zero.

Então, há um esforço óbvio do governo federal, que tem que ser reconhecido, de buscar superar essa deficiência no tratamento. Os recursos não são pequenos (e não vou entrar nisso porque, com certeza, o Leodegar está com os números e vai apresentá-los depois); agora, o governo federal não tem como executar essas obras, que têm que obrigatoriamente ser feitas em parceria ou com as companhias estaduais/municipais ou com as prefeituras. E aí, delega, né? E ao delegar, não tem jeito. Quando o presidente Lula veio aqui, num daqueles famosos terminais que a gente paga e não funciona, Loureci (inclusive o ato foi lá), uma das coisas que ele mais falou na assinatura do PAC aqui do Maciço do Morro da Cruz foi que não tinha condições de fiscalizar, que quem tem que fiscalizar para ver se vai funcionar, se vai estar de acordo, é a população. Porque como é que vai fiscalizar milhares de obras que estão... Só na Secretaria de Saneamento, Leodegar, quantas obras o Ministério das Cidades está tocando?

(*O senhor Leodegar Tiscoski responde fora do microfone que são duas mil obras no saneamento e mais três mil na habitação.*)

São, portanto, cinco mil obras espalhadas em mais de cinco mil municípios do Brasil inteiro! Então, o papel das associações e da comunidade é de fundamental importância para fazer o questionamento. Se não tiver como acertar, gente... É claro que todos nós queremos aproveitar, porque ninguém sabe muito bem o que vai acontecer no ano que vem, se vai continuar tendo governo com prioridade de investir nesse tipo de obra. É só pegar os dados das últimas décadas sobre saneamento. Era um escândalo, não tinha! E está aqui [para comprovar isso] o pessoal da Casan, que é histórico do movimento, da luta por saneamento.

Então, é óbvio que ninguém vai querer perder esse dinheiro; agora, ninguém também vai querer jogar esse dinheiro fora fazendo uma obra que, em vez de tratar o esgoto, desloca-o, ou então prejudica. Ou então tem a questão socioeconômica, que beneficia parcela de determinada faixa de renda e prejudica os de menor renda. Portanto, não tem jeito, e a audiência de hoje é exatamente para isso.

Agora, volto a afirmar o que falei de manhã: é uma audiência em que todo mundo pode esbravejar, fazer discurso (e até estou animada, porque tem uma companheira aqui que fazia tempo que eu não ouvia discursar; continuam aguerridos), mas o fundamental é a gente encontrar solução. Tem aí o dinheiro, tem aí a obra, tem a lei, tem a obrigatoriedade da participação, então, nós precisamos juntar isso tudo e encontrar a solução, e a solução tem que ser a melhoria da qualidade de vida. E a Grande Florianópolis é um local especialíssimo, gente, porque além de ter quase um milhão de habitantes, número que quase dobra na época do turismo, tem boa parte da população que depende do mar para sobreviver, como na maricultura.

Então, esse é o nosso pequeno desafio, Décio Góes. Hoje de manhã nós já demos nó em pingo d'água, agora vamos ver se conseguimos dar nó também no pingo do esgoto para não termos mais problema, e sim solução. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (SC) - Deputado Décio Góes, que preside esta audiência pública; senadora Ideli; meu amigo Leodegar; demais companheiros que compõem a mesa.

Realmente é um assunto palpitante para quem, como eu, teve participação em parte desse grande processo de saneamento do Estado de Santa Catarina, haja vista que assumi a presidência da Casan. Também fui diretor da Celesc, mas a que mais me cativou foi a Casan. Alguns técnicos estão aqui presentes, já saíram até da empresa, e vejo aqui o Nelsinho, um grande técnico que hoje está chefiando o saneamento.

O primeiro processo do nosso saneamento começou a funcionar em 1909, no governo de Gustavo Richard, atrás da ponte Hercílio Luz. Ali tinha uma usina de queima de lixo e a estação de tratamento de esgoto. Ao longo do tempo, aquela estação foi evoluindo, mas de forma muito pouco acentuada. Começou o esgoto posteriormente no Continente, e demorou praticamente uns quinze, dezesseis anos, por aí afora. Havia obras paradas, obras iniciadas, ou seja, havia aquela maldita coisa que acontece nos governos, independentemente de partidos (não estou aqui falando em partido político): a descontinuidade administrativa. Esse é um grande pecado que temos dentro da nossa administração. O governo que entra acha que é porcaria tudo que o outro fez e vai fazer o que ele acha, ignorando aquilo que foi consultado à população.

Foi lembrado há pouco que eu fui conferencista (olhem só!) em 12 de agosto de 1993, ocasião em que esses assuntos aqui foram elencados, e lá nós discutimos com a Abes de uma forma efetiva. Agora, como eram feitos os sistemas de esgoto aqui antigamente? O Brasil deu salto muito grande (aliás, o Brasil tem essa mania) em

saneamento e habitação quando se tinha o BNH - não sei se vocês se lembram do famoso BNH, que foi extinto pelo atual presidente do Senado, José Sarney, porque havia um grande processo de corrupção. E aí houve uma dicotomia: ficaram três anos pegando técnicos do BNH e transferindo-os para a Caixa. Todo esse processo de financiamento passou para a Caixa Econômica Federal. Começou tudo novamente.

E não há tão pouco tempo assim, como há essas transformações, nós aqui, no nosso Estado, sem crítica política nenhuma, só baseado em fatos (não estou aqui para recriminar ninguém), tivemos um palavreado no sentido de se municipalizar o processo de água e saneamento. Então, alguns municípios se arvoraram nesse processo, como Itajaí, Balneário Camboriú, Lages, com grandes investimentos em água e esgoto, até hoje sendo pagos pela empresa que os financiou, que é a Casan.

Bom, quando da elaboração dessa grande e polêmica obra de esgoto, da qual inclusive eu participei, em baixo da ponte... Quando adentrei na Casan, esse projeto já estava pronto, examinado pelo Ministério do Saneamento, na ocasião, e aprovado pela Caixa Econômica Federal, e tivemos a incumbência de fazer a discussão primeiro com a sociedade, logo em seguida fazendo a licitação, que foi aberta - e pagamos um alto preço, porque abrimos concorrência na frente de todas as empresas, e empresas poderosíssimas. Mas foi discutido com a comunidade.

Na Lagoa da Conceição, quando o Edison Andrino foi prefeito, ele discutiu com a comunidade e fez um pequeno processo lá, que ao longo do tempo está sendo aperfeiçoado, mas não é aquele o desejado.

Em Canasvieiras também houve uma discussão intensa, bem intensa, e foi protelada por mais de dez anos uma das obras de saneamento mais caras do Estado de Santa Catarina, quicá do Brasil, sob a minha gestão. E foi feita [a discussão] com a participação da comunidade.

Agora, estou vendo certos casos que não entram na minha cabeça. Vou citar alguns casos aqui de Florianópolis, como Ribeirão da Ilha, em que os canos foram enterrados sem se saber onde está a estação. Em Santo Antônio, os canos também foram enterrados sem se saber onde vai ser a estação. Ou seja, faltou discussão específica. Porque hoje, muito mais que antigamente, a sociedade quer participar, e tem que participar, porque às vezes as grandes idéias estão lá, muitas vezes não estão nos técnicos. Por isso que a colaboração da sociedade é fundamental.

Também vejo, Nelson, uma situação em Florianópolis: vocês criando uma sistemática paralela à da Casan. Você passou aqui aqueles slides, e acho que estão certos, mas por que estão vendo isso? Talvez por falta de técnicos que estavam na Casan, e vocês estão procurando. Então, no meu modo de entender, vai piorar a situação, porque se parte da prefeitura começa a se reestruturar, consultando aos poucos a comunidade, e se a Casan, na sua estrutura, começa a apresentar projetos de forma isolada, como foi dito aqui (não foi dito por mim), o que nós vamos ter? Vamos ter problemas.

Portanto, é necessário dar um stop nisso. Não custa, de uma vez por todas, estudar situação por situação. Hoje existem sistemas mais modernos, não é preciso fazer esses sistemas gigantescos. Existem sistemas que atendem até por bateria, para 2 mil, 3 mil, 5 mil, 10 mil, 20 mil, até 30 mil. Aí já foge do Ministério das Cidades nesse caso de atendimento, porque exige 50 mil, mas não pode fugir, no meu modo de entender, de Florianópolis, porque aqui temos praticamente mais de 400 mil habitantes.

Mas esses sistemas são isolados e de acordo com a comunidade. Isso que é importante discutir. Não adianta querer construir "gigantismo" sem atender específica e adequadamente aquela comunidade, com pouca coisa, com um sistema diferenciado, pode-se resolver.

Por último (e volto a dizer que não estou aqui criticando, longe disso, pelo amor de Deus), foi aprovada, até com o voto deste deputado, também do deputado Décio, a lei estadual da política estadual de saneamento, em 2007, no meu último mandato - porque fiquei de suplente, agora voltei a assumir; fui me associar ao padre lá em São José. Mas até agora, presidente Décio, essa lei não foi regulamentada, e aí começam a implantar sistemas de forma isolada. Em contrapartida, a sociedade se opõe a esse aspecto, e aí não temos uma normativa para então poder construir adequadamente um processo com discussão entre a sociedade e os poderes envolvidos.

Mas vamos definir cara a cara, com sistemas positivos que venham somar, que sejam o melhor possível. Há pouco tempo estava trocando idéias com o meu amigo da Abes ...

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Conclua, deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (SC) - É que a porcaria do meu celular estava tocando e me deixou nervoso. Perdi até o prumo!

Mas estava discutindo com o meu amigo da Abes sobre o incrível problema de abastecimento de água em Florianópolis. Por parte

de problemas com os filtros lá no Cubatão, não estamos aqui recebendo em parte uma água devidamente tratada.

Olhem como é complexo esse processo. Mas eu digo para vocês: sem a participação da sociedade organizada, as empresas competindo adequadamente... Porque não adianta uma competir com a outra, isso só vai trazer prejuízo para aqueles que precisam ser atendidos.

Embora o meu tripé seja diferenciado, todo mundo fala que a falta de saneamento é responsável por mais de 60% das internações hospitalares, principalmente de crianças. Mas no meu tripé, eu sempre começo pela educação; em segundo lugar vem a saúde e em terceiro lugar, a renda. E não falo de PIB, de renda *per capita*, porque com isso não se verifica se o povo tem renda no bolso, falo daquela renda que ele pode levar.

Infelizmente o tempo é pouco, e preciso falar com a Ideli sobre outro processo que se avizinha aqui, que é a privatização da maior empresa do Estado de Santa Catarina. Eu quero ver se esclareço a ela pelo menos alguns fatos, porque esse absurdo, da forma como está concebido, não pode acontecer.

Se depender de mim, se depender do Sindicato dos Eletricitários e dos deputados... O senhor é testemunha que todos os deputados, menos os de um partido, se pronunciaram contra essa privatização, que, para mim, é uma manobra extremamente sólida. Mas não cabe discutir esse ponto aqui agora, preciso apenas esclarecer isso à Ideli.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Antes de passar a palavra ao secretário Leodegar Tiscoski, gostaria de convidar todos para a audiência pública sobre a fosfateira de Anitápolis, a ser realizada no dia 16 de julho, às 16h, no plenarinho da Alesc.

Com a palavra o senhor Leodegar Tiscoski, secretário Nacional de Saneamento Ambiental, para falar sobre objetivos e diretrizes da lei e do Pacto pelo Saneamento Básico, demandas vinculadas a esse Pacto e a situação dos projetos em Florianópolis e região em análise em Brasília.

O SR. SECRETÁRIO LEODEGAR TISCOSKI - Saúdo todos os presentes, especialmente o deputado Décio Góes, presidente dos trabalhos; a senadora Ideli, o deputado Lício, que saíram para confabular sobre a Celesc.

Estamos aqui com o Manoel Renato, diretor de Apoio e Cooperação Técnica do Ministério das Cidades e uma das figuras mais experientes da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com a Viviana, o Sérgio, os nossos técnicos do BNDES e da Caixa Econômica. Os agentes financeiros BNDES e Caixa Econômica são o braço do Ministério das Cidades, da Secretaria de Saneamento no Brasil. A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental só tem uma estrutura em Brasília, quem executa todo o trabalho no Brasil são esses agentes financeiros, a Caixa e o BNDES.

O Ministério das Cidades, criado no início do primeiro governo Lula, tem quatro Secretarias: de Saneamento Ambiental, de Habitação, de Mobilidade Urbana e de Políticas Urbanas. Na Secretaria de Saneamento temos uma ação que envolve quatro modalidades: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação do resíduo sólido (lixo), coleta e destinação da drenagem da água urbana. Então, essas quatro modalidades compõem o saneamento, e a missão da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental é estabelecer políticas e diretrizes para o saneamento no Brasil nessas quatro modalidades, bem como viabilizar recursos para que o Estado, o município, a empresa estadual, a empresa municipal ou a iniciativa privada executem serviços de saneamento nessas quatro modalidades.

Entre os mecanismos que disciplinam o saneamento no Brasil, começaremos pelo fato mais importante e muito recente, que foi a Lei do Saneamento, sancionada em janeiro de 2001 - portanto, a Lei do Saneamento tem pouco mais de dois anos. Estamos agora discutindo o decreto de regulamentação da Lei do Saneamento e o Plano Nacional de Saneamento.

Então, anteriormente a 2007, praticamente não existia no Brasil uma legislação focada no saneamento, não se tinha um endereço de saneamento no Brasil, como temos hoje a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Não havia legislação nem marcos regulatórios de saneamento. Então, a lei, o decreto, o Plano Nacional de Saneamento são marcos regulatórios nacionais. E estamos agora estimulando, num trabalho muito forte com o Conselho das Cidades (e o Márcio aqui é testemunha), uma mobilização para que tenhamos os planos municipais de saneamento, planos estes efetivamente discutidos com a sociedade, não um pacote pronto. (Palmas.) Serão planos municipais de saneamento que obedecerão àquele mecanismo social previsto na Lei 11.445, que é a Lei do Saneamento.

É um plano social que será respeitado na Secretaria Nacional de Saneamento se tiver a participação social. Caso contrário, ele não terá validade para nós. Por isso, Loureci, que esta discussão hoje é fundamental, porque essas ações que estamos desenvolvendo com o PAC no Brasil todo têm que ter a participação social.

Vamos fazer agora uma apresentação rápida, para falar inclusive sobre os números, e focar o Estado e Florianópolis. Vocês vão ver que os números são expressivos, e, lamentavelmente, não houve antes do primeiro governo Lula, no qual houve um grande investimento no saneamento de R\$ 12 bilhões, esses mecanismos. Antes de Lula, muito pouco investimento houve em saneamento. Apenas através do Planasa, muito tempo atrás, houve investimento focado em água, mas muito pouco ou quase nada foi investido em esgoto.

Além disso, temos o problema dos lixões, que é outro item da nossa Secretaria, e são mais de dois mil espalhados no Brasil. Então, o nosso passivo ambiental é muito grave.

Mas em 2007 foi lançado o PAC, e de repente caíram R\$ 40 bilhões para serem investidos em saneamento no Brasil. E não havia projeto, não havia licença ambiental, não havia discussão social de qualquer projeto que porventura existisse, não havia titularidade da área, enfim, o que havia era pouco ou quase nada de projeto antigo, defasado, que teve que ser atualizado. Mas de repente caiu essa dinheirama toda para investir em saneamento e as autarquias estaduais, como a Casan, as municipais, o Estado, os municípios, as empresas de projeto, as empreiteiras, todos estavam desmobilizados, e agora, depois de dois anos, é que realmente esse setor começa a se mobilizar no Brasil.

Então nós vamos ver esses números que são, efetivamente, muito elevados, mas que agora começamos a vê-los acontecer em termos de obras no Brasil.

(Procede-se à projeção de imagens.)

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental trabalha com municípios acima de cinquenta mil habitantes ou que sejam integrantes de região metropolitana, os abaixo de cinquenta mil habitantes são com a Funasa. Então o nosso foco realmente são as grandes concentrações urbanas; o foco de distribuição e de investimentos é sempre o índice populacional, além de outras variáveis sociais.

Então temos três focos de investimento: Secretaria de Saneamento, Funasa e aqui embaixo (*aponta para a imagem*) o DNOCS, que trabalha com a região do rio São Francisco.

Este quadro mostra que trabalhamos com recursos não onerosos, que sempre são operados através da Caixa Econômica, e com recursos onerosos, operados através da Caixa Econômica e do BNDES, provenientes do FAT e do FGTS, que são focados em quatro pontos: água e esgoto, resíduo sólido, drenagem e saneamento integrado, como também tem recursos do ÖGU para emendas parlamentares que estão conosco lá na Secretaria.

Aqui temos os critérios (*aponta para a imagem*) para a eleição dos municípios e Estados que foram contemplados com saneamento: baixa capacidade de endividamento ou pagamento do proponente dos recursos orçamentários; taxa de mortalidade infantil acima da média nacional; déficit absoluto nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e ser integrante da bacia do rio São Francisco. O financiamento, naturalmente, depende da capacidade de endividamento, de pagamento do tomador, participando aí de uma seleção.

Aqui o que temos no Brasil. Só na Secretaria de Saneamento, sem falar em Funasa e em Ministério da Integração, já estamos com R\$ 29 bilhões selecionados no Brasil para 1.806 projetos em 816 municípios, que são os acima de 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas, sendo que já contratados temos 1.475, com 73% de obras já iniciadas.

Este gráfico representa o desembolso. Eu fiz questão de falar sobre isso porque quero dizer ao nosso representante da Casan que o desempenho de Santa Catarina está sofrível: 6,5% de desembolso, sendo que a média brasileira é de 12,5%. Então, o nosso desempenho está baixo, Cesar, vamos botar a Casan para trabalhar e aplicar... O recurso está disponível e nós precisamos transformar isso em obra. Então temos aí (*aponta para o gráfico*) situações excelentes de desempenho e algumas.... Claro que aqui não é só Casan, depende também dos municípios, e tem algumas obras da Casan, como em Criciúma, em que o desempenho está muito bom, mas temos outros que estão com o desempenho baixo.

Agora temos aqui (*aponta para a imagem*) os volumes para Santa Catarina. Nós já temos carimbado para Santa Catarina o valor de R\$ 971 milhões de investimento em saneamento na Secretaria Nacional de Saneamento, e vamos ter mais uma seleção que deverá passar dos R\$ 200 milhões. Portanto, deveremos deixar para Santa Catarina, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, investimentos na ordem de R\$ 1,2 bilhão. É um grande investimento. E quando se diz que nós estamos abaixo de Rio Grande do Sul, basta ler aqui o valor do investimento *per capita*. Santa Catarina está numa boa média, com 160 UR. Se olharmos o Paraná e o Rio Grande do Sul, nossos Estados vizinhos, veremos que eles estão bem abaixo.

Então estamos bem acima da média nacional de recursos destinados para Santa Catarina em saneamento, se considerarmos o índice populacional. Ali (*aponta para a tabela*) já estão os números absolutos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Portanto, os

recursos são muito altos. O valor de investimento é de R\$ 971 milhões e dentro desse valor tem R\$ 133 milhões de contrapartida, o restante ou é recurso do Orçamento da União, ou recurso de financiamentos repassados pela Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades.

Nesta tabela temos os projetos existentes em Santa Catarina. Nós temos 69 projetos, num valor global de investimentos de R\$ 971 milhões, sendo que a nossa execução de obra está em 6,5%, um percentual baixo, e aqui destacamos: abastecimento de água, 9 projetos; desenvolvimento institucional, 1 projeto; esgotamento sanitário, 23 projetos... Então o foco, efetivamente, é o saneamento. Se olharmos tanto em termos de Brasil, como de Santa Catarina, o foco é o esgoto. E como nós temos os nossos índices aqui muito ruins em termos de esgoto, a prioridade de investimento realmente é o esgoto, para tentar melhorar nessa modalidade em que os investimentos têm sido, historicamente, muito baixos. E agora a drenagem urbana, com 21 projetos, que é uma seleção que aconteceu recentemente em função das recentes calamidades em Santa Catarina. Então são 69 projetos com R\$ 971 milhões.

Neste quadro (*aponta para a tabela*) nós colocamos todos os investimentos detalhados. A gente vai deixar disponibilizado esse material para quem tiver interesse, que deverá utilizar da melhor forma, para ver detalhadamente quais são os investimentos feitos, estando definido por município e por percentual de execução.

Nós estamos em andamento com uma nova seleção de financiamento. A Casan está se habilitando, como falou o doutor Cesar, pretende um valor expressivo, e desse valor que está sendo pleiteado a maior fatia é para Florianópolis. A possibilidade existe, está sendo estudada, não temos ainda a concretização, mas provavelmente Santa Catarina deverá levar mais R\$ 257 milhões, além daqueles R\$ 971 milhões citados. Aí é que eu digo que nós vamos chegar provavelmente a R\$ 1,2 bilhão de recursos carimbados para investimentos em Santa Catarina em saneamento.

Aqui temos mais uma seleção (*aponta para a tabela*) concluída agora em junho, são mais R\$ 525 milhões para drenagem que estão embutidos naqueles R\$ 971 milhões. Santa Catarina foi o terceiro Estado brasileiro em números absolutos, só perdendo para São Paulo e Minas Gerais. E aqui quero registrar que o trabalho da senadora Ideli Salvatti foi fundamental para que esses recursos efetivamente chegassem nesses municípios onde ocorreram recentemente as enchentes. Aqui os investimentos são para drenagem para evitar um efeito tão drástico com as enchentes nesses municípios.

Este outro quadro (*aponta para a imagem*) mostra o detalhamento desses projetos de drenagem.

Problemas do esgotamento sanitário de Florianópolis, que é o nosso foco de discussão: dificuldades com licenciamento ambiental - essa é uma realidade inquestionável, pois historicamente temos tido problemas com as questões de licenciamento ambiental em Santa Catarina; questionamentos levantados pelo Ministério Público (isso não foi eu quem fez, foi a nossa equipe técnica que resgatou um histórico das ações em Santa Catarina); emissários localizados nas baías sul e norte; existência de fazendas de maricultura; e ETEs localizadas em zonas de amortecimento de unidades de conservação federal.

Isso foi o que levantou a nossa equipe técnica em função dos problemas que têm sido recorrentes nas discussões dos grupos de debate do PAC em Santa Catarina.

Soluções para esses problemas levantados: articulação entre Estado, Casan e os órgãos ambientais, isso é fundamental; alteração do plano de esgotamento sanitário com a redução do número de emissários; emissários oceânicos para lançamento de efluente tratado; elaboração do estudo de dispersão marinha para os emissários das praias do Campeche e dos Ingleses - isso já foi dito, nós estamos muito conscientes e acompanhando de perto essa discussão.

Nós ouvimos aqui nas manifestações, reiteradamente, o chamamento - inclusive na correspondência que recebemos dos movimentos - no sentido de que o governo federal teria que ter mais atuação e preocupação com os recursos que estão sendo colocados em Santa Catarina. Mas essa preocupação existe! A missão da Secretaria Nacional de Saneamento é buscar recursos, além do estabelecimento das políticas e diretrizes, viabilizar recursos para que as obras aconteçam pelo Estado, pelo município, pela empresa estadual, pela empresa municipal.

O projeto será aceito na Secretaria Nacional de Saneamento se ele for amplamente discutido e naturalmente se cumprir todos os requisitos e discussões em termos ambientais: temos que ter as soluções de titularidade de área, projetos atualizados, enfim, cumprir todos os requisitos legais. Nós não estabelecemos determinação sobre tecnologia de tratamento de esgoto ou de destinação de lixo. Nós aprovamos o que é escolhido pelo Estado, pelo município, mas desde que tenha preenchido esses requisitos.

Então, as decisões que serão tomadas pela Casan, o município é o titular, ele concede a Casan, portanto a participação do município é fundamental. Por isso, o que nós queremos cobrar? Primeiro, um plano municipal de saneamento efetivamente discutido,

não só para Florianópolis, mas para todos os municípios catarinenses; que os projetos que agora estão gerando toda essa polêmica sejam discutidos amplamente, que tenham a aprovação dos organismos ambientais e que tenham realmente uma participação social, porque se o projeto for para lá e tiver com pendência na discussão social, naturalmente volta para que essa discussão seja arredondada.

Portanto, a nossa missão é colocar recursos e vamos fazer o possível para que isso aconteça, mas essa preliminar da discussão, para nós, é fundamental para que realmente os projetos evoluam. Nós queremos transformar essas obras em benefício da sociedade num momento tão difícil em que vivemos uma crise tão expressiva, mas duas mil obras no Brasil sem dúvida que estão dando a grande contribuição como contraciclo da crise, principalmente no sentido de que tenhamos o produto final, que é esse investimento em estação de água, estação de esgoto, uma rede, trazendo o benefício social que todos nós queremos.

Eu não sei se o Manuel Renato teria mais alguma coisa a acrescentar...

Ele lembrou um fato interessante: nós estamos discutindo o Plano Nacional de Saneamento e vamos realizar em cada unidade da Federação uma audiência pública para discutir esse plano, além, lógico, de cobrar os planos municipais de saneamento, e aqui em Santa Catarina vamos promover uma audiência pública.

Então, essas são as informações e se houver qualquer questionamento estamos à disposição, de minha parte não tenho hora para terminar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu queria agradecer ao secretário nacional Tiscoski pela exposição e agradecer a presença do engenheiro Cláudio Floriani Júnior, que é superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Casan.

Agora passamos a palavra ao senhor Ricardo Castelli, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que falará sobre a problemática do licenciamento nas áreas de abrangência de unidades de conservação federais, por até cinco minutos.

O SR. RICARDO CASTELLI - Cumprimento os membros da mesa, as senhoras e os senhores. Boa-tarde.

Eu represento aqui o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio, e vou fazer um rápido histórico sobre o que é o ICMBio, mas a minha fala é breve e vai estar dentro dos cinco minutos.

O ICMBio foi desmembrado do Ibama em 2007. Quando o governo federal dividiu o Ibama, ele criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Então hoje nós temos, por exemplo, o Ibama que trata das questões de licenciamento ambiental e fiscalização e ao ICMBio ficou a responsabilidade de cuidar das atuais trezentas unidades de conservação federais no Brasil, um território de aproximadamente 80 milhões de hectares. E além das unidades de conservação, também ficou a cargo do ICMBio as espécies ameaçadas de extinção, ou seja, todos aqueles centros especializados que eram do Ibama passaram a ser administrados pelo ICMBio, como o projeto Tamar, o Centro Peixe-Boi, dentre outros centros.

Hoje, qual seria o papel do ICMBio na problemática de saneamento aqui na Ilha de Santa Catarina? É bem claro que a Resolução Conama 13, de 1990, preconiza que o órgão gestor de unidade de conservação federal precisa se manifestar com relação aos licenciamentos ambientais na sua área de entorno, ou seja, nos 10 quilômetros de entorno. Na Ilha de Santa Catarina, pelas unidades de conservação que nós temos hoje implementadas, a resex da Costeira do Pirajubaé e a Estação Ecológica de Carijós, 90% das obras de grande impacto dentro da Ilha precisam de autorização do ICMBio para os licenciamentos ambientais.

E aqui eu gostaria de deixar claro que o ICMBio, apesar de ser uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (hoje nós somos irmãos do Ibama, temos dois anos de vida e ainda estamos implementando a unidade, assim como implementando uma coordenação regional sul que vai cuidar dos três Estados do Sul, com sede aqui em Florianópolis - nós estamos aqui há quatro meses montando essa regional), não é órgão licenciador. O licenciamento ambiental é dos órgãos estaduais e do Ibama, nós não fazemos licenciamento ambiental.

Portanto, todos esses projetos que nos são apresentados são apresentados pelos órgãos estaduais para que nós façamos a análise desses projetos, dando a autorização ou a anuência.

Aqui em Florianópolis, vocês sabem melhor do que eu, essas duas unidades de conservação hoje representam os últimos remanescentes de mangue na Ilha de Santa Catarina, para vocês terem uma ideia da importância dessas duas áreas. E aí a gente sempre é cobrado que quem trava o desenvolvimento ou está impedindo o desenvolvimento são sempre os órgãos ambientais, mas não é bem assim. O problema é que se não são apresentados bons projetos, fica difícil o órgão aprovar uma coisa que ele não tenha a garantia de que aquilo não vá afetar a unidade de conservação. E aí fica bem claro para

os senhores que, no nosso caso, tudo aquilo que afetar na Ilha de Santa Catarina a resex de Pirajubaé e a resex Carijós, assim como a Rebio Arvoredo e a APA do Anhatomirim, os projetos terão que ser analisados pelo ICMBio para se dar a autorização.

A gente não está aqui, de maneira alguma, para travar isso. A senadora Ideli Salvatti mesmo falou da importância do saneamento básico aqui na Ilha, então a gente sabe disso, é de crucial importância, é uma obra que vem por um bom motivo, porque a gente precisa, e do jeito que está hoje não dá para ficar, porque fossa séptica contamina o lençol freático e esse é um problema muito sério. Então a gente sabe que essas obras são necessárias. Sim, precisamos delas! Mas que elas sejam ambientalmente viáveis e que esses projetos sejam apresentados, principalmente, como falou aqui o secretário nacional, num plano municipal, num planejamento municipal de saneamento, que é o que preconiza a Lei Federal 11.445.

Para a gente também é importante analisar isso de forma integrada, todos os projetos, e não ponto a ponto. Com essa análise integral a gente consegue ter uma ideia dos impactos sinérgicos no meio ambiente.

Concluindo a minha fala, eu gostaria de solicitar ao presidente da Fatma, como o doutor Murilo falou, que já recebeu o EIA-Rima da Casan com relação aos emissários submarinos, que o quanto antes, por favor, submeta ao ICMBio esse projeto para que se proceda imediatamente a sua análise.

Eu então gostaria de deixar claro que não estamos aqui para criar dificuldades, a gente quer apenas que os projetos tenham viabilidade ambiental. É isso o que a gente pede, porque de maneira alguma estamos aqui para travar o desenvolvimento ou qualquer coisa que seja. Mas enquanto não tivermos bons projetos que sejam integrados e enquanto não tivermos firmeza que aquilo que a gente vai autorizar não vai prejudicar principalmente as unidades de conservação - que hoje são pequenos fragmentos que se não tivessem as suas unidades de conservação possivelmente esse mangue que está inserido nessas duas unidades já teria sido degradado - fica difícil darmos a autorização para isso. De maneira alguma somos contra esse tipo de atividade, mas queremos que seja ambientalmente viável.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Ricardo.

Eu passo a palavra ao senhor Círio Vandresen, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que falará sobre os impactos do saneamento na maricultura e na pesca artesanal.

O SR. CÍRIO VANDRESEN - Boa-tarde, deputado. Eu quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa de realizar esta audiência pública, em nome do ministro da Pesca e Aquicultura Altemir Gregolin, que gostaria de estar presente neste momento. Saúdo todos os membros da mesa, principalmente os maricultores, o pessoal da aquicultura, o pessoal da pesca.

Quero dizer da preocupação do Ministério da Pesca e Aquicultura com relação à questão da política de saneamento básico. É bem verdade que nós defendemos a universalização do saneamento básico, agora é muito importante a gente discutir o modelo, o sistema, as medidas que serão adotadas. E dizemos isso porque o Ministério da Pesca vem num processo de consolidação da sua estrutura, de Secretaria Especial para Ministério, num processo de conferência em que buscamos com a sociedade civil discutir a consolidação de políticas de Estado, e não de governo, para um modelo de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura.

Nós entendemos que a água é o bem imprescindível para o desenvolvimento do setor. É bem verdade que a água tem múltiplas, infinitas finalidades, mas para o desenvolvimento da aquicultura e da pesca, a água é o bem primordial. Para nós, o cuidado com a água é a principal política, e por isso queremos interagir com os diferentes ministérios, com as diferentes estruturas de governo, com os entes federativos, com a sociedade civil, para que juntos, governo e sociedade, possamos buscar um modelo de desenvolvimento em que a questão da sustentabilidade ambiental, da viabilidade econômica dos empreendimentos e da inclusão social sejam os pilares, os alicerces da busca dessa consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável não só para a aquicultura e pesca.

A política de saneamento básico é muito importante aqui em Florianópolis e na nossa região, até porque dispensa o comentário de que tanto a aquicultura, como a maricultura, principalmente, e a pesca ocupam um lugar de destaque na economia do nosso município. Mas além disso também tem o desenvolvimento do turismo, porque se nós tivermos os produtos da maricultura contaminados, que comercializamos em São Paulo, no Rio de Janeiro, nos principais restaurantes deste país, seguramente teremos ameaças em outras atividades importantes da economia de Florianópolis e da grande região.

Então, quero deixar aqui o abraço do nosso ministro da Pesca e dizer que o empoderamento da sociedade civil é fundamental - e chamava a atenção para isso o deputado Lício - para que a gente não tenha uma política de governo, independente de governo e governante,

mas uma política de Estado em que o bem-estar social, a qualidade de vida, o direito à universalização do saneamento básico sejam fatores preponderantes, mas, acima de tudo, os direitos humanos sejam atingidos para toda a população.

O nosso muito-obrigado e contem com o Ministério da Pesca para interagir, para fortalecer o movimento na discussão entre os diversos entes federativos.

Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Estamos com 17h14min e a ideia era irmos até as 16h. Nós estamos à disposição e se o pessoal entender que podemos avançar um pouco, vamos manter todas as inscrições que eu tenho aqui, até porque o importante é a gente tirar as conclusões. Só peço que o pessoal tenha um pouco de paciência e fique até o final para garantirmos um quorum e uma representatividade para as decisões que vamos tomar aqui.

Quero justificar a ausência do doutor Américo Tunes, superintendente do Ibama aqui em Santa Catarina, que me mandou um expediente agradecendo o convite e justificando que por motivo de licença médica não poderia comparecer.

A primeira inscrição é de Isolde Espíndola, gerente regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, a quem concedemos a palavra.

A SRA. ISOLDE ESPÍNDOLA - Boa-tarde a todos. Quero dizer que é bastante bom que se esteja fazendo esta discussão sobre o saneamento básico de Florianópolis.

Gostaria de dizer o seguinte: hoje, qual é o papel do Patrimônio da União? O Patrimônio tem hoje a sua principal preocupação canalizada no sentido de que seus imóveis sejam utilizados por aqueles que têm interesse público, para o desenvolvimento sustentável e também para a sua preservação, o seu cuidado ambiental.

Então, quem decide para que vai ser usado seus imóveis é o Patrimônio da União, e aí é olhado o quê? O interesse público, a vocação do imóvel, se está adequado, até a questão urbanística e outras. Então não há como... A Casan simplesmente coloca um projeto, não discute e não pede a cessão do patrimônio. Até agora não entrou um projeto lá. E aí quero dizer que isso causa problema, porque é uma burocracia: vai a Brasília, tem portaria, atrasa tudo! A Caixa hoje não libera obra se não houver a cessão da União para as suas obras! O Patrimônio já suspendeu edital de licitação de obra de prefeitura que não tinha licitação no Tribunal de Contas!

Então, vejamos bem, é necessário que realmente se entre com essa discussão no Patrimônio da União para não inviabilizar, porque eu acho que estamos aqui para buscar as soluções.

Eu gostaria de dizer à Casan que a forma como está levando não é a melhor. Nós não somos opositores, nós somos parceiros nisso, é um programa que hoje (*ininteligível*) o governo federal e que precisam todos sentar à mesa. E aí eu quero dizer mais: a União também só cede essas áreas, primeiro, se a licença ambiental disser que não há degradação ambiental, que os maricultores estarão assegurados que continuarão na sua atividade, assim como os pescadores, porque não só o Patrimônio tem que dar a cessão da parte terrestre, como o do espaço aquático também, como estão os submarinos, enfim, todo o estudo.

Então, a colocação que eu faço é justamente a de trazer essa discussão a uma mesa. Eu acho que a Casan, da forma como vai levando a discussão, não vai chegar a nada. Hoje, quando nós temos grandes obras do Patrimônio da União, chamamos todos os parceiros, sentamos à mesa e vemos como viabilizar, como agilizar. É isso que estamos precisando.

Eu diria que lamento a ausência da prefeitura, porque ela deveria estar capitaneando essa discussão. Se a prefeitura, na realidade, tivesse responsabilidade, um compromisso real com essa cidade e com o povo que aqui vive, ela estaria capitaneando essa discussão, não deixando correr ao léu, de qualquer modo! Eu vejo o seguinte, como encaminhamento: que a Casan realmente chame os parceiros institucionais, chame a representação da comunidade e sente para discutir até chegar a um modelo, porque chega de obras que nós temos por aqui que começam de qualquer jeito e depois ficam lá paradas! Olha a beira-mar continental! O que é feito daquilo ali? É um prejuízo.

Eu quero dizer que estamos, sim, com essa disposição, mas é preciso que os parceiros sentem, discutam com toda a responsabilidade que um projeto como esse para a cidade merece, e o Patrimônio só dá a cessão se o laudo ambiental estiver de acordo. E digo mais, como é uma obra de um impacto ambiental considerável, é necessário, por recomendação do Ministério Público, que seja analisada também pelo ICMBio e pelo Ibama, conforme o caso. O Patrimônio está aí para agilizar essa obra, agora ela não pode passar à margem da discussão. O Patrimônio da União pedindo a sua cessão, vão ter assegurados todos os requisitos necessários, ambientais, da pesca, da maricultura, para poder continuar essa obra.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, Isolde. Eu vou passar a palavra por dois minutos aos nossos inscritos, para que dê tempo de todos se manifestarem.

Agora, com a palavra o próximo inscrito, senhor Alfredo Koerich.

O SR. ALFREDO KOERICH - Boa-tarde, senhores.

Eu quero dizer que Ingleses já tem um emissário de esgoto, mas é um emissário a céu aberto. No rio Capivari, seus dois únicos afluentes, que são o Feiticeira e o Ingleses, simplesmente foram transformados em emissários de esgoto a céu aberto, e isso está gerando problemas de toda ordem. E não vou mencionar a parte de saúde, porque eu sou advogado e morador de Ingleses, na foz do Capivari, então não me cabe mencionar as consequências na saúde, mas os especialistas, e deve ter algum aqui, poderão mencionar isso.

Por que o rio Capivari hoje é um emissário a céu aberto? Porque a Casan, exatamente no dia 18 de fevereiro de 1997, assinou um contrato com a Caixa Econômica Federal, recebeu o dinheiro e não cumpriu. Ela é inadimplente com o povo dos Ingleses! (*Palmas.*) Mas não é só com o povo dos Ingleses, não! Ela é inadimplente com o povo do norte da Ilha, e vou explicar por quê.

Lá existe um aquífero de 30 quilômetros quadrados que fornece água para Jurerê, Canasvieiras, Praia Brava, Ingleses, Santinho e todas as outras praias do norte da Ilha. E sobre esse aquífero, só nos Ingleses, hoje residem 45 mil pessoas no inverno - não estou nem considerando as pessoas do Rio Vermelho, porque ele vai até lá - e 110 mil pessoas no verão, que não têm esgoto! Imaginem os senhores a infiltração que pode estar acontecendo!

Eu pergunto: quem vai pagar a conta na hora em que esse aquífero ficar contaminado?! Os turistas estão sumindo e vão sumir cada vez mais, os estabelecimentos vão fechar, os empregos vão desaparecer, as atividades autônomas idem, tudo porque a senhora dona Casan, dona da verdade, joga sobre a Fatma a responsabilidade, já que apresenta projetos inexecutáveis que ela, a Fatma, jamais poderá assinar, porque senão seus técnicos serão presos por crime ambiental!

Então, é muito simples a dona Casan dizer que recuperou as suas finanças - e o presidente me disse que tem R\$186 mil ou R\$ 86 milhões, não sei, em caixa -, mas não faz as obras sociais! A Casan é uma empresa pública, ela não é uma empresa privada que só visa lucro! E mesmo assim, se fosse privada, ainda hoje as empresas privadas estão olhando o seu lado social.

Senhores, eu sei que estou quebrando um pouco o clima (*palmas*) pelo que ouvi até aqui, mas me dá arrepios quando vejo os projetos da Casan serem colocados lá! Eu pergunto: quando será executado esse projeto? E agora quero falar mais sobre ele. O que foi apresentado à Fatma é só um terço do projeto inicial, projeto esse feito quando Ingleses tinha 17 mil pessoas (*palmas*). Esse projeto que está hoje na Fatma tão comemorado pela Casan só vai atender 13 mil pessoas, e lá moram no inverno 45 mil pessoas! Por que a Casan não vem a público dizer isso?! Por que a Casan, enquanto se discute para onde jogar os dejetos, já não constrói a fase dois ou três, que não tem nada a ver com autorização ambiental, para que quando estiver resolvido o problema do emissário submarino ou achada outra solução, isso já esteja pronto? Mas isso aí pronto, só vai atender 30% da necessidade (*palmas*). Vejam a gravidade da situação!

Quando eu soube da realização desta audiência, meu coração se alegrou, mas quando cheguei aqui fiquei mais aflito. Pelo que eu ouvi hoje aqui, todas verdades verdadeiras, percebi o quanto vai ser difícil nós resolvermos o nosso problema. Realmente tem o problema da pesca, realmente não se falou na ilha do Arvoredo, realmente tem essa proteção ambiental de toda ordem. E nós, como presente por não termos recebido o esgoto da Casan, acabamos recebendo todo o esgoto do norte da Ilha, tudo vai para a praia dos Ingleses. Nós vamos receber o esgoto de terceiros e não resolvermos o nosso problema!

Eu posso me alongar demais e vou me emocionando, mas acho que já dei o meu recado - eu poderia falar aqui por quatro, cinco horas sobre esse assunto.

Eu sou um advogado aposentado, venho de banco de desenvolvimento, mas tirei o meu pijama e fui à luta. No verão, eu botei uma mesa de plástico ao lado do rio e colhi 1.200 assinaturas. E eu quero dizer mais: na hora em que eu colhia as assinaturas, colocava três papéis e se formavam três filas, tal a ansia da população em resolver aquele cheiro fétido. Eu fui ao Ministério Público, que está tomando as suas providências, mas não é suficiente! Fomos à Câmara de Vereadores, buscamos o apoio político e fizemos uma audiência pública nos Ingleses, na qual 14 se fizeram presentes dos 16 vereadores, coisa rara. Ainda ontem houve mais reuniões no norte da Ilha. Enfim, a comunidade, as 38 entidades dos Ingleses assinaram um documento, estão lutando, trabalhando, porque sem essa solução não existe futuro para Ingleses e região.

Muito obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado, senhor Alfredo, e o parabeno pela sua indignação, pois é ela que move as ações. E como eu senti que ele representava um sentimento

verdadeiro, autêntico, deixamos o tempo correr um pouco mais na esperança de que ele contemplasse algumas falas daqui em diante.

Com a palavra o senhor Paulo Henrique Spinelli.

O SR. PAULO HENRIQUE SPINELLI - Boa-noite a todos.

Como o tempo é curto, eu vou ser mais breve. O senhor Alfredo Koerich faz parte, junto comigo, de um processo longo, difícil da nossa comunidade, mas todos nós temos um objetivo comum: todos nós queremos o saneamento básico, sem dúvida nenhuma! Mas queremos um saneamento com eficiência, com qualidade, e não aquilo que querem nos propor, a transferência de um lado para o outro.

Eu fico extremamente preocupado, como disse o Alfredo, com a senhora Casan, com a sua autoridade, com a sua petulância de não querer sentar para conversar, de não ter o bom senso de ouvir. Isso me preocupa profundamente. Quando fazia parte do Plano Diretor fui insistente, provoquei uma comissão para tratar sobre saneamento e água e lá foram passadas informações, as quais foram repetidas aqui, de que no primeiro momento o esgoto seria lançado nos rios. Aí se percebeu que essa ideia não era viável e se fez três emissários. Com a força da comunidade, mudou-se para dois emissários, numa forma e rápida, mostrando com isso que só mudou o endereço, porque o destino continua sendo o mesmo.

O esgoto de Ponta das Canas e Canasvieiras, segundo eles, terá tratamento secundário, mas depois será transferido para os Ingleses, onde o tratamento será primário. Onde está a coerência disso? Onde está a seriedade? Sinceramente, ou querem nos enganar, ou acham que nós não temos bom senso, ou que nos falta inteligência!

Eu pediria que tomássemos providência e que fizessemos um seminário no qual fossem levadas em consideração todas as alternativas possíveis de solução. Em São Paulo, o Ministério Público está movendo ações contra aquela empresa por estar querendo fazer grandes obras. Entende-se hoje que o tratamento deve ser feito em microrregiões, em microbacias, e não na totalidade. Quando nós temos um problema, ele estará sendo agravado em dois grandes pontos apenas. Será que essa é a grande solução? Ou será que vamos encontrar, depois de vinte anos, aquilo que foi feito na Beira Mar Norte de forma equivocada, errada, em que nos diziam, festejando, que teríamos uma mini Copacabana com águas cristalinas. Será que de novo vamos cometer esse equívoco?

Então eu pediria com clareza que nós sentássemos em um evento no qual pudéssemos encontrar todas as alternativas possíveis e viáveis. E como diz a dona Isolde, que estivessem na mesma mesa todos os órgãos que têm que dar as licenças. E quero fazer um elogio ao representante da Fatma e, principalmente, aos técnicos da Fatma que tiveram a coragem de fazer um relatório mostrando 68 irregularidades - e eu espero que num canetaço não tirem essas pessoas desses lugares, porque assim fizeram com o Plano Diretor.

Eu espero que a senhora Casan não venha na imprensa dizer que o problema é a Fatma que não liberou a licença. Muito pelo contrário, espero que esses técnicos mantenham a dignidade e continuem com sua postura. Peço, inclusive, que nós tenhamos equilíbrio no sentido de fazer com que possamos realmente sentar e conversar e que a Casan, por favor, nos ouça! Nós só queremos o bem. Nós queremos o bem de todos. O que nós não queremos é a transferência de um problema para um lado ou para outro.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Está inscrita a Patrícia Freitas, moradora da praia da Joaquina, a quem concedemos a palavra. Pedimos objetividade aos inscritos para darmos oportunidade a todos.

A SRA. PATRÍCIA FREITAS - Boa-tarde a todos da mesa; boa-tarde, senhoras e senhores.

Eu sou moradora da praia da Joaquina há 33 anos e a minha mãe é a mãe surfista do Brasil todo, conhecida, já foi candidata várias vezes ao cargo de vereador e mora na praia da Joaquina há 40 anos. Então, eu vou falar por mim, pelos meus conhecimentos.

Na Joaquina existem dois hotéis na praia e quatro restaurantes. Muitas vezes já fechamos os restaurantes, os hotéis, porque eles jogavam o esgoto na praia. Temos alguns problemas lá, porque até hoje jogam esgoto na praia quando chove. Então, já que a minha praia está sendo poluída, o mar eu não vou querer. Por isso sou contra esse saneamento básico fluvial que está acontecendo aqui. Eu fiquei sabendo hoje dessa reunião por algumas pessoas, por isso estou aqui presente. Como moradora não fui chamada, nem eu nem minha mãe, e são duas pessoas que moram na praia há anos, ninguém procurou a gente para perguntar o que achávamos sobre tudo isso.

Então acho uma falta de respeito de vocês, porque procuraram Campeche, Armação e todas as outras praias, menos a praia da Joaquina. A Joaquina também faz parte, assim como o Campeche, e a praia vai ser estragada! Por que ninguém nos procurou? Ninguém veio falar comigo ou com a minha mãe? Então eu sou contra.

Hoje em dia não é só a Joaquina que vai se estragar, a praia do Campeche também, fora os pescadores que vivem da pesca. Este ano teve tainha, a praia deu muita tainha, o Campeche, a Joaquina, o

Morro das Pedras, a Barra da Lagoa, e vocês vão estragar o mar também com tudo isso! Tem os campeonatos de surfe que são feitos na praia da Joaquina, na praia Mole, no Morro das Pedras, no Campeche... Vocês não pensaram em tudo isso! Então vocês têm que sentar com a comunidade realmente, com os surfistas, com a Federação de Surfe, com os pescadores, com os moradores e conversar. Vocês não fizeram isso! Desculpem-me, mas está sendo muito mal organizado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Passamos a palavra a Flávio de Mori, presidente da Associação de Moradores do Ratonos.

O SR. FLÁVIO DE MORI - Boa-noite a todos.

Nós estamos localizados em uma área bastante sensível da Ilha de Santa Catarina, que é Ratonos, que fica ao lado da Estação Ecológica Carijós, e a nossa preocupação é justamente buscar, o que ocorreu por várias vezes, uma solução em nível de saneamento básico na Casan, nos órgãos municipais, para que a gente possa preservar aquele espaço.

Infelizmente a gente não conseguiu avançar muito nessa questão, apesar de uma audiência pública em 2006 determinar estudos técnicos no interior da bacia do rio Ratonos. Isso foi encaminhado à Casan, que num primeiro momento fez um termo de referência para viabilizar esses estudos, mas depois, numa reunião que tivemos em 2008 com oito entidades comunitárias e o presidente da Casan, ele desautorizou esses estudos e nos disse textualmente que Ratonos nunca teria saneamento básico porque Ratonos não era um lugar que daria lucro no saneamento básico.

Eu penso que saneamento básico é uma atividade que tem que ser desenvolvida para toda a comunidade. E eu fiquei feliz porque o representante da Casan disse que em 2012 100% da Ilha vai ter esgoto tratado. Então imagino que essa posição foi revertida na Casan e eles vão contemplar o interior da bacia de Ratonos também nesse projeto.

Saneamento não é só na orla, nos locais em que as pessoas desenvolvem o turismo, mas no interior da bacia também, e é preciso buscar soluções diferenciadas. No interior da bacia, que compreende Ratonos, Vargem Pequena, Vargem Grande, Barra do Sambaqui, Vargem do Bom Jesus, são comunidades que têm um adensamento menor, então precisamos buscar soluções diferentes. Por isso que nós precisamos de estudos e projetos nessas áreas para identificar qual o tipo de saneamento, qual a solução técnica que pode ser viabilizada para resolver o problema dessas comunidades.

Em um seminário que realizamos recentemente sobre a revitalização do rio Ratonos, no qual a Fatma e a Casan estiveram presentes, uma das diretrizes foi estudar a poluição da bacia do rio Ratonos e buscar soluções. Então a gente coloca de público aqui a nossa demanda à Casan para que ela possa se inserir nesse grupo e viabilizar esses estudos e projetos no interior da bacia do rio Ratonos, a fim de que a gente possa identificar quais as soluções viáveis e, a partir daí, buscar a sua implementação.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Com a palavra Ataíde Silva, presidente da Associação de Moradores do Campeche.

O SR. ATAÍDE SILVA - Presidente, queria agradecer a oportunidade e dizer que as colocações feitas aqui, até pelas pessoas mais humildes, como vocês puderam ver... Tivemos aqui o Alfredo, advogado, o presidente mesmo fez referência a sua indignação no sentido de defesa daquele habitat que é os Ingleses. Eu quero dizer que quando a Patrícia colocou que mora na Joaquina, eu já fui presidente da Federação Catarinense de Surfe e sei bem disso, sei da importância disso para o esporte, quero dizer, Patrícia, que Campeche, Pântano do Sul e demais comunidades também não foram convocadas, não foram intimadas a participar de nenhum espaço de discussão sobre o saneamento básico de Florianópolis.

As audiências públicas acontecem, muitas vezes, às 14h, e quero registrar isso com tristeza, porque o cidadão comum, a exemplo da Patrícia ou de qualquer outro, não pode participar. Eu inclusive estou no meu horário de trabalho e tive que pedir meu dia de folga para poder participar desta audiência.

Eu quero dizer o seguinte ao secretário Tiscoski: nós temos hoje um Plano Diretor que estagnou nas discussões, na elaboração, de forma radical por parte do presidente, e estamos tomando providências em nível judicial. E o senhor, como secretário do Ministério das Cidades, deve saber dessa informação.

Quero dizer também que o Campeche, na discussão do seu Plano Diretor, sempre teve como diretriz a não emissão do esgoto para a baía. Mas o que aconteceu? Nós tínhamos um projeto em que o tratamento encaminhava - o primeiro projeto da Casan - o esgoto à baía. No calar da noite, através de uma mobilização econômica - e respeito os maricultores, inclusive quero dizer ao representante do secretário da Pesca que não pode se preocupar com a maricultura, porque saneamento básico não é só maricultura ou baía! Nós temos a questão

econômica, nós temos a questão lazer, a praia, a questão esporte, nós temos vários fatores que envolvem o nosso mar. Mas no calar da noite querer mudar um projeto a toque de caixa - eu não sei, parece que são deuses, não é? Tecnicamente eles mudam o tratamento de uma forma para um emissário! E o que é um emissário? Eu vou colocar aqui.

Qual é o risco da existência de um emissário? Aqui nesta Casa foi aprovado o projeto Mosaico, que alterou a Serra do Tabuleiro, permitindo inclusive - que não é prerrogativa do Estado - a mudança da praia da Pinheira para doze pavimentos. Se houve uma mobilização econômica em nível de baía, ou seja, da costa da Ilha de Santa Catarina, não aceitando o esgoto na baía, que eu sou contra, quero dizer aqui que sou contra e a minha planície, com quase quarenta mil habitantes, é contra também, mas é contra a existência do emissário. Então, se esse lado da costa de Florianópolis não quis o esgoto na baía e luta agora para que o esgoto do continente não vá para a baía, o que acontece, qual a opção? Com a existência do emissário e a não capacidade das estações de tratamento na Ilha, vai existir o famoso esgoto *in natura* para alto mar, o famoso gradeamento, como se chama, uma grade em que tira o esgoto, o produto bruto, poluindo o nosso...

O que eu quero dizer aqui é que é importante que esta audiência pública tire como encaminhamento que não podemos ver só o lado econômico ou só o lado ambiental, jogando para outro! Não podemos tirar o esgoto da sala e colocar na cozinha! Nós queremos o quê? Nós queremos o zeramento do projeto, uma rediscussão dele com a sociedade civil, e que o BNDES suspenda a liberação de verba para esse projeto até que ele seja rediscutido com a sociedade civil.

Em segundo lugar, queria dizer ao representante do ICMBio que todas essas movimentações, quando você fala em área da reserva extrativista do Pirajubaé... Eu fico muito à vontade em dizer que participei, é história da minha vida, da luta pelo parque do Peri em 1982, muitas vezes fui até preso na Câmara de Vereadores quando perdíamos o ônibus das 22h - o último ônibus do Campeche, do Pântano do Sul, do Ribeirão era 22h40min -, pois a Câmara de Vereadores colocava o projeto à meia-noite para nós não estarmos presentes. E naquele momento nós íamos à pé até em casa, mas aprovamos o parque do Peri.

Na época, muitos loucos diziam: para que o parque do Peri? Hoje nós temos uma reserva de água para 140.000 pessoas, o companheiro aqui falou da região dos Ingleses, mas nós abastecemos o resto da Ilha, que é a reserva do Peri. E vamos usar uma água tratada na estação de tratamento sendo jogada no mar? Por que não fazer o reaproveitamento dessa água?!

O que eu quero dizer é o seguinte: vamos dar um outro encaminhamento para o tratamento de esgoto de Florianópolis. Então, que pare aqui a liberação de verba para esse projeto absurdo, e o último representante aqui, o penúltimo é o representante da prefeitura. Mas não quero aqui fazer a Casan de vidraça, não, porque a prefeitura tem uma grande responsabilidade nesse processo, porque nunca nos chamou para participar disso (*palmas*)! O prefeito Dário Berger e a Casan! O Campeche fez um seminário há uma semana, vai encaminhar uma audiência pública, mas até então, infelizmente, a Casan nunca tinha nos procurado.

Para concluir, quero deixar registrado aqui que a nossa planície, Pântano do Sul e Campeche, também não assinou o documento em nome do movimento comunitário do saneamento em função de haver alguma divergência nesse encaminhamento, porque Queremos rediscutir, zerar o projeto, e zerar o projeto não é tirar cano debaixo da terra, é rediscuti-lo com a sociedade civil.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Gert Schinke, representando a Federação das Entidades Ecologistas Catarinense (FEEC), pedindo ao pessoal que se concentre nos dois minutos e já proponha os encaminhamentos.

O SR. GERT SCHINKE - Eu falo em nome da FEEC, que é a Federação das Entidades Ecologistas Catarinense, e gostaria de ratificar a questão que foi colocada, como mera observação. A FEEC não endossa esse documento apresentado aqui em nome do movimento, porque nós vamos continuar essa discussão. Nós estamos firmemente interessados em continuar essa discussão e a organização, especialmente, para que a gente encontre fórmulas unitárias ao nosso município.

Inicialmente eu quero dizer que eu moro em um distrito para o qual a Casan está em absoluto débito, assim como para grande parte da cidade. Foi aqui mencionada a lagoa do Peri, portanto, só nós exportamos água potável para todo aquele sistema leste que vocês viram ali, mais ou menos a metade da ilha de Florianópolis. É uma população pequena, é verdade, insignificante, são só sete mil habitantes, mas merecem um tributo e uma atenção por parte da metade do município de Florianópolis - você colocou muito bem, Ataíde, a nossa também às vezes é esquecida. Aliás, a Casan já declarou que a estação de tratamento do distrito de Pântano do Sul não é prioritária, ela está descartada por ora nos investimentos prioritários. Então,

naquilo que discutimos no Plano Diretor, já estamos fora. Somos só sete mil habitantes, quatro mil eleitores, o que não tem muito peso!

Eu quero trazer, na esteira das questões que foram levantadas, este documento aqui: Minha Casa, Minha Vida, e pedir especial atenção para um dos técnicos da Caixa Econômica ou do BNDES que ainda esteja aqui. Aqui se lê, nos trinta parâmetros verificados pela Caixa, para aprovação do quê? Do módulo para a construção das habitações populares, módulos de até quinhentas unidades ou condomínios fracionados em até 250 unidades.

Observem só o brilho deste documento, que diz no seu item VII o seguinte: "Devem estar contemplados: abastecimento de água e energia, solução de esgotamento sanitário e drenagem pluvial." A janela de oportunidades oferecida pelo governo federal em fazer um milhão de casas novas, a solução como parâmetro de análise para os módulos de casa popular não obriga (isso aqui é escandaloso!) o tratamento sanitário. É um esgotamento sanitário! E aí nós chegamos a um modelo: Jurerê Internacional, que tem três mil, quatro mil habitantes, tem uma estação de tratamento perfeita, altamente lucrativa, que a Casan agora disputa na Justiça. A Casan disputa na Justiça a posse sobre a estação de tratamento da iniciativa privada! E aí nós chegamos a um modelo aqui que foi levantado pelo deputado, um gigantismo. Ora, se Jurerê pode ter uma estação de tratamento, por que Pântano do Sul não pode, por que parte do Campeche não pode, por que Armação não pode, por que Ribeirão da Ilha não pode? É perfeitamente possível! A tecnologia está orientada politicamente para determinada finalidade. É isso que tem que se dizer aqui. Não é por falta de tecnologia que não é possível, é porque o gigantismo das obras alimenta esse tipo de obra. Nós sempre colocamos alternativas na mesa, mas se fazem surdos, mudos, não vêem.

Você que tem a chave do cofre, secretário Leodegar Tiscoski, tem que cuidar com isso. E nós vamos ratificar aqui o pedido: feche o cofre, obrigue a Casan e a Prefeitura a fazerem um plano decente e apresentarem novas tecnologias. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Gostaria de fazer uma correção: eu apresentei o senhor Manoel Renato como representante do BNDES, mas ele é representante do Ministério das Cidades.

Com a palavra o senhor Cedenir Valter Silva, representando o Conselho Comunitário do Rio Tavares.

O SR. CEDENIR VALTER SILVA - Boa-noite, deputado Décio Góes, demais membros da mesa, platéia, embora em pequeno número, mas acredito que estamos representando uma grande parcela da nossa comunidade.

Sou representante do Conselho porque nasci em Rio Tavares e moro no Rio Tavares. Lá na comunidade temos uma preocupação que é comungada por todas as outras comunidades lindeiras: onde vai ser colocada a estação de tratamento da Casan é área alagadiga. Não sabemos se isso foi observado no projeto. Quando aquela área ficar alagada, que suporte técnico será dado aos moradores da região?

Nossa segunda preocupação: o emissário está sendo proposto para um espaço geográfico ainda preservado, inabitado, em mar sujeito à ressaca, a marés, a ventos e, como maneizinho eu digo, quem não conhece a lestadá, muito comum nas regiões do Campeche, Rio Tavares, Joaquina e Barra da Lagoa.

Por conta disso, nós nos preocupamos com a balneabilidade daquela região. Pasmem (eu também fiquei surpreso): o mar do Rio Tavares vai receber tratamento de esgoto que não é seu, haja vista que a rede coletora não passa por Rio Tavares, que tem hoje em torno de cinco mil habitantes. Contando com a Fazenda do Rio Tavares, Cachoeira do Rio Tavares e Campeche são quinze mil habitantes, e não estou citando aqui Areias, Morro das Pedras e a nossa comunidade do Porto da Lagoa, Lagoa da Conceição, Retiro e Joaquina, que são doze mil. Mas onde querem jogar o emissário submarino tem cinco mil moradores aproximadamente, que não vão ser beneficiados com a obra. Aí chegamos a uma dúvida: também vão ter que cortar as maiores dunas da região para adentrar com o emissário submarino.

Bom, segue um questionamento: se a qualidade da água será boa para jogar no mar, por que então (e não estou sendo favorável a essa questão, estou fazendo apenas uma indagação) não se coloca nas baías? Se a água é limpa, qualquer problema que surgir será facilmente detectado na baía.

Nós vamos convocar uma assembleia para levar aos nossos moradores e às associações próximas essa discussão, porque somos favoráveis ao saneamento. Afirmo e reafirmo: nós somos favoráveis ao saneamento devidamente planejado, com a preservação do ambiente e do meio ambiente, mas não queremos obras que não beneficiem os moradores, como praças caça-níqueis para obras inacabadas ou deficientes.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra o senhor Valter Chagas, da Associação dos Pescadores do Campeche.

O SR. VALTER CHAGAS - Eu queria saudar os membros da mesa e os demais presentes.

Sou mais conhecido como Valtinho e sou filho de pescador e lavrador. Hoje meu pai é aposentado como vigia, trabalhou muito tempo no Instituto de Educação. Ele trabalhava de manhã e de tarde, como dava jeito eu não sei, mas conseguiu se aposentar.

Este foi um dos anos que mais deu tainha na região do Campeche, isso dito por senhores que moram lá há cinquenta, sessenta anos. Eu fico triste em saber que se tem a ideia de botar um emissário naquela região. Com a criação do Ministério da Pesca, todos estavam contentes, e continuam contentes.

O outro problema que vejo é o seguinte: é na questão da Casan. Eu vou falar agora como suplente do Núcleo Distrital do Campeche. Há três anos, nós nos reunimos no Campeche todas as segundas-feiras para discutir o Plano Diretor Distrital. Chova ou faça sereno, nós estamos lá.

Eu lembro que em 2008, quando saiu a implantação do esgoto na região das Areias do Campeche, chegou lá na nossa reunião uma comissão da Casan, até em nome da dona Emília, que esteve lá presente, segundo ela, para nós discutirmos uma parceria comunidade/Casan, até porque nós tínhamos que assinar na Caixa Econômica Federal, para retirar a verba, para que nós participássemos. Nós esperamos essa participação. Fizemos reunião na Casan e o secretário da Habitação, o senhor Átila, várias vezes não compareceu.

Essa comissão da Casan simplesmente desistiu de participar lá na comunidade. Então, tivemos que forçar um seminário no mês passado para chamar a Casan para discutirmos o projeto, e a nossa surpresa: chegamos lá e o projeto já estava pronto, pela goela abaixo.

Agora eu digo: nós não queremos emissário nem na baía nem no mar. Nós queremos uma discussão na comunidade para ver projetos novos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra o senhor João Chagas, da Associação dos Moradores do Campeche

O SR. JOÃO CHAGAS - Boa-tarde aos membros da mesa e aos demais presentes a esta reunião.

A minha participação hoje aqui nesta audiência é igual a uma música do Roberto Carlos que diz: "minha alegria é triste". Vou começar pela minha alegria: a alegria que eu tenho é que depois que me conheci como gente, com 14, 15 anos, é a primeira vez que vejo o governo federal investir na área de saneamento. Isso é uma alegria muito grande, porque hoje nós contamos com a grana, o dinheiro, que era a pior situação que tínhamos. Hoje nós temos essa grana. O que eu vejo hoje são duas tristezas ou mais. A primeira delas é a colocação da água, que dizem que é pura, na baía e a segunda é o emissário. Eu acho que foram dois projetos infelizes. Por quê? É o seguinte: como o Valter Chagas falou, a gente é pescador, a gente quer pescar tainha e outros peixes. Desculpem a expressão, não queremos cercar navios, os senhores entendem o que eu quero dizer, não é?

Ao mesmo tempo, sobre a baía, no Brasil nós temos um problema muito sério: querer fazer uma obra faraônica e não se ater a alguns problemas pequenos, como é o caso também ressaltado pelo Valter, a situação de enchentes no Rio Tavares. Eu acho que a primeira coisa que se tem que fazer é limpar a região do Rio Tavares para que não aconteça mais enchente.

Quando eu ouço falar em emissário, acho que vai ser gasta uma grana fabulosa, e aí eu me pergunto: será que não deveríamos pegar esse dinheiro do emissário, que é bastante grande, e fazer o assoreamento do rio Tavares? E como disse o nosso amigo Ataíde, será que não deveríamos aproveitar a água que dizem que tem 98% de pureza e retornar para as casas, retornar para as empresas para que se lavem calçadas, para dar descarga nos banheiros? Será que isso não é mais econômico? Será que não poderiam fazer uma ação social em vez de cobrar 100% da água que se gasta hoje? Vão ter que pagar mais 100% em cima e talvez diminuir essa quantidade, haja vista que a água vai ter esse retorno. A perda dessa água limpa vai ser de 10%, então não haveria necessidade de pagar 100% em cima disso aí.

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Solicito que seja breve.

O SR. JOÃO CHAGAS - O presidente pediu para eu ser breve, mas lamento muito dizer que a gente... Como disse o Valter Chagas, a comunidade vai participar, a comunidade vai ser parceira, mas que tipo de parceria é essa? É como eu convidar alguém para ser meu sócio, gastar todo o dinheiro da sociedade e depois, no final das contas, fazer um projeto ridículo, ruim, e passar para ele dizendo o seguinte: paciência! Deu tudo errado, o problema é de nós dois agora!

Será que a Casan e a Prefeitura não têm a consciência de fazer um projeto junto com a comunidade? Será que se acham os deuses da situação? Nós temos gente na comunidade com muita competência para participar dessas situações. Acho que está na hora de começarmos a resolver o problema em conjunto.

Graças a Deus nós estamos numa democracia, mas parece que estamos querendo voltar ao tempo da ditadura.

Senhor presidente, agradeço a oportunidade que os senhores nos deram, mas até mesmo nesta sala vimos que a comunidade é deixada por último, lamento dizer. O nosso discurso, a nossa participação foi deixada por último. Por que isso? Vamos ter uma democracia melhor, vamos ser mais gente, vamos nos unir para resolver o problema em conjunto!

Desculpem a minha emoção.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra a senhora Adriana Ferreira, da Associação da Barra do Sambaqui, também pedindo objetividade.

A SRA. ADRIANA FERREIRA - Em relação ao pedido de objetividade, com certeza tentarei ser bem objetiva. Concordo com o que foi dito aqui: por que nós, da comunidade, sempre temos que falar rápido, apressadamente, sem espaço? (Palmas.) Houve uma série de participações importantíssimas, mas o que está aparecendo agora, mais uma vez, é exatamente como somos tratados aqui.

Então, vou colocar pedidos bem objetivos. Em relação à Prefeitura, lamentamos profundamente a nossa invisibilidade. Eu sou da Barra do Sambaqui, que possui o título de menor IDH de Florianópolis, sequer aparecemos em momento algum. Apareceu ali o pseudopiano da Prefeitura, onde está o distrito de Santo Antônio de Lisboa: Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui. A Barra do Sambaqui não aparece. Por que a Barra do Sambaqui não aparece?

Em relação ao ICMBio, nós queremos deixar claro que gostaríamos de ter um relacionamento estreito com esse órgão, porque o quintal da nossa casa é a Estação Ecológica de Carijós. Nós possuímos o menor IDH, somos vizinhos da reversa ecológica e não seremos completados com tratamento de esgoto!

Senhor Leonardo, eu vi as prioridades apresentadas pelo senhor, ali consta que teríamos prioridade, mas o tempo todo nós fomos segregados e, pior de tudo, sofremos pressões fortíssimas na imprensa por parte da Casan; sofremos pressões pela nossa participação, fomos ameaçados na mídia pelo presidente da Casan de que não receberíamos tratamento do esgoto a partir do momento que nos manifestássemos. Como nós nos manifestamos contra, eles trouxeram isso. E essa promessa está sendo cumprida, nós estamos fora, nós não aparecemos em nenhum momento. Os representantes da Barra do Sambaqui nunca são reconhecidos.

Por que essa comunidade tão carente, que necessita do apoio público não é contemplada? O que nós estamos vendo crescer lá é a marginalidade, a violência. É isso que nós estamos vendo lá, mas não somos contemplados!

Eu queria lamentar profundamente aqui a fala do representante da Casan, que se utilizou de toda a nossa luta, que foi uma verdadeira luta. Nós, cidadãos comuns, tivemos que ir para a rua ficar fazendo festinhas e movimentos para arrecadar dinheiro para a camiseta, para a faixa, para a manifestação, para conseguir ser ouvidos, que houvesse uma audiência pública, que de início era nosso direito e que deveria ter sido proposta pela Casan. (Palmas.)

Então, eu lamento profundamente que hoje o representante da Casan chegue aqui se utilizando da nossa comunidade, assim como de outras que também tiveram que lutar para conseguir as audiências públicas, dizendo que a Casan promoveu audiências públicas. A Casan não promoveu nada! Ela foi pressionada pelo movimento popular! (Palmas.)

A nossa demanda é muito simples, infelizmente a mesma desde o início em que a gente está nas ruas. Nós queremos, nós precisamos de tratamento de esgoto. Nós precisamos disso na nossa comunidade, que tem o menor IDH da Ilha.

Nós também desejamos algo, e isso é um pedido ao senhor, deputado, aos deputados em geral e às autoridades em geral: queremos transparência no processo. Não tem havido transparência e acesso a nada para as comunidades. Tudo é na marra, na pressão.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra a senhora Vera Lúcia Bridi.

A SRA. VERA LÚCIA BRIDI - O que está colocado hoje aqui nesta audiência é a aplicabilidade da lei. Nós estamos aqui com segmentos da União, do Estado, do Município e estão aqui toda a sociedade civil organizada e vários representantes dos núcleos distritais.

Para a elaboração de um plano municipal, um plano diretor que não é só do saneamento, é preciso avaliar o embricamento de planos e é preciso muita informação.

Eu gostaria de oportunizar neste momento, senhor Nelson Bittencourt, uma solicitação e que ela fosse considerada pelo Ministério na avaliação da liberação dos recursos do PAC para os planos: que o município de Florianópolis, o segmento gestor, volte a integrar os trabalhos do Plano, porque nós, que somos da sociedade

civil organizada, que não somos voluntários, participamos ativamente, milhares de pessoas deste município participaram na elaboração do Plano Diretor.

Qual é a importância maior disso? Mesmo que na ocasião a Casan tivesse técnicos da mais alta competência, assim como o município, eles não seriam capazes de fazer as leituras comunitárias como nós, porque quem mora perto dos locais é que vai identificar os fatores de risco tanto ambientais quanto para as comunidades.

Então, na questão da lei do saneamento básico, é uma lei de inclusão social. Ela define direitos prioritários para algumas categorias da nossa sociedade, em primeiro lugar, aqueles adensamentos populacionais em assentamentos informais, onde tem esgoto a céu aberto, sujeito a área de inundação. Acredito que cada um de nós aqui dos núcleos gestores distritais é capaz de elaborar um relatório dizendo com minúcias onde estão localizadas essas populações.

Os extrativistas de berbigão, os pescadores artesanais, os maricultores familiares também fazem parte dessas categorias que têm direitos prioritários, porque são categorias que a gente sabe que têm um grande índice de analfabetismo, uma baixa renda perpassa as famílias dessas categorias.

Então, o conceito de risco, o risco não só do ponto de vista ambiental mas o risco de grupamentos humanos, tem que ser mapeado, e aí a gente investigou e descobriu o seguinte: na verdade a vigilância ambiental é de competência da Saúde, da Secretaria de Saúde. E aí a gente pediria os relatórios da Secretaria de Saúde para saber onde estão esses grupamentos, quantos são, para que a gente possa ver no conjunto a aplicabilidade dos recursos para essas comunidades como direitos prioritários, onde estão os pescadores, onde se localizam os maricultores familiares, os extrativistas e, principalmente, os grupamentos urbanos de baixa renda, para que a gente possa elencar quem vai receber primeiro as redes e os tratamentos, aí, sim, estaremos num planejamento realmente organizado.

Quanto aos estudos de impacto ambiental e os estudos de impacto de vizinhança e de sustentabilidade, eles também devem ser analisados.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Aqui é uma visão geral do Estatuto das Cidades, que é a prioridade da retomada do núcleo gestor, e algumas avaliações mínimas que qualquer plano diretor, seja de saneamento, seja do que for, tem que levar em consideração quando está analisando o seu território.

Aqui nós temos uma visão geral. Aquele risco amarelo, no centro, está indicando o encontro das águas da baía. É o lugar mais sedimentar. Nessa região do aeroporto as águas se encontram e não tem corrente de vazão. Não precisa ser oceanógrafo, não precisa pedir estudo de impacto ambiental para saber que a área mais sedimentar de toda a Grande Florianópolis, de Santa Catarina, é a região do encontro das águas próximo ao aeroporto, por isso que nós lutamos sempre para que não sejam colocados emissários ali, porque, mesmo que tenha 98% de depuração, é um lugar de cultivo de ostras, são filtradores, acumulam e tem detritos, fosfatos, hormônios e uma série de coisas que não estão contempladas nos projetos.

Esta é uma imagem geral da Tapera. Quem pensa que não tem favela dentro da Ilha, quero dizer que nós temos dez mil habitantes dentro da região da Tapera. Aquela pontezinha ali é sobre uma canaleta de esgoto sanitário, a céu aberto, e os núcleos gestores participativos municipais e distritais... Tem um indicativo aqui que a gente vai pedir alguns encaminhamentos, um deles é que a gente faça um seminário e que todos esses fatores de risco elencados nos distritais façam uma convergência para a gente ter garantido esse mapeamento, pelo menos da parte voluntária.

O Plano de Saneamento não pode ser só de um distrito, só do Ribeirão da Ilha, só do Campeche, só do Pântano do Sul ou só dos Ingleses, ele é por bacias hidrográficas. Quando a gente faz plano de saneamento, a gente tem embricamento de plano, a gente tem que fazer o saneamento e os recursos hídricos associados. Por quê? Porque são os contaminantes tanto dos rios quanto do mar que têm que ser analisados nesse momento.

Eu gostaria de dizer que esse conselho municipal de saneamento básico hoje em Florianópolis, ainda denominado básico, deveria, no mínimo, ser ambiental, porque saneamento básico só pressupõe aqueles três itens lá, drenagem pluvial, lançamento de efluentes e tudo mais. O saneamento ambiental vai considerar, por exemplo, o ruído dos aviões, as correntes eletromagnéticas a que as populações são expostas, o chumbo, a sílica e mais outras coisas que um conselho municipal de saneamento ambiental deveria estar preocupado. Parece-me que esse conselho ainda não está organizado de maneira paritária e ainda não incorporou, embora seja recente, uma indicação de que não seja apenas consultivo, que seja deliberativo.

Aqui nós temos um esboço do que eram as nossas avaliações lá no distrito de Ribeirão da Ilha. O Ribeirão da Ilha divide a planície do Campeche junto com o distrito do Campeche. Embaixo

dessa planície do Campeche tem um grande aquífero que é responsável pelo abastecimento de água de uma grande parcela da população do sul, inclusive da costa leste. Ele tem grandes projetos de adensamento populacional, que é outro fator que temos que ver, o limite de ocupação da Ilha, porque não temos água suficiente para uma grande expansão e os tipos de saneamento que podem também estar infiltrando no solo.

Aqueles desenhos vermelhos ali são as projeções iniciais das estações de tratamento com os efluentes emissários, que são aquelas setinhas. A gente nunca fez proposição de fazer um grande emissário para cá ou para lá, gostaria de deixar bem claro. A gente tinha um ponto de impacto - temos 25 quilômetros de costa -, temos muitos pescadores, muitos extrativistas, muitos maricultores familiares e não podíamos permitir a contaminação do mar. Além daquela *(ininteligível)* da Tapera, com a exposição humana ao saneamento, que nós priorizamos para recebimento de rede dentro do nosso distrito, nós estamos preocupados com outras coisas, como aquela reserva extrativista lá do Pirajubaé.

A contaminação do rio Tavares.

O rio Tavares é um rio estuarino. Quer dizer, ele sofre os refluxos das marés. Aquela parte do rio Tavares (está aí o representante da Fazenda do Rio Tavares) tem que ser considerada também, porque se o emissário vai para dentro do rio Tavares quando sofre inundação reflui tudo para dentro das casas. Então, essa é outra consideração que tem que ser feita.

O manguezal da Tapera, embora não seja uma unidade de conservação, está sendo invadido, mas toda aquela parte redondinha, que está ali onde está a setinha, que a gente chama de Barro Vermelho... Quem for lá, vai ver o número de berbigão, o vôngole, um produto muito requisitado na gastronomia, sendo sujeito à contaminação também.

Quanto à questão que eu estava falando antes, o embricamento das análises dos planos, o plano de saneamento no nosso distrito, por acaso, tem que sofrer uma avaliação muito forte do plano local de desenvolvimento da maricultura, que também está sobreposto. Então, a gente não pode fazer planos nem na Casan nem no município com parte *(ininteligível)*. Nós precisamos fazer sobreposições de planos e análises de impacto ambiental de vizinhança e de sustentabilidade, e no nosso caso não é só um caso de sustentabilidade ambiental afetando a reserva extrativista do Pirajubaé e o manguezal, a nossa orla, a possibilidade de balneabilidade de dez mil pessoas que são bastante pobres da região da Tapera (inclusive a gente quer a integração cultural dessa comunidade com a Escola do Mar), mas também as análises do fator humano, que nesse caso as nossas comunidades *(ininteligível)* a sustentabilidade socioeconômica. Se nós perdermos a pesca artesanal, se nós perdermos a maricultura, eu sinto muito, mas não sei mais o que fazer como representante desse distrito para dar uma solução para centenas, milhares de famílias que vivem hoje dentro do distrito de Ribeirão da Ilha, na ordem de 35 mil pessoas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra a senhora Angela Liuti, presidente da Ufeco e coordenadora do Fórum da Cidade.

A SRA. ANGELA LIUTI - Boa-tarde a todos.

Acho que as declarações mais contundentes já foram feitas aqui pelos moradores, não preciso nem voltar. Realmente nós estamos vivendo uma situação em que não somos respeitados - e falo em nome da Ufeco, entidade que tem mais de setenta entidades, associações de moradores e conselhos comunitários filiados -, e a situação não é diferente em nenhuma região de Florianópolis.

Fui moradora do bairro João Paulo e a primeira estação que foi colocada nos tempos mais modernos foi ali. Foi uma luta dos moradores, que, por pressão, se colocaram como participantes de uma discussão, e foram chamados na Câmara de Vereadores um a um, com carro do presidente da Câmara convidando lá no bairro João Paulo, para cooptar os representantes do conselho comunitário, para dizer que se nós parássemos com o questionamento o bairro seria beneficiado com a estação de tratamento de esgoto, o que não aceitamos.

Hoje o bairro João Paulo tem três mil habitantes, a estação está lá do lado e ele não tem tratamento de esgoto. Aí o cidadão, que tem a vida para tocar, tem que ir para a rua fazer a luta de defesa da cidade, a luta de defesa de controle social, o que esta cidade não tem.

Este ano o Condema, que é o Conselho Municipal do Meio Ambiente, ainda não se reuniu. Está há dois anos sem decreto do prefeito para regulamentar a atividade dos conselheiros - o Condema nem está aqui fazendo essa discussão. Como vamos fazer a discussão de controle social em um município em que nem o Conselho considera a paridade? Ele é só consultivo, não é deliberativo.

O conselho de habitação estava para ser votado na Câmara, mas foi retirado pelo secretário da Habitação porque colocaram lá que tem que ser deliberativo. O conselho de saneamento não é deliberativo, ele é consultivo.

Então, é muito grave o que está acontecendo. Essa questão do controle social em Florianópolis é muito grave, é um retrocesso. A Constituição Federal já tem 22 anos e as questões que nela estão colocadas não estão sendo cumpridas. Aqui em Florianópolis a gente ainda ganha isso no braço, é se colocando aqui no papel de ser perseguido, como alguns companheiros nossos que o Loureci citou, como a nossa amiga Tereza Barbosa, que não pode estar aqui neste ambiente porque está traumatizada, tem processos em cima dela.

Se vai ser levado em consideração o controle social, que se faça. Eu acho que é uma oportunidade de o governo federal realmente botar essa prerrogativa. É controle social, sim; é saneamento público, sim. É recurso público que está investido, recurso público que está sendo disputado. Isso não pode ser considerado um negócio, gente! Dinheiro público e saneamento básico não são negócios!

Outra questão também é a regulamentação da lei. Já tem gente procurando a STF para que essa lei não seja regulamentada. Porque o STF agora legisla. Se os políticos não legislam lá no Senado, o STF legisla.

Vamos discutir modelos de saneamento? O movimento do saneamento está propondo um seminário. É desse seminário técnico-político que vão sair as prerrogativas para esse saneamento básico de Florianópolis. É isso que a Ufeco vem aqui referendar: que esse seminário seja realizado.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Ruy Ávila Wolff, representante dos maricultores no Conselho Municipal de Saneamento.

O SR. RUY ÁVILA WOLFF - Boa-noite a todos.

Vou ceder o meu primeiro minuto de fala ao vereador Ricardo, que deseja fazer um pronunciamento importante sobre fatos ocorridos hoje à tarde aqui na cidade.

O SR. VEREADOR RICARDO CAMARGO VIEIRA (Florianópolis/SC) - Meus cumprimentos a todos.

Como estou envolvido com esse movimento pelo saneamento, queria pedir desculpas aos meus companheiros de luta por esse meu entra e sai aqui, não estou acompanhando toda a audiência porque, novamente, no dia de hoje a gente teve mais uma manifestação do quanto a repressão ao movimento social é a tônica nesta cidade.

No dia de hoje, mais uma vez, houve uma manifestação do Passe Livre e novamente, a exemplo de 2004 e 2005, essa garotada foi espancada na rua. Estou saindo agora para buscar um menino que foi preso pelo GRT e está lá na Acadepol, em Canasvieiras. Por ter denunciado oficialmente no seu depoimento, o espancamento que sofreu, ele novamente foi levado para dentro e espancado. Estou indo lá agora para levá-lo ao IML para fazer exame de corpo de delito.

Essa é mais uma manifestação da criminalização do movimento social, da dificuldade que o Poder Público tem em admitir a participação da população. A exemplo da discussão que a gente está fazendo aqui, mas não tão grave, esse é mais um exemplo do quanto a participação popular é reprimida nesta cidade e neste Estado.

Muito obrigado pela oportunidade, Ruy. *(Palmas.)*

O SR. RUY ÁVILA WOLFF - Primeiramente quero lamentar a ocorrência desses fatos aqui na cidade. Essa tem sido a forma corrente de o Poder Público tratar as manifestações populares, o que a gente repudia.

Apesar de estar todo mundo cansado, eu achei necessário voltar a falar aqui em algumas questões. Como representante dos maricultores no Conselho Municipal, acho importante enfatizar algumas questões.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Eu queria enfatizar, por exemplo, que esses retângulos azuis são áreas de produção de moluscos, hoje aprovadas pelo Plano Municipal do Desenvolvimento da Aquicultura.

As setas em amarelo são os rios que passam por dentro das cidades e que trazem, de certa forma, poluentes para dentro da baía. A ETE do centro, em amarelo mais escuro, lança efluentes na

baía sul. Eventualmente, ocorrem acidentes. Laçam, além dos efluentes tratados, o lodo - já assistimos na imprensa várias ocorrências nesse sentido.

As duas setas em vermelho são a estação de tratamento de esgoto do Rio Tavares e a estação de tratamento da Tapera, que era um projeto antigo.

Na imagem seguinte, que é interessante mostrar, é a mesma coisa. O rio Biguaçu, que lança efluentes não tratados lá, porque todo mundo joga os efluentes no rio... Tem a estação de tratamento de Potecas, que não sei exatamente se é nessa posição que lança, mas é mais ou menos por ali, também lança efluentes dentro da baía; tem o rio Itacorubi, em que é extremamente densa a população lá e o rio acaba levando para dentro do mangue e para dentro da baía resíduos urbanos também; e tem a estação João Paulo, que foi construída há pouquíssimo tempo, que lança esgoto lá.

Os retângulos em azul são as áreas de produção de molusco.

Eu queria dizer que 90% da produção nacional de molusco são provenientes dessas duas baías. Saem daqui 90% da produção de ostra, bem como 61% da produção de mexilhão. Então, além de ter a sensibilidade ambiental dos mangues, temos também a sensibilidade econômica nesse setor. Só para esclarecer, 96% de tratamento da água de esgoto retiram sólidos, mas não retiram nutrientes, que são elementos fundamentais para desenvolvimento de algas, ocorrência de maré vermelha, toxinas etc.

Então, para a maricultura isso é uma coisa muito importante. A sustentabilidade dessa população do entorno que têm contato com o mar depende da qualidade da água. Então queria reforçar aqui a importância de se discutir o não-lançamento de efluentes de estações de tratamento de esgoto, direta ou indiretamente, para dentro da baía. Como maricultores, nós defendemos isso. *(Palmas.)*

Outra questão é que nós não só defendemos o não-lançamento como o saneamento. É uma necessidade também. O crescimento da cidade nos obriga a ter esse tipo de demanda.

Eu queria fazer uma pergunta ao secretário: se nós temos uma política nacional, com recursos, nós temos uma demanda social, o que está faltando para viabilizar o saneamento aqui? Faltam projetos consistentes, falta competência para viabilizar isso por parte da Prefeitura, por parte da Casan?

Como representante do Conselho Municipal, eu queria dizer que ele não dá conta das diversidades que a cidade tem, da quantidade de demandas diferentes. No Conselho, eu represento os maricultores. Então, isso não é parâmetro para dizer que a sociedade está representada. Não é suficiente. Nós temos que encontrar uma forma em que a população participe efetivamente desse processo de construção do Plano Municipal de Saneamento. Não adianta nos levar para uma audiência pública e dizer: "Este aqui é o Plano Municipal. Ou vocês aceitam ou nós vamos perder os recursos do PAC". É isso que tem acontecido com a gente.

Nós queremos participar do processo de construção e para isso estamos propondo um seminário. Pode ter um seminário, pode ter dois, mas um nós já estamos elaborando para poder aprofundar as divergências que tem nesses projetos que a Casan está elaborando. Do meu ponto de vista, a responsabilidade é da Prefeitura, que tem levado, de certa forma, sem se envolver demais, tem jogado na mão da Casan, que tem levado as lambadas aqui.

Não é uma questão pessoal, é uma questão política. A gente precisa achar uma solução para a cidade. Não adianta tirar da baía sul, botar no mar aberto e achar que o problema está resolvido. Tem questões a serem levantadas nesses projetos. Nós precisamos avaliar esse projeto. A sociedade tem que dizer, Campeche tem que dizer, Ribeirão tem que dizer, Ingleses que tem dizer, tem que dar a sua posição nesse processo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra o senhor João Paulo Silveira.

O SR. JOÃO PAULO SILVEIRA - Boa-noite a todas pessoas que me ouvem agora. Sou estudante de Medicina, último ano. Nos últimos quatro anos tenho trabalhado com planejamento, estudo ambiental e urbano relacionando com a saúde.

Muito da minha fala que ia ser feita aqui mudou, porque as outras falas já trouxeram a maioria dos problemas. Dá para ter uma idéia de que saneamento é uma questão muito complicada, muito complexa, envolve diversas outras questões.

Então, eu vou usar um minuto para falar de contexto e um minuto para tentar fazer um encaminhamento, pelo menos fazer um esforço de síntese.

Como contexto, eu fui surpreendido com essa proposta da Casan - eu não vou continuar criticando a Casan, pois acho que já foi criticada o suficiente -, e justamente num ano em que a questão ambiental em Santa Catarina sofreu um retrocesso, um recrudescimento que assusta. É assustador a gente imaginar como vai estar Florianópolis, como vai estar o Estado, como vai estar o Brasil daqui a vinte anos, quarenta anos, tendo em vista o crescimento urbano. Florianópolis vai ter sua população dobrada em trinta anos, uma vez que o turismo traz muito mais pessoas para cá.

Neste ano em que a gente tem as reservas ambientais em Santa Catarina, em que há o projeto de reduzir a área de proteção ambiental, de reduzir a área de proteção de mata ciliar, de tentar reduzir as áreas de proteção de altitude, todas essas coisas num cenário muito complicado, em que a gente percebe que o clima, que o ambiente em que a gente vive, em que os nossos filhos e netos viverão não vai ser o mesmo, a gente já teria uma dificuldade tremenda de pensar o saneamento da Ilha. Uma solução que busque jogar o efluente em qualquer lugar que seja não é suficiente, não dá conta. A gente vai ter uma população bem maior do que a que temos hoje.

Então, como encaminhamento, diante da complexidade desse problema, tanto de participação social que a gente não tem em Florianópolis - a gente tem o autoritarismo muito forte aqui - quanto do problema em si, resolver a questão de esgoto numa ilha que está crescendo, a gente precisa investir, acreditar, nesses seminários, na questão de buscar alternativas para tratamento de esgoto, reduzir a quantidade de esgoto que é gerado. Não adianta a gente pensar em recolher tudo que é esgoto imaginando que muita água potável e muita água cinza estão sendo jogadas na mesma rede. A gente precisa de soluções em que o esgoto seja reduzido, que cada domicílio reduza a quantidade de esgoto que está lançando, não simplesmente trabalhar com a quantidade de esgoto que existe.

Além disso, é importante destacar que dentro dessas soluções colocadas como alternativas, que elas contemplem esse investimento que está vindo do PAC.

A questão que colocada aqui nesta tarde é a seguinte: como aproveitar um dinheiro federal que nunca esteve disponível e agora está sem ser numa solução imediata, construída às pressas, que só joga o problema mais para a frente.

Eu acredito que a sociedade civil deveria continuar fazendo o que a gente está fazendo: manter o diálogo aberto com o Poder Público para que a gente pense o saneamento, a questão ambiental, a questão de saúde da Ilha numa perspectiva de médio prazo, de longo prazo. Se a gente ficar focado numa solução de três anos para em 2012 cobrir toda a Ilha, a gente esquece que em 2020, 2030 vai ter o dobro da população. Então, uma solução desse tipo jamais vai dar conta.

A minha fala aqui foi em parte um desabafo por estar diante de um cenário tão adverso e também no sentido de trazer um pouco de motivação. Que a gente não desista diante de um problema tão grande, tão difícil. Vamos lutar para que as soluções não sejam para cinco anos, sete anos, mas que sejam soluções minimamente sustentáveis para o futuro que a gente precisa.

Eu agradeço ao pessoal que colocou suas idéias. Espero que a gente consiga construir uma solução de saneamento minimamente sustentável, sem perder a oportunidade de investir esses recursos de uma maneira muito mais adequada do que essa que foi proposta aqui. Esse modelo que foi apresentado aqui é completamente inaceitável, até não vou mais comentar.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Passo agora a palavra à senhora Vera Maria Flesch, coordenadora do Fórum da Bacia do Itacorubi.

A SRA. VERA MARIA FLESCHE - Obrigada, deputado Décio.

Já que não participei dessas discussões, eu não ia falar, mas a companheira Ângela sugeriu que eu falasse. De agora em diante, como representante da Bacia do Itacorubi, nós vamos entrar nessa discussão, vamos colocar também um representante nesse movimento por saneamento.

Eu quero falar de uma coisa que acontece na bacia do Itacorubi, que é uma região de classe média, considerada até rica, onde aparentemente está tudo *o.k.*, tem saneamento, o que não é verdade.

Essa região é cercada por morros, onde vivem comunidades carentes que não têm saneamento. Por quê? Porque o cidadão chega ao Pró-Cidadão e inscreve a sua casinha. Eles constroem em áreas de preservação e vão ao Pró-Cidadão e fazem o seu registro, pagam o IPTU. Então, pensam que estão regulamentados, pensam que podem morar porque pagam IPTU. Na verdade, eles recebem energia elétrica, mas não recebem saneamento, porque a Casan diz que não podem receber porque estão morando em áreas de preservação. E assim o cidadão fica lá, exercendo sua cidadania pela metade. Podem receber energia elétrica, mas não podem receber saneamento. E todo esse esgoto corre morro abaixo. Eu também moro quase ao pé do morro e a minha casa também não tem escoamento de esgoto, porque no bairro Trindade os esgotos correm dentro de rios tubulados e vão direto para o mangue.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra o Nildão.

O SR. VEREADOR NILDOMAR FREIRE (Florianópolis/ SC) - Acho que foi uma riqueza comparecer hoje aqui.

Gostaria de cumprimentar o deputado Décio e todos da mesa.

Dentro da riqueza de estar aqui, resta fazer o quê? Lamentar, não é? Não vamos apontar soluções, mas lembro (sou morador da região de Sambaqui) que não foi uma audiência pública, foi um comício, não é Adriana? Foi um comício! Tinha a representação das esferas locais, do Estado, do município, e em função da arrogância nós estamos vivendo isso, porque se é verdade que não tem projeto, por que foi colocado um cano, por que não se atentou?...

Eu li o documento do ICMBio para o Estado, dizendo: olha, antes da primeira fase, que é a rede coletora, vamos fazer a tratativas, até a fase do licenciamento da obra, o que foi desconsiderado. E qual era o tom lá no Avante? Eu estou falando da região onde moro, mas tenho certeza de que foi assim em outros lugares. Lá é o seguinte: contrariou-se a topografia do local. O presidente da empresa disse assim: "Não tem outro lugar. Vamos parar com essa história, porque quem quer ônibus não quer ponto de ônibus na frente da sua casa; quem quer feira, não quer que seja na sua rua. Então, vai ter que ser assim, porque a topografia quis assim, Deus quis assim. Então, vamos brigar com Deus." (*Ininteligível*) não sabia que tinha dois declives inversos até a estação proposta, lá na Barra do Sambaqui, e que, portanto, teria ter que ter estação elevatória para isso.

Tudo isso é lamentável. Se tivesse humildade, consciência política de que a participação social hoje nos destinos do governo é essencial... Então, fica a lição para a gente. E eu acredito que a partir daí, com muita humildade, todos envolvidos vão poder delinear um projeto para esse grande anseio da nossa cidade, e, fundamentalmente, fica essa grande questão para que em outras áreas não ocorra o que ocorreu aqui.

Estão de parabéns todos os envolvidos, os entes federativos, os órgãos da União. Agora, a gente tem que dar o crédito à comunidade, que se mobilizou, que participou ativamente desse processo.

Para concluir o meu raciocínio, quero dizer que não podemos cair na cilada montada no início desse processo, que é jogar uma comunidade contra a outra. Parabéns, Altinho; parabéns, João; parabéns a vocês que falaram aqui.

Até peço ao Deca e a vocês, que já firmaram posicionamento... Quando nós reagimos lá... Não foi o poder econômico que reagiu para tirar o emissário da baía, não. Foi o Célio, pescador da Barra do Sambaqui, assim como os pescadores do sul da Ilha, foram as pessoas simples junto com as pessoas do lugar que têm conhecimento científico. Agora, em nenhum momento nós demos como alternativa tirar o emissário da baía sul ou da baía norte e colocar no Campeche. Então, não vamos cair na cilada de jogar comunidade contra comunidade. Essa é uma cilada que nós não vamos cair.

Este é um desafio: uma saída unitária, um seminário conjunto para ter alternativa, inclusive para depois, quem sabe, César, comemorarmos todos juntos esse fato triste, que tem que pertencer ao passado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado estadual Décio Góes) - Com a palavra o senhor José Alberto Queirós.

O SR. JOSÉ ALBERTO QUEIRÓS - Boa-noite a todos, aos membros da mesa, ao deputado Décio a essas poucas que pessoas que ficaram aqui para nos escutar.

Eu nem ia falar, mas como escutei algumas bobagens aqui, vou falar. E não falo bonito, porque não tenho universidade. Sou pescador desde os 8 anos de idade, sou a história viva da maricultura em Santa Catarina.

Muita gente acha que tirar o lixo do seu quintal e jogar no quintal do vizinho vai resolver.

Muita gente acha que tirar o lixo do quintal dele e jogar no quintal do vizinho vai ser resolvido. Vimos aqui um monte de entidades comunitárias e eu sou fundador da Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa, fiquei durante quase todas as diretorias e lutei por um bem comum da sociedade do nosso lugar. Nunca levei assunto particular para resolver dentro da Associação, em todos os mandatos em que passei.

O cidadão ali elogiou a estação de tratamento do Jurerê Internacional. É claro, eles estão tirando o lixo da casa deles e jogando no rio Ratonas, na Barra do Sambaqui. Isso ninguém falou - e ele vem para cá elogiar coisa que não sabe. Ele nem é nativo, manezinho como eu sou. Eu nasci em Santo Antônio de Lisboa, fui aparado no meio das pernas da minha mãe por uma parteira que se chamava Maria Beira e que morreu com 105 anos de idade.

Então, conheço a nossa ilha como a palma da minha mão, e muito litoral de todo o Brasil. Falo com conhecimento. Ele que não venha para cá dizer que o tratamento de esgoto está às mil maravilhas, porque não está. Ele está jogando "m..." no nosso quintal. Portanto, não venha para cá pregar mentira.

Era o que eu queria dizer ao nosso amigo administrador do Instituto Chico Mendes e da Estação Ecológica dos Carijós, está ali, é vizinho deles, tem muita coisa poluindo ali. Eu vi todo mundo falar aqui, mas ninguém se lembrou dos vizinhos do continente, que hoje jogam o maior índice de poluição nas nossas baías, a sul e a norte. Quer dizer, se limparmos o nosso quintal e não tentarmos incentivar os vizinhos a limparem o seu, vamos receber esgoto também nas nossas baías. Vem o veneno que colocam na lavoura em Santo Amaro da Imperatriz, em Antônio Carlos, em tudo quanto é lugar, desce tudo.

Então, o nosso amigo do Instituto Chico Mendes que abra os olhos, porque temos inclusive que fazer um projeto para dragar o nosso rio. Eu cansei de matar pescadas amarelas, robalo ali dentro e hoje não tem mais porque o rio está todo assoreado. Vamos cuidar disso aí, existe projeto da universidade para dragar o rio.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Claro que a gente tem um tema extremamente complexo para discutir, que é a questão do saneamento. Tem um déficit neste país que está se tentando corrigir. Mesmo com os vultosos recursos que nunca tiveram, a gente sabe que eles são pouco para a demanda que tem. Nós temos uma expectativa de saneamento nas várias comunidades, mas nem todas vão ser contempladas de uma vez, e a gente sabe disso.

Agora, fica evidente em toda a nossa audiência pública, primeiro, que há necessidade de uma educação ambiental. Ficou evidente a falta de políticas nesse sentido. Segundo (e aí, representante da prefeitura, vou tomar a liberdade de criticar), há falta do titular, de quem exerce a titularidade da questão do saneamento ter uma política firme, ter já construído um plano municipal de saneamento, ou estar reconstruindo. Parece que ficou evidente aqui, eu não conheço, uma falta de pulso da prefeitura em relação a essa questão.

A gente faz de tudo para arrumar o dinheiro para fazer a obra e como não tem um estoque de projetos a Casan acabou recuperando projetos antigos, talvez na melhor intenção de buscar o recurso, mas sem a devida anuência da população beneficiada e sem o devido debate que deveria acontecer.

Então, estamos no meio de uma situação que, primeiro, exige uma postura da prefeitura em relação ao Plano Municipal de Saneamento - há uma exigência aqui que tenha um processo democrático. Segundo, encontrar uma solução, tirar um encaminhamento desses projetos que já estão sendo encaminhados.

Portanto, aqui temos um desafio - e aí eu queria que a prefeitura e a Casan principalmente, envolvendo todo o sistema municipal de saneamento, que consta de conselho, fundo (parece que ainda não tem agência reguladora), enfim, movimentos sociais, tivessem um compromisso de rever essa situação. Do jeito que

está nós vamos perder mesmo os recursos do PAC, porque vai criar tanto impasse que não vai chegar a lugar nenhum. Se eu fosse o presidente Lula também, daqui a pouco, botaria em outro lugar que já tem um projeto aprovado, discutido com a população de acordo com os preceitos do Plano Nacional de Saneamento, ou da legislação que temos, que deve ser participativa. Então, acho que a Casan tem que assumir um compromisso de recuperar isso que não foi feito.

Gostaria de passar aos encaminhamentos - não sei se o secretário nacional Leodegar Tiscoski gostaria de complementar ou responder algumas questões, ou eu passaria para a Casan, para a gente encaminhar alguma questão objetiva. O importante é fazermos um acordo aqui e sairmos com encaminhamento que desse resultado.

Com a palavra o senhor Leodegar Tiscoski, secretário nacional de Saneamento Ambiental.

O SR. SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL LEODERGAR TISCOSKI - O Manoel Renato, que é nosso diretor, tem alguns comentários a fazer, mas vou fazer uma preliminar.

Dentro do princípio federativo respeitamos a autonomia dos Estados e municípios. A titularidade do serviço de saneamento é do município, portanto a titularidade do serviço de Florianópolis é do município que tem uma concessão com a Casan. Então, o Plano Municipal de Saneamento de Florianópolis tem que ser conduzido pelo município de Florianópolis com a devida participação social, dentro daquilo que estabelece a lei do saneamento. Esse é um princípio fundamental. O que nos cabe lá na frente é avaliarmos se esse plano realmente cumpriu esses caminhos. Se não cumpriu, faremos a avaliação, a revisão desse plano.

Falou-se aqui em fechar a porta, fechar o cofre, não passar dinheiro - e aquilo que levantou o deputado Décio é fundamental. Brasília vive muito de pressão e o cobertor é curto. Leva dinheiro quem impressiona, age, faz projetos e tal. Claro que não temos o direito da irresponsabilidade em colocar dinheiro sem projeto consistente, sem uma fundamentação técnica, sem a discussão social, mas temos que ter um fator fundamental. Se o dinheiro não for aplicado em Florianópolis, em Santa Catarina, será aplicado em outro Estado, em outra cidade, em outro projeto. Então, temos que ter a clareza disso, nós precisamos consertar a tempo as falhas existentes e não perder esse recurso.

Com a minha presença na Secretaria Nacional de Saneamento, certamente, com o apoio político que estamos tendo, estamos conseguindo premiar bem Santa Catarina, Florianópolis. Se tudo correr bem, até final do ano estaremos veiculando somente para Florianópolis mais de R\$ 200 milhões - é muito dinheiro. Agora, tem que ser bem aplicado. E não podemos perder esse recurso. A nossa missão é importante, fundamental, de responsabilidade, mas também exige muita urgência. Não podemos ficar patinando sob o risco de o recurso ser remanejado para outro projeto e o perdermos.

Então, o apelo que faço é para que tenhamos o entendimento, que as ações que precisamos sejam agilizadas para que os recursos sejam aplicados e se transformem em obras para a comunidade, dentro dessa discussão que todos queremos.

Vou passar a palavra ao Manoel Renato, nosso diretor, para que faça os comentários devidos.

O SR. MANOEL RENATO (Ministério das Cidades) - Boa-noite a todos.

Queria cumprimentar o deputado Décio Góes, que preside esta audiência pública, e na sua pessoa os demais membros da mesa e toda platéia.

É muito bom participarmos desta audiência para auscultar a comunidade e os diversos interesses envolvidos na implementação do sistema de esgotamento sanitário, para ter uma compreensão melhor da complexidade do problema do esgotamento sanitário, principalmente das soluções de tratamento que estão envolvidas nas obras do PAC.

Antes das considerações que tenho a fazer, eu gostaria de fazer dois esclarecimentos básicos: primeiro, a consideração que foi feita pelo representante da Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses, em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida, a respeito de uma exigência do programa quanto ao modo de habitação popular, que exigiria soluções do esgotamento sanitário e ele interpretou que não exigiria solução de tratamento de esgoto.

Felizmente não é assim. Quando o programa Minha Casa, Minha Vida exige solução do esgotamento sanitário, exige solução completa, exige solução de coleta e de tratamento. E não poderia ser diferente, até pela legislação ambiental federal e pela lei de crimes ambientais que exigem solução completa do esgotamento sanitária. É só um esclarecimento para não ficar esse mal entendido.

O segundo esclarecimento é em relação à consideração feita pelo Jeffrey, logo no início do debate (pelo que entendi, ele é do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Florianópolis), a respeito da posição internacional técnica quanto a restrições para soluções de emissário submarino.

No nosso entendimento, do Ministério das Cidades, não existe uma condenação explícita internacional quanto a soluções de emissário submarino, o que existem são críticas isoladas a projetos que muitas vezes foram feitos fora dos parâmetros que hoje são considerados adequados. Houve alguns projetos de emissário submarino, inclusive no próprio Brasil, que não consideraram os critérios técnicos mínimos que estão sendo exigidos hoje não só para a legislação brasileira, como para a legislação internacional, principalmente os primeiros emissários.

Então, por exemplo, uma das questões centrais no dimensionamento do emissário é o correto mapeamento das correntes marinhas, com uma série histórica de médio e longo prazo. Quer dizer, diferenças matemáticas com séries históricas curtas, em geral, trazem riscos muito grandes de retorno do esgoto para o mar.

Impacto ambiental sempre vai haver com solução de emissário, seja com estações de pré-condicionamento, com tratamento primário, secundário e até terciário. O impacto é inevitável, aliás, com qualquer solução de esgoto, de tratamento. Mas também é necessário, como o Rui colocou, ter uma solução para esgotamento sanitário. O que é preciso, e é absolutamente indispensável, é amadurecer essa discussão, para ver qual a solução melhor ou, como preferem alguns, a "menos pior". Porque o esgoto vai precisar ser lançado em algum local, senão vai continuar sendo lançado ou no lençol freático ou *in natura* nos cursos d'água, causando toda essa série de danos que os senhores já comentaram exaustivamente.

Em relação aos encaminhamentos basicamente, eu queria colocar alguns elementos que para o Ministério são fundamentais, são aprendizados aqui dessa reunião.

Para o Ministério (das Cidades) está claro - o que, aliás, só vem confirmar a impressão que tinha tanto o BNDS, como nós, como a Caixa, em alguns... Peço licença para registrar a presença do Averbeck, gerente de Desenvolvimento Urbano da Caixa em Santa Catarina, que está ali, é um parceiro grande na implementação das obras do PAC e tem um contrato no Campeche de esgotamento sanitário sugerido pela Caixa.

O aspecto central é que principalmente a solução de tratamento do esgoto da Ilha de Florianópolis não está amadurecida (essa é a conclusão final que nós chegamos) tecnicamente, ambientalmente e socialmente - e nós precisamos avançar nesse amadurecimento.

Do ponto de vista técnico o amadurecimento vai precisar demandar algum esforço - e quero registrar também o esforço que a Casan vem fazendo para não só repensar os seus conceitos do ponto de vista técnico, a solução inicial que foi totalmente remodelada, o que não é fácil, como também de acelerar a solução. É um esforço notável (queria registrar isso), porque apesar das críticas a gente tem que reconhecer também quando há um esforço do outro lado de tentar equacionar os problemas. E a Casan vem demonstrando, apesar de todas as suas dificuldades, esse esforço.

Então, do ponto de vista técnico, acho que temos que terminar o projeto. Certo, De Luca? Do ponto de vista do Ministério das Cidades, do BNDES, o projeto ainda não está totalmente detalhado, como vocês reconheceram na última reunião que tivemos. O aspecto mesmo do EIA-Rima, que inclusive o Murilo Flores declarou hoje aqui que já foi entregue o relatório à Fatma, nós ainda não temos conhecimento da versão final dele. Nem sei se essa já é a versão final. Então, esse é um aspecto central e, logicamente, os demais aspectos de detalhamento do projeto que a Casan está fazendo em ritmo acelerado e que esperamos contar em breve.

Do ponto de vista ambiental, o pré-requisito para amadurecimento ambiental é o projeto concluído. Uma vez

concluído ou EIA-Rima apresentado, como já foi para a Fatma, é absolutamente indispensável, do ponto de vista do cumprimento da legislação ambiental, que o CNBIO se manifeste, como já foi declarado aqui pelo representante do CNBIO.

O Ministério das Cidades, assim como a Caixa, agindo como mandatário da União ou como agente de financiamento, e o BNDES como agente de financiamento do FAT, de forma nenhuma poderão liberar para execução nenhum empreendimento de tratamento de esgoto que não tenha essas características já previamente asseguradas.

Quereria deixar claro para a comunidade (eu percebi isso como um problema central em sucessivas falas cobrando responsabilidade do Ministério, dos agentes financiadores) que não liberaremos para execução soluções de tratamento que não tenham essas condições estabelecidas. Seria uma irresponsabilidade técnica, além de incorrer em diversos artigos da Lei de Crimes Ambientais - nós não podemos fazer isso. Nós vamos exigir isso como é de praxe o costume geral da atuação técnica que imprimimos, e inclusive está normatizado por todos os nossos normativos.

Basicamente em relação aos encaminhamentos, eu queria fazer uma ponderação: O que está em questão hoje no que se refere ao tratamento de esgoto? E aí eu queria fazer um convite para os senhores passarem para o lado de cá do balcão.

Nós temos hoje o desafio de decidir se mantemos o recurso que já está alocado desde 2007 para Florianópolis para esgotamento sanitário, no valor de R\$ 118 milhões, e mais o desafio de atender a nova demanda que foi feita pela Casan e governo do Estado de mais R\$ 98 milhões. Estamos a dois anos esperando esse amadurecimento e achamos que ainda vai demorar mais um tempo por tudo que vimos aqui.

O desafio que está colocado para o governo federal hoje é a decisão de manter o recurso, com compromisso coletivo de buscar uma solução consensual num prazo razoável, ou remanejar esse recurso para uma outra comunidade onde esse amadurecimento já esteja conseguido. Porque existem no Brasil outras situações que não foram atendidas pelo PAC nas quais já existe esse amadurecimento. Não é a decisão fácil, mas nós vamos tê-la que tomar em breve. A decisão, felizmente, não é minha ou do secretário Leodegar, ela é do Comitê Gestor do PAC, que é coordenado pela ministra Dilma e tem como participação o ministro das Cidades, o secretário e a equipe técnica dando suporte.

De qualquer maneira, caso decidamos manter os recursos para esgoto e até mesmo ampliá-los aqui em Florianópolis, acho que são indispensáveis a adoção de alguns salvaguardas. A primeira delas é exigir ou demandar o envolvimento e a manifestação formal do Conselho Municipal de Saneamento. O Conselho Municipal de Saneamento, até onde temos conhecimento, não se manifestou formalmente sobre a solução. A rigor, acho até que seria muito pedir a ele que se manifestasse se nós ainda não conseguimos estabilizar e concluir o projeto. Mas isso é uma condição absolutamente fundamental, que um titular dos serviços e um conselho municipal, que é constituído para exercer o controle social sobre a atividade, manifestem-se sobre a pertinência da solução técnica que foi proposta pelo órgão operador, no caso a Casan.

A segunda salvaguarda eu acho que vem ao encontro de todas as falas que foram colocadas aqui, que é necessário incrementar as oportunidades de participação popular nas discussões das alternativas. Quer dizer, é preciso esclarecer melhor a comunidade sobre as alternativas possíveis. É claro que existem alternativas. A questão toda é que é uma discussão que tem certo grau de tecnicidade em engenharia, de tecnicidade ambiental e tem também aspectos econômicos que não podem ser negligenciados, sob pena de depois não conseguirmos operar ou manter a solução que for adotada.

Soluções compactas, múltiplas, são possíveis com o nível de eficiência bastante razoável. O problema é que elas incrementam o custo de operação e manutenção muito significativamente. Será que a comunidade de Florianópolis estaria disposta a ver refletida nas tarifas os custos adicionais que isso vai implicar?

Essa solução, por exemplo, de múltiplas soluções, múltiplas (*ininteligível*) compactas, ou mesmo outro tipo de solução, podem implicar em custo de operação e manutenção bastante expressivo que, logicamente, rebaixaria nas tarifas. Talvez esse seja um caminho que possa ser olhado, mas com essa salvaguarda. Até

mesmo o nível de tratamento primário, secundário e terciário tem uma discussão econômica por traz que não é trivial. Está certo? Então, esse aspecto é um aspecto importante.

Esse incremento das oportunidades de participação popular, seja através de seminário (como foi sugerido aqui, até demandado por algumas entidades) ou por outras formas, até de uma forma mais institucionalizada, deve ser perseguido como um caminho - e é uma salvaguarda que o Ministério (das Cidades) está disposto a sugerir para os tomadores de decisões locais.

A terceira questão que a gente está colocando aqui como um aprendizado e que nós devemos colocar como uma salvaguarda é a seguinte: nós temos um contrato aqui que não é financiamento, que é o do Campeche, gerido pela Caixa - e o Averbeck tem o conhecimento detalhado das características do empreendimento.

A Casan fez um esforço, fez um projeto que foi previamente analisado por nós. Eles tinham licença de instalação, houve uma manifestação do Ministério Público, pelo que entendi até instado pela comunidade, que suspendeu a vigência dessa licença de instalação, a Casan recorreu à Justiça e conseguiu uma liminar que suspendia a suspensão.

Neste momento, De Luca, não nos sentimos à vontade para aprovar o início das obras da Saet(?) sem amadurecimento completo da solução (*palmas*) - até porque para a própria Casan não seria uma solução adequada nesse momento, quer dizer, seria afundar um custo que pode ser completamente revisto. Não é um encaminhamento adequado nesse momento. Então, nós vamos formalizar isso para a Caixa, no sentido de a gente aguardar um pouco mais para amadurecer melhor a solução dentro desse contexto que estamos colocando.

Logicamente que qualquer solução que seja colocada aqui do ponto de vista de tratamento de esgoto vai demandar aprovação da Fatma, que é o órgão licenciador, e basicamente também a manifestação do CNBIO, pelo que colocou o Ricardo, representante do Chico Mendes, visto as características locais.

Só para ressaltar, uma condicionalidade que para nós é até supérflua, porque todos os nossos normativos já preveem isso, é a condição para a aprovação dos projetos de engenharia apoiados pelo governo federal, observância integral da legislação federal, especialmente da normatização ambiental, aí incluído o licenciamento ambiental e inclusive a manifestação do CNBIO no caso aqui de Florianópolis.

Tem outra questão que estava em análise lá no Ministério, que era uma demanda do Estado, dentro desse contexto da revisão do projeto, de substituir uma comunidade, que era a Bacia do Pântano do Sul, por outra, a da Bacia do Itacorubi. A princípio também, De Luca, não nos sentimos à vontade para autorizar essa substituição. Os elementos que foram apresentados lá até agora não nos recomenda, nós preferimos executar com o projeto original, incluindo a comunidade de Pântano do Sul, que é até uma comunidade, pelo que se percebe, mais carente do que essa outra, sem prejuízo de que futuramente a gente possa apoiar também o de Itacorubi. A nossa intenção, assim como a de vocês, é de perseguir a canalização dentro daquele prazo que vocês traçaram. Na medida do possível nós vamos apoiar, sim, porque vocês nos trouxeram projetos consistentes e soluções harmônicas o máximo possível com a comunidade.

Para concluir, eu gostaria de fazer uma ressalva para a comunidade: soluções de esgotamento sanitário são complexas e difíceis de encontrar um consenso. Nós vimos aqui, de certa maneira, alguns conflitos explicitados e outros não, alguns não defendem o lançamento do esgoto na baía e outros não defendem no oceano ou mar aberto. Outros ainda têm restrições ao lançamento do afluente, mesmo com nível de tratamento bastante elevado nos cursos d'água dentro da Ilha. Certamente alguns vão sair menos atendidos do que outros na discussão, mas é preciso ter certo grau de sensibilidade para em alguns casos ceder um pouco dos seus interesses mais imediatos por uma solução que seja a mais adequada para a sociedade aqui de Florianópolis. Porque certamente o esgoto não vai poder ser jogado para cima, nem infiltrado, pelas condições hidrogeológicas aqui da cidade.

Então, algumas soluções nós vamos ter que encontrar, e isso vai implicar certo grau de renúncia de várias posições que a princípio parecem bastante cristalizadas, mas que ao longo do debate podem se mostrar menos relevantes que outras - e temos que ter a capacidade de ceder também.

A gente tem acompanhado muito as discussões em vários Estados brasileiros, e esta discussão que está tendo aqui em

Florianópolis não é exclusiva de Florianópolis. Inclusive ontem nós participamos de uma discussão muito parecida envolvendo Natal, com emissário de Ponta Negra. É uma solução que está no nível de amadurecimento um pouco maior do que está aqui, mas é muito parecido com o texto, envolve pesadamente implicações ambientais, também interesses sociais e ainda interesses políticos, porque envolvem vários municípios da região metropolitana de Natal, que tem um agravante que aqui aparentemente, pelo menos hoje, não foi explicitado, embora tenham vários municípios presentes. Mas só para dizer para vocês que não é exclusividade aqui de Florianópolis essa discussão, muito pelo contrário, a gente vê com muito bons olhos o fato de estar tendo essa audiência pública.

Queria saudar o deputado pela iniciativa, a comunidade pela participação e a Casan pela disposição de participar e colocar aqui os seus pontos de vista, apesar de toda a bateria que implica defender pontos de vista. Mas não há outro meio de avançar - esse é o entendimento do Ministério e acho que vocês estão no caminho certo. A questão toda é o tempo de amadurecimento que isso vai demandar.

Até do ponto de vista da ingestão, para nós é muito importante que vocês amadureçam essa solução, porque certamente amadurecida ela vai implicar num investimento mais seguro para o Ministério, o governo federal, a Caixa, o BNDES e todos os agentes envolvidos. Então, é de nosso interesse que esse debate ocorra e, se possível, com agilidade.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado. Então, temos aí um conjunto de encaminhamentos.

Passo a palavra ao senhor Nelson Bittencourt, representante do senhor Dário Berger, prefeito de Florianópolis.

O SR. NELSON BITTENCOURT - Eu queria me reportar a alguns assuntos levantados em relação ao Conselho Municipal de Saneamento, preocupação esta também do nosso deputado.

O Conselho Municipal de Saneamento está atendendo todas as recomendações da própria lei federal - ele está na parte de diagnósticos, que necessariamente é feita por essa empresa especializada contratada, para depois de um diagnóstico de água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, formar os cenários e em cima desses cenários fazer uma versão preliminar, partindo-se, então, para o início da discussão nas comunidades, que são quinze comunidades, como se falou.

Nós temos uma previsão de início da discussão nas comunidades para novembro - e essa discussão não é para levar para a comunidade aquilo que está decidido, na verdade é para levar as propostas de entendimento entre a empresa e o município. Então, ali é o fórum de discussão sobre todos os encaminhamentos que por erro de um ou de outro setor poderiam ser levantados.

Outra coisa que eu também queria dizer é que já está programada para novembro deste ano a primeira conferência municipal, que é uma das obrigações do próprio Conselho de Saneamento. Então, se o plano exige que essas reuniões de discussão se realizem, seria bom que realmente ocorressem.

Sobre a questão que foi levantada pelo nosso amigo Rui, que compõe o Conselho Municipal de Saneamento, de achar que o Conselho não seja um fórum suficiente para todos os debates que vão surgir em relação ao saneamento, quero dizer, Rui, que na última reunião do Conselho, que não sei por que nenhum representante daquela entidade estava presente, discutimos os emissários. Nas discussões dos emissários que acontecem na Ilha, primeiro sempre queremos que a Universidade Federal explique o que é emissário, porque está todo mundo discutindo emissário e ninguém coloca claramente o que significa. Então lá já está sendo discutido.

Todas as ações que houver necessidade de intervenção, independentemente do Conselho ou do próprio plano, o município está aberto. Está aqui o presidente da comunidade do Sambaqui, o Manoel, que logo depois daquela reunião tumultuada em Sambaqui foi até a prefeitura (recebemos doze, quinze componentes) e ali discutimos o encaminhamento que o município deveria fazer, achar uma nova saída. Fruto daquele início, daquele debate, essa situação já se alterou. Não é, Manoel?

Quero dizer para vocês que o município (estou aqui representando o Dário Berger) está totalmente à vontade para qualquer colocação no sentido de trazer à discussão.

Quanto à questão de que o Conselho Municipal tem somente caráter construtivo e não deliberativo, isso foi um projeto

de lei encaminhado à Câmara de Vereadores de que, independentemente da discussão, qualquer alteração que deva ser feita tem que ser lá. Quer dizer, encaminhar à Câmara de Vereadores para a alteração de uma lei que foi aprovada. Não cabe ao prefeito, no caso, não! Agora daqui pra frente vai ser diferente.

Então, a gente está oportunizando; já sei que a Associação Catarinense de Engenheiros está promovendo (hoje consultou o município para fazer também) um seminário sobre saneamento. Porque essa coisa agrega tudo quanto é entidade.

Finalizando, agradeço a oportunidade de o município estar presente. Em todos os eventos, em todas as audiências públicas, vocês sabem que a gente sempre esteve presente. Acho que realmente é um processo de discussão e estamos abertos a qualquer encaminhamento.

Muito obrigado.

(A senhora Ione Ramos fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Obrigado.

Nelson, eu queria chamar a atenção de que, independentemente da política, da construção do Plano Municipal de Saneamento que já estão fazendo, esses projetos que estão sendo tocados precisam ter um tratamento emergencial e de solução. Aqui tem um apelo para que a prefeitura assuma a sua responsabilidade na titularidade dessa questão. Acho que esse foi o recado que estava aqui.

Com a palavra o senhor Loureci Ribeiro, representante do Movimento Municipal pelo Saneamento, para o encaminhamento final.

O SR. LOURECI RIBEIRO - Eu acho que começamos finalmente a apresentar algumas possibilidades de nos sentirmos seguros numa relação mais consistente quanto ao respeito mútuo de possibilidades de resoluções. Isso significa construção de canais com respeito de participação autônoma inclusive, porque ao discutir que tem que ter espaço de consulta e articulação com a sociedade significa que essa sociedade é autônoma para isso. Porque, concretamente, o que acontece nessa prefeitura aqui é que eles tentam indicar quem é o representante da sociedade - e aí é um horror. Isso não é conselho, na realidade é o seu conselho, porque o nosso conselho não estaria dentro. Então, é o conselho de quem está querendo se aconselhar consigo. Aí dançou, não aceitaremos isso.

Nós entendemos que existe também nesse procedimento agora políticas de Estado que estão correndo paralelas a esse procedimento que tem que estar dentro já. Por exemplo, temos a Conferência Municipal de Saneamento Ambiental que acontece nessa cidade nos dias 14 e 15 de agosto. Nós fomos bater na porta do Conselho de Saúde para que nos incluísse, porque o município, o Conselho de Saúde, tinha uma visão ainda de que era da saúde esse debate - e esse debate, as diretrizes que saem de lá são dessa mesa aqui também.

Então, é em função da necessidade, tem a maricultura que já aconteceu. O que quero dizer é que tem demanda já estabelecida de consulta popular. Temos que pegar o que saiu da conferência dos maricultores e colocar como regramento para a saída das obras que estão hoje em debate, inclusive para as futuras do planejamento.

Nos dias 14 e 15 estaremos empenhados - e a gente conquistou, o que esperamos que ela se concretize de fato. No mínimo vai ter gestão dos três Ministérios que estejam afeitos à política da saúde ambiental, que são os Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e das Cidades e as suas secretarias específicas, que estejam gestando o que sair dos dias 14 e 15 como elementos de entendimento do município, e tem que apontar também as obras hoje em debate.

Primeiro temos que tomar certo cuidado, senão vamos dar informações e desinformações. Lembro-me que no dia da dita reunião do Conselho Municipal, que fomos convidados para participar (foi num dia em que a seleção do Brasil jogou), eu fui com os companheiros lá para o Cruz de Souza e não teve reunião. Inclusive eu queria discutir o emissário e essa reunião não aconteceu. Se ocorreu eu não sei onde foi. Quem sabe aconteceu em outro lugar...

Por último, temos como encaminhamento o seguinte: se por um lado estamos dizendo que queremos fazer a suspensão imediata e temporária, com esse regramento, que é a salvaguarda que o Ministério apresenta aqui, com certeza já está assegurado, porque, na verdade, ele condiciona e esse condicionamento significa o regramento que nos interessa a fazer.

Nós colocaríamos algumas questões do tipo: Onde hoje continuam as obras próximas das ETEs e as obras que tem rede primária ou secundária, a prioridade estabelecida no regramento da salvaguarda qual é? É a lei federal. Então, não pode ter população tradicional nessa proximidade que não esteja dentro como prioridade da prioridade; não pode ter população fragilidade econômica e ambientalmente que não esteja dentro dessa prioridade. E aí se for o caso, porque não dá renda e não sei o que mais, vamos brigar lá com os companheiros das torneiras financeiras para que injetem mais alguma coisa para resolver isso, mas não vamos inviabilizar a política por conta de que não tem recurso. Porque aí a gente entra como parceiro nessa... E aí a bancada estadual, a federal e diabo a quatro devem vir junto. Imagina, o povo está junto, o ano que vem tem eleição!

Outra coisa é que precisamos ter um grupo de articulação política que não perca a riqueza desse momento aqui. A idéia é que na construção do processo de debate, de formação inclusive de novas propostas, a gente estabeleça hoje aqui uma comissão de contato permanente entre as instituições federais, municipais e a sociedade que está aqui organizada. Isso é fundamental. Estamos solicitando formalmente para que o Ministério das Cidades com a sua Secretaria, os seus técnicos, inclusive do BNDES, coloque os seus quadros capacitados para virem gerar a organização junto com a gente nesse processo aqui. Isso na realidade não é favor, inclusive deve ser a necessidade de vocês terem a compreensão do projeto.

Por último, eu diria o seguinte (não sei se os companheiros têm alguma coisa a acrescentar, mas parece que a gente está fechando nisso): a importância de um seminário - e vamos tentar buscar essa construção de forma unitária, é a primeira tarefa a ser feita, no nosso entendimento -, sendo que o seminário e o Conselho, inclusive não estamos discutindo a composição do Conselho...

Sei que este aqui não é um fórum, vamos precisar dar uma aprofundar, mas para garantir a nossa salvaguarda queremos que os processos de deliberação dessa busca de tratamento imediato emergencial para as obras que estão em debate sejam articulados por uma nova audiência para cada ponto e com os membros aqui presentes. Ou seja, com esses interlocutores e atores sociais para dar entendimento, porque senão fica difícil, a gente constrói, constrói, daqui a pouco se perde a continuidade e o espaço de decisão passa a ser ainda a tecnocracia e tudo mais.

Não sei se deu para...

(Manifestações ininteligíveis fora do microfone.)

Não, são duas coisas. O que está acontecendo é o seguinte: tem um debate que é sobre o Plano de Saneamento Municipal, que tem inclusive a possibilidade de novas audiências. Nós não temos nenhum tipo de acordo em relação ao que estão propondo, até porque a visão que tem a prefeitura da construção do plano é uma visão de que... Eles invertem, eles vêm com a leitura dos técnicos e dos assessores das consultorias para trazerem o elemento para o debate, mas nós achamos que o elemento do debate é o próprio processo de gestão inicial. Como o Plano Diretor está sendo feito aqui, hoje, através do qual a gente vai para as comunidades, cria as audiências e traz as demandas e não cria... Na realidade o Ipuf, que sai na frente junto com não sei quem, para poder depois a gente fazer o (*ininteligível*) mesmo que seja de (*ininteligível*). Só que esse não é o debate aqui. Portanto, a gente tem que saber o momento de fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Por favor, vamos concluir.

O SR. LOURECI RIBEIRO - Porque existe um descompasso aqui entre o Plano Municipal de Saneamento e as decisões que a gente tem que tomar agora em relação... Então, isso está me dando uma angústia danada, porque não está solucionado, no meu ponto de vista. Parece que o Plano Municipal de Saneamento vai resolver uma coisa, que é muito mais burocrática e nós temos coisas concretas a decidir - e essas coisas concretas são eminentes, tem que decidir logo. E parece-me que o processo do Plano Municipal está passando fora dessa discussão, para nós que estamos nas comunidades discutindo. Então, como vamos resolver esse imbróglio?

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Eu acho que ficou claro aqui, e a prefeitura vai ter que tomar aqui (o Nelson está assumindo aqui) um compromisso conosco de rever a metodologia do Plano Municipal de Saneamento, se estão contempladas essas discussões.

Segundo, tem uma questão emergencial que são esses projetos que já estão sendo elaborados e que precisam chegar num acordo rapidamente. E aí está sendo proposto o seminário, a prefeitura tem uma posição mais firme, chama a Casan, os parceiros para poder resolver tecnicamente, socialmente e ambientalmente os problemas que foram aqui elencados.

Então, é essa boa vontade para poder destrancar tudo, porque o Ministério das Cidades já falou aqui que precisamos ter uma gestão mais participativa, com projetos técnicos mais elaborados, porque temos um problema aqui que precisa ser resolvido.

Com a palavra o senhor Cláudio Floriani Junior, superintendente do Meio Ambiente da Casan.

O SR. CLÁUDIO FLORIANI JUNIOR - Lino, para esclarecer isso, deixá-lo bem tranquilo, acho que pode haver um ou mais seminários. O que o Nelson Bittencourt comentou foi que a Associação Catarinense de Engenheiros, que também engloba a questão da arquitetura, se propôs a fazer um seminário, independentemente da Casan, da prefeitura, do Conselho Municipal, para discutir a questão de alternativa de tratamento de efluente na Ilha.

Agora, é preciso que se tenha em conta (e foi colocado, quero parabenizar a manifestação do Ministério) que Florianópolis não concluiu o seu processo (e o Lino sabe muito bem disso) do Plano Diretor das Cidades. E aí é preciso que a gente reflita sobre isso para não ficar dizendo assim... Eu já fui para uma audiência pública na Câmara de Municipal de Florianópolis na qual foi cobrado que a Casan tinha que fazer um Plano Municipal de Saneamento, quando não se tem o Plano Diretor ou a revisão do Plano.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Com a palavra o senhor César Paulo De Luca.

O SR. CÉSAR PAULO DE LUCA - Obrigado.

Quero parabenizar a organização desse encontro; vocês que estão aqui presente, pois é bom para a gente que representa a área pública poder interagir com as pessoas que realmente são honestas num embate público. Parabéns para vocês que não fizeram como grande parte das pessoas que vieram aqui, jogaram "pedra na Geni" e se escafederam. Isso não é democracia, é covardia. Então, parabéns a vocês.

Eu queria dizer que a Casan, com todo o seu passado inadimplente, com todos os seus problemas, está fazendo um esforço enorme para resgatar aquilo que todos que estão aqui querem.

O Décio foi meu parceiro de luta em Criciúma durante muito tempo para a gente fazer esgoto lá, ou fazer a barragem de São Bento, que levamos 25 anos para fazer, fora outras coisas. Mas o esgoto de Criciúma já está com 65% pronto, uma obra que não tem nem um porte de esgoto aqui na Ilha de R\$ 70 milhões. Por que em Criciúma é a obra mais adiantada do PAC? Porque não tem a complexidade que temos aqui. Mas essa complexidade para mim é um desafio novo. Eu vim para Florianópolis, entrei nessa luta com vocês e nós vamos vencer.

Eu fui aqui citado como apropriador de idéias, como se fazer o bem tivesse bandeira, dono. Não tem! Nós todos aqui temos a mesma bandeira. Agora, uma coisa eu aprendi nesse ano, consegui ter sensibilidade nas assembleias que fui, e não fui eu que fiz, aliás, a Casan não pode chamar audiência pública. Mas nós fomos, estamos indo, estamos tendo sensibilidade a ponto de implorar para que o BNDES e o Ministério aceitem as mudanças que a gente tem buscado perante a sociedade. É muito importante, é cansativo, mas estou feliz. Parabéns para vocês por esse debate.

Não quero entrar na seara do seminário, do plano, sobre isso a regra é clara. A lei 11.445 fixou e como administrador público a gente tem que cumprir a lei. A primeira entidade que mostramos as mudanças de um plano, que não era projeto, foi o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Então, estamos tendo essa participação, sim. Talvez a gente não tenha conseguido atingir todas as pessoas, mas a Casan não pode ser taxada de não participativa. A Casan tem ido sempre onde pode e deve. E nós queremos, sim, construir (e vamos construir, Décio, pode ter certeza) o esgoto bem feito em Florianópolis, e a curto prazo, com o recurso do PAC. Tenho certeza, porque assim como o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Fatma se mostraram parceiros, enfim, todo mundo que realmente quer despoluir, proteger os mangues e a qualidade de Florianópolis está comprometido em agilizar, em tornar

ágeis os processos, sejam de participação, de definição, para que Santa Catarina não perca aquilo que pela primeira vez está conseguindo, que é tentar dar a volta e realmente proteger o meio ambiente da Ilha.

Essa introdução que faço é muito importante, porque aqui são pessoas que estão se dedicando para fazer o bem. Não estamos levando bandeira de bem.

Teve um cidadão aqui que disse que os engenheiros da Casan são incompetentes. Tem vários engenheiros que escutaram isso e não pediram o microfone para falar, mas tem outros que permanecem aqui ainda e com certeza ficaram doloridos. Como engenheiro, assim como o secretário nacional que é engenheiro, o Décio que é arquiteto, sabemos do esforço que a engenharia catarinense tem feito para dar soluções; sabemos da luta dos engenheiros em Florianópolis para chegar a uma equação tecnicamente, tecnologicamente correta. E a engenheira da Casan é muito competente, competente mesmo.

Eu fiquei triste esta semana, porque uma das nossas engenheiras projetista passou no concurso da universidade federal em primeiro lugar. Então, isso mostra que o corpo técnico da Casan tem competência na engenharia sanitária - e ela vai ser professora de todos os novos engenheiros que vai ter este Estado. Então, os profissionais da Casan têm competência. Eu não aceito, em nome do corpo técnico da Casan, que se tenha dito aqui que a engenharia da Casan não tem competência.

Todos nós gostaríamos que o Estado, em todos os níveis, tivesse recursos plenos e a curto prazo para resolver todos os problemas em termos financeiros dos nossos projetos e planos - aliás, se chegarmos a um consenso. Porque a primeira coisa é difícil se chegar a um consenso, depois tem pouco recurso e aí a briga não sai nunca. Mas como o Estado não tem recurso para tudo tem que haver prioridade.

Os bancos, e o BNDES é banco (os recursos estão vindo para saneamento, exceto o da OGU e da Caixa, que tem um procedimento diferente nesse caso), aliás, ele cobra a preço de mercado. Vocês que pagam a conta vão pagar a conta, sim, e a juro de mercado. Isso não é dinheiro a fundo perdido, isso é remuneração que o BNDES dá para o Fundo de Garantia, para o FAT - esse dinheiro não é assim...

Então, a responsabilidade do poder público é gastar o pouco que tem com segurança, que tenha o retorno, porque senão a Casan vai voltar à falida do passado, quando houve irresponsabilidades e acumulou R\$ 160 milhões de prejuízos e não conseguiu mais pegar financiamento para fazer saneamento. Ou vocês acham que não tem saneamento nesse Estado por quê? Porque a principal instituição estadual faliu e nós tivemos que fazê-la dar lucro. E aí eu digo que tem que dar lucro, se o banco não empresta dinheiro para quem não dá lucro?!

É importante que se diga isso, porque o pouco dinheiro que tem é dinheiro sofrido e vai ser pago. Não é benesse de Estado, não! O Estado é corresponsável de colocar linhas de crédito para que a gente, com capacidade, possa acessá-la. É muito importante que todos saibam disso.

Assim como eu tenho aprendido, e muito, as outras pessoas também têm que ouvir as outras áreas. Não podemos olhar somente numa direção como às vezes olhávamos. Hoje é multidisciplinar - e multidisciplinar é saber da legislação, da questão econômica, da viabilidade, é o respeito com o meio ambiente e com a saúde. O cidadão tem que trabalhar nessa área e nós todos temos essa obrigação de repassar para o cidadão esses valores.

É isso que eu queria dizer pra vocês. Porque a coisa mais bonita, depois que eu assumi definitivamente a luta pelo saneamento, foi uma frase que ouvi na Barra do Sambaqui. E por causa disso não colocamos mais a estação na Barra do Sambaqui. Nas reuniões que fizemos na Cachoeira do Rio Tavares, que não tinha saneamento, pela sensibilidade e pelas coisas claras que foram colocadas, em uma semana fizemos o projeto que não estava incluído na Cachoeira do Rio Tavares.

Todos os pedidos solicitados à Casan, plausíveis, economicamente viáveis, que não prejudiquem os projetos já aprovados, são aceitos sim. E tudo que foi dito hoje aqui e que pode ser aceito nós vamos estudar uma maneira de incluí-los.

Então, a frase que escutei lá e vi escrita hoje aqui, "Taxa de esgoto no mangue não", é uma luta nossa, coletiva pelo bem da saúde do meio ambiente. Portanto, não estamos nos apropriando de nada, queremos que todos aqui se apropriem dessa ideia e trabalhem no conjunto de construí-la, seja banco, município,

Estado, Assembleia - é isso que precisamos. E como diretor técnico da Casan eu estou fazendo todo o esforço nesse sentido - e tenho certeza de que quem financia os projetos vai entender isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Quería agradecer a presença de todos e de todas, parabenizar os que ficaram até esse momento; parabenizar a mesa com essa representatividade: secretário nacional e a sua equipe do Ministério das Cidades, Seap, Casan, prefeitura, ICMBIO, representante do movimento comunitário e popular.

Nós saímos daqui com o compromisso da Casan em chamar os parceiros institucionais para discutir e ajustar os projetos e ações. Houve vários desajustes que foram identificados e precisam ter ajustes.

Saímos daqui com o compromisso da realização de um seminário, não só o regional de saneamento básico e com o objetivo do Plano Municipal de Saneamento, mas um seminário para discutir pontualmente esses projetos mais emergenciais, porque eles têm prioridade por conta de *n* razões que discutimos aqui a tarde inteira. Tem uma sugestão e um apelo de fortalecimento do Conselho Municipal de Saneamento, inclusive no caráter deliberativo; e um apelo para a prefeitura assumir o seu papel na sua titularidade nesse processo.

Esses compromissos estão entre nós - o Ministério das Cidades também já apresentou as suas condicionantes e o seu posicionamento. Nós vamos interagir de alguma forma, então esperamos que a Casan chame mais rapidamente os parceiros para ajustar esses projetos e ações e a prefeitura assuma o seu papel nesse seminário para ajustar esses projetos.

O SR. LOURECI RIBEIRO - Décio, cabe-nos fazer somente uma consideração: dando continuidade, há uns dois meses tivemos uma conversa com o Walmor De Luca e o Gregolin na Casan e ficou meio que no entendimento de que se o debate é técnico qualificado teria possibilidade de a gente fazer alguns avanços. Eu acho que hoje aqui está amadurecendo essa idéia.

O que eu estaria propondo? Nós, do Movimento, estamos debruçados sobre isso há muito tempo e temos, na realidade, proposição de formatação desse seminário. A nossa proposta é que a gente (tem uma reunião do Movimento na terça-feira próxima) faça o acabamento que está faltando, porque acabamos sendo atropelado por esta audiência, que entendemos ter um papel para poder levar o seminário com a necessidade, faça o fechamento da nossa proposta e apresentamos aos entes que compuseram hoje esta audiência, para ver se a gente consegue dar o encaminhamento com essa grandeza que conseguimos fazer hoje.

A única coisa que acho que para nós também passa a ser importante é que nesse instante as nossas caixas-pretas gerais sejam abertas, na realidade - meio que para sair dessa tensão. Nesse sentido para nós é importante que a Casan nos apresente o quanto antes a planta da rede onde vão ser feitas as coletas, quais são de fato os imóveis, as regiões, as áreas específicas para isso. Porque isso para nós passa a ser central nessa visibilidade da transparência, do respeito mútuo.

Não queremos que as nossas relações se estabeleçam de forma informal, portanto de agora em diante vamos formalizar isso, inclusive jogar cópias do nosso procedimento para todos os outros atores. E a gente gostaria que também, por parte dos órgãos aqui estabelecidos, tivesse esse tipo de relacionamento com a gente para que se conseguisse entender a transparência desse processo.

O SR. PRESIDENTE (deputado Décio Góes) - Mais uma vez eu queria agradecer a todos. O fato de estarmos até quase às 20h mostra o quanto estava represada essa questão, a angústia. Eu penso que estamos saindo daqui com o espírito de solução, que é um espírito extremamente positivo e construtivo.

Quero agradecer a TVAL, que transmitiu até agora (esta reunião); os taquígrafos; todos os funcionários da Assembleia Legislativa que nos deram apoio até este momento; a minha assessoria, o Newton e o Cabral; e especialmente vocês todos que vieram aqui e ficaram até este momento.

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente continua à disposição da comunidade, sempre enfrentando o que for necessário para a gente ajudar nas soluções dos problemas de Santa Catarina.

Obrigado a todos. (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES
PRESIDENTE**

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 700 LICENÇAS A SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO CORPORATIVA CONTRA VÍRUS, TROJANS, WORMS, SPYWARES, ADWARES, ROOTKITS INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO E ATENDIMENTO "ON LINE" E "ON SITE".

DATA: 03/09/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 03 de setembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 20 de agosto de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS DESTINADOS AO GABINETE DA 1ª SECRETARIA DA MESA DIRETORA ALESC.

DATA: 04/09/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 04 de setembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 20 de agosto de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 156/2009

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 1107**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado Fazenda, que "Altera o caput do art. 2º e o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO".

Florianópolis, 18 de agosto de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/2009

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 09 de junho de 2009.

Do Secretário de Estado da Fazenda

Dr. Antônio Marcos Gavazzoni

Ao Governador do Estado

Dr. Luiz Henrique da Silveira

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 080/2009

Senhor Governador do Estado,

1. Com meus cumprimentos e com fulcro no art. 51, caput, da Constituição do Estado, venho propor a Vossa Excelência a edição de Medida Provisória que "Altera o caput do art. 2º e o Anexo Único da Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO."

2. Cumpre-me esclarecer a Vossa Exa. que quando foi encaminhado à Assembléia Legislativa Estadual o projeto da norma legal supra referenciada, **a inserção do conteúdo do Anexo Único, tal como resultou publicado, se deu por iniciativa parlamentar, e o processo legislativo constitucional não permitia, por parte do Poder Executivo, proceder a qualquer alteração no sentido de modificá-lo.**

3. Agora, durante a última fase das negociações contratuais com o BID, em Brasília, nos dias 06 a 08 de julho de 2009, aquela instituição alertou para o fato de que o **Anexo Único da Lei Estadual que embasa a operação de crédito, se apresenta em desconformidade com as tratativas anteriores ocorridas entre o Estado e o Banco**, vez que previu um período de validade de 23 exercícios financeiros, **quando o correto teria sido 20 exercícios financeiros**, conforme prevê a minuta de Contratos de Empréstimo OC/BR, Cláusula 2.01 (cópia anexa).

4. De outras parte, na mesma ocasião, o Banco informou aos representantes do Estado de Santa Catarina que, em razão de modificação em sua política, aprovada pela Diretoria Executiva, em Washington, D.C., **não mais será oferecida a modalidade de Taxa de juros Ajustável, para empréstimos com recursos do Mecanismo Unimonetário, do capital ordinário**, razão pela qual será necessário alterar o art. 2º da Lei nº 14.529, de 2008, que o prevê.

5. Essas questões, evidentemente, constaram da Ata da Negociação final (itens 2 e 3, documento anexo), firmada em 7 de julho do corrente, em Brasília, entre os representantes do Estado (Secretaria de Estado da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado), da Secretaria de Assuntos Internacionais do MPOG, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria Geral da República e do BID.

6. Finalmente, entendo que os requisitos para a edição de Medida Provisória, previstos no art. 51. *caput*, da Constituição do Estado - **relevância e urgência** - encontram albergue na pretenção ora apresentada, pelas razões que seguem:

a) dentre os inúmeros deveres impostos ao Estado, será o do atendimento preponderante ao interesse público que lhe compete efetuar e a plena garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos. Daí a **relevância** em se buscar alternativas de mecanismos que permitam ao Estado melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão fiscal do Estado de Santa Catarina, incrementar a receita e promover a melhoria do controle dos gastos públicos, para a prestação de melhores serviços aos cidadãos;

b) com o encerramento, na data mencionada no item 3, da fase de Negociação final Contrato de Empréstimo do PROFISCO a ser firmando com o Estado, toda a documentação está sendo preparada para encaminhamento da matéria à apreciação e aprovação do Senado Federal, conforme determina a Constituição Federal, bem como para aprovação pela Diretoria Executiva do BID, **razão pela qual as alterações aqui propostas precisam entrar em vigor o mais rápido possível.**

7. Em face do exposto, manifesto-me pelo envio Medida Provisória em anexo, à Assembléia Legislativa Estadual submetendo-a à apreciação.

Atenciosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI
Secretário de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 156, de 18 de agosto de 2009

Altera o caput do art. 2º e o anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Interamericano d edesenvolvimento - BID, para o Programa de Mordenização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º O Caput do art. 2º da Lei 14.529, de 28 de outubro de 2008, passa a vigorar a seguinte redação:

"Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo de liquidação da operação de crédito, os quais serão adequados, anualmente, em decorrências das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajuste previstos contatualmente para empréstimos internacionais.

..... "(NR)

Art. 2º O Anexo Único da Lei nº 14.529, de 2008, que passa a vigorar com a redação constante do anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 18 de agosto de 2009.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

ANEXO ÚNICO
"ANEXO ÚNICO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BID

PROJEÇÃO DE VALORES (R\$) PARA INCLUSÃO NOS ORÇAMENTOS ANUAIS

FINALIDADE: Programa de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual - PROFISCO (Lei nº 14.529, de 28 de outubro de 2008)

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2009	11.633.586		67.475	67.475
2010	23.346.630		338.065	338.065
2011	25.527.051		627.856	627.856
2012	8.366.460		774.672	774.672
2013	1.236.273	2.190.938	813.276	3.004.214
2014		4.381.875	775.154	5.157.029
2015		4.381.875	724.324	5.106.199
2016		4.381.875	673.494	5.055.369
2017		4.381.875	622.664	5.004.539
2018		4.381.875	571.835	4.953.710
2019		4.381.875	521.005	4.902.880
2020		4.381.875	470.175	4.852.050
2021		4.381.875	419.345	4.801.220
2022		4.381.875	368.516	4.750.391
2023		4.381.875	317.686	4.699.561
2024		4.381.875	266.856	4.648.731
2025		4.381.875	216.026	4.597.901
2026		4.381.875	165.197	4.547.072
2027		4.381.875	114.367	4.496.242
2028		4.381.875	63.537	4.445.412
2029		4.381.875	12.707	2.203.645
TOTAL	70.110.000,00	70.110.000,00	8.924.233,43	79.034.233,43

"(NR)

*** X X X ***

OFÍCIO

OFICIO Nº 295/09

Associação Beneficente Lar do Menino Deus
Ofício nº 112/09 Lages, 12 de agosto de 2009
Exmo. Sr.

Jean Kulman
Deputado Estadual
Assembleia Legislativa
Florianópolis - SC
Excelentíssimo Senhor

Cumprimento-a cordialmente vimos por meio deste, encaminhar o relatório anual de atividades desenvolvidas pela equipe técnica da Associação Beneficente Lar do Menino Deus.

Sendo o que se apresenta no momento, coloco-me a disposição para dirimir eventuais dúvidas.

Atenciosamente

Maria Ivanov
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/09

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1701, de 18 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SUSANA ANDRADE FERREIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1702, de 18 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VERA PINHEIRO PINTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Professora Odete de Jesus).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1703, de 20 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor SERGIO HENRIQUE WEBSTER, matrícula nº 6000, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2009 (Gab Dep Serafim Venzon).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1704, de 18 de agosto de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora IVONETE SCHUTZ, matrícula nº 5781, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 22 de agosto de 2009 (Deputado Elizeu Mattos).

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1705, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0452	Hildo Tramontin	90	08/08/09	1599/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1706, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1600/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES, matrícula nº 2103, por 05 (cinco) dias, a contar de 17 de agosto de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1707, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 028/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

2170	José das Neves Filho	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
0775	Adriana Lauth Gualberto	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1708, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 029/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
0775	Adriana Lauth Gualberto	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de apoio
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
2170	José das Neves Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1709, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor MARCIO MORAIS COSTA, matrícula nº 0635, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-51, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1710, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Pedro Baldissera ELÓI VOIGT, matrícula nº 33.227, servidor do Poder Executivo - EPAGRI, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 1227, de 8 de julho de 2009, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1711, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1512/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora MARCIA REGINA PETRI, matrícula nº 2143, por 15 (quinze) dias, a contar de 28 de julho de 2009, tornando sem efeito a Portaria nº 1679, de 14 de agosto de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1712, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	90	01/08/09	1617/09
2143	Marcia Regina Petri	05	12/08/09	1615/09
1134	Maria Luiza Brasil	60	16/08/09	1616/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1713, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0851	Altamiro Osmar Koerich	06/08/04	05/08/09	1532/09
1847	Isabella de Araújo Brand Flores	05/08/04	04/08/09	1533/09
1858	Imer Caldas	03/08/04	02/08/09	1534/09
3120	Ruben Cesar Farah	28/08/03	27/08/08	1535/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1714, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Lenir Martins Andrade Luz	1570	3%	33%	01/08/09	1505/09
Marcelo de Paula Ribeiro	1475	3%	33%	01/08/09	1506/09
Antônio Carlos Silva de Oliveira	1626	3%	33%	01/08/09	1536/09
Ana Maria Maia Ramos	1606	3%	33%	01/08/09	1537/09
Wilson Vieira	1583	3%	33%	01/08/09	1538/09
Silmara Quintão da Silveira	1582	3%	33%	01/08/09	1539/09
Rosevalda Correia	1580	3%	33%	01/08/09	1540/09
Rita de Cássia Althoff Coutinho	1579	3%	33%	01/08/09	1541/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1715, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Lúcia Helena Coelho Prazeres	1568	3%	33%	01/08/09	1542/09
Elias Bruno Steinbach	1622	3%	33%	01/08/09	1543/09
Katia Lottin	1638	3%	33%	01/08/09	1544/09
Rosilene Maria Sodré	2043	3%	27%	12/08/09	1545/09
Vera Lúcia Cardoso Damasco	1600	3%	33%	01/08/09	1546/09
Olívio Armando dos Santos	1605	3%	33%	01/08/09	1547/09
Romeu Franzoni Junior	1601	3%	33%	01/08/09	1548/09
Sania Barreto	1598	3%	33%	01/08/09	1549/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1716, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Marcelo Braga Lopes	3538	3%	9%	01/08/09	1412/09
Amilton Gonçalves	1448	3%	33%	01/08/09	1448/09
José Alberto Braunsperger	1566	3%	33%	01/08/09	1456/09
Jorge Clênio da Silva	1421	3%	33%	01/08/09	1467/09
Jonas Lemos Campos	1521	3%	33%	01/08/09	1468/09
Adiel Fernandes Cipriano	1449	3%	33%	01/08/09	1469/09
Alair Nazarete Pacheco	1447	3%	33%	01/08/09	1470/09
Daura N. Meneses de Aguiar	1455	3%	33%	01/08/09	1501/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1717, de 20/08/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Roberto Pereira Rodrigues	1581	3%	33%	01/08/09	1550/09
Cláudia Regina do Nascimento	1608	3%	33%	31/07/09	1551/09
Vaneó Niehues	1585	3%	33%	31/07/09	1552/09
José Agrício Gonçalves	1564	3%	33%	01/08/09	1553/09
Jacqueline de Oliveira V. Bittencourt	1591	3%	33%	01/08/09	1554/09
Carmen Lucia Marian Souza	1873	3%	33%	12/08/09	1583/09
Zenaide Meyer	1588	3%	33%	01/08/09	1584/09
Daniela Cristina Pereira	4470	3%	3%	11/08/09	1585/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 312/09

Cria o Programa de Garantia da Renda para os Agricultores Familiares e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei cria o Programa de Garantia da Renda para os Agricultores Familiares.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se Garantia da Renda a cobertura financeira dos riscos de preços e da produtividade da atividade agrícola produtivas dos produtores especificados em seu art. 1º, e ainda de acordo com o definido em seu art. 5.º.

Art. 3º Fica criado o Comitê Gestor do Programa de Garantia da Renda constituído pela Secretaria de Estado da Fazenda; ; e .

§ 1º Integram, também, o Comitê Gestor, os representantes das entidades de classe dos agricultores, das cooperativas e da comunidade científica.

§ 2º O Regulamento desta Lei disporá sobre as condições de organização e funcionamento do Comitê Gestor de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º Caberá à , a coordenação operacional do Programa de Garantia da Renda.

Art. 4º A Garantia da Renda corresponderá:

I - nos casos de frustração da produção, ou de frustração da produção combinada com a comercialização em preços abaixo dos preços mínimos: à multiplicação entre a produtividade média das culturas, nas respectivas regiões, nos últimos cinco anos, pela fração da área plantada, pela taxa de frustração, e pelo preço mínimo vigente para o produto correspondente;

II - nos casos de comercialização em preços abaixo dos preços mínimos correspondentes: à multiplicação da produção obtida equivalente a área plantada, pelo preço mínimo vigente para o produto correspondente.

Parágrafo Único - Executivo regulamentará, com o auxílio do Comitê Gestor, a definição dos procedimentos para a comprovação de frustração da produtividade, assim como a base técnica para os procedimentos previstos no *caput* e a elaboração e fixação dos critérios necessários ao cumprimento do disposto nos incisos I e II deste artigo, assim como o valor e a juridicidade da Garantia da Renda Agrícola.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, considera-se Agricultor Familiar aquele que se enquadra no PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar.

Art. 6º No primeiro ano de execução desta Lei serão contemplados pelo Programa de Garantia da Renda, produtos básicos para a alimentação da população e Municípios assim definidos pelo Comitê Gestor.

Parágrafo Único - A ampliação do alcance do Programa de Garantia da Renda estabelecido nesta Lei observará programação de produtos e regiões fixadas pelo Comitê Gestor.

Art. 7º A garantia do pagamento aos agricultores dos produtores especificados no art. 1º desta Lei e conforme os limites de área fixadas no art. 5.º da mesma, se dará a partir:

I - dos recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL; e

II - dos recursos captados junto às agências multilaterais e bilaterais de cooperação internacional, sob forma de doação, sem ônus para o Tesouro Estadual, salvo contrapartidas.

Parágrafo Único - Para a concessão da subvenção econômica de que trata este artigo o beneficiado deverá estar adimplente, na forma do regulamento desta Lei.

Art. 8º Para efeito de implementação do disposto nesta Lei, o órgão executor poderá celebrar convênios com a União e Municípios.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, mediante edição de decreto.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/09

JUSTIFICATIVA

A política de desenvolvimento rural, compatível com a dignidade dos produtores, com as normas e com os princípios de proteção ambiental, deve partir do reconhecimento da importância do trabalho familiar da pequena e média produção agrícola, e de suas respectivas formas associativas e cooperativas, alcançando os níveis de rentabilidade compatíveis com os de outros setores da economia.

Partindo deste pressuposto, e fundamentada no Art.144, VII, da Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei n.º 8.676, de 17 de junho de 1992, aprovada nesta Casa Legislativa, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural e dá outras providências, prevê como ação e instrumento da política de desenvolvimento rural, em seu Art. 4º, X, o seguro agrícola. Porém, jamais implementado, o seguro agrícola é mais um direito sonogado aos catarinenses, dificultando a efetivação da dignidade às famílias de trabalhadores e produtores rurais, que não possuem acesso à previsão legal estadual, à política de seguro agrícola e de garantia da atividade agropecuária do Governo Federal.

A inexistência de um Programa Estadual de Seguro Agrícola - direito constitucional desprezado - é mais um dos diversos óbices enfrentados pelo agricultor familiar. Porém, mesmo que a Constituição Estadual estivesse sendo respeitada em seu Art. 144, VII, a medida não protegeria a renda dos agricultores, uma vez que o processo de depreciação da renda agrícola, entre outros fatores, persiste a lógica natural excedentária do modelo agrícola dominante.

A estagnação relativa dos níveis de consumo mundial, em especial, dos alimentos, e a progressiva concentração e centralização dos capitais industriais, financeiros e comerciais no entorno da base primária da agricultura, somadas à ausência de políticas de garantia de renda nos países fora do bloco dos desenvolvidos, tornam esta lógica cada vez mais perversa, excludente, e responsável pelo crescente e complexo êxodo rural. Os efeitos erosivos na economia agrícola catarinense são diretamente causados por este processo centralizador de capital, que deverá, com o presente Projeto de Lei, ser significativamente minimizado a partir de uma ação efetiva do Governo do Estado de proteção da renda dos segmentos mais fragilizados da sua economia rural.

Cumpra esclarecer que a ausência dos grandes produtores entre os beneficiários da proposição se deve, além da maior musculatura econômico financeira dos mesmos, à disponibilização, para esses setores, de mecanismo de proteção nas operações a termo e no mercado futuro. Em síntese este projeto de Lei propõe que, na ocorrência de frustração de produtividade da estimada e no caso da comercialização dos produtos pelos beneficiários em preços abaixo do preço mínimo correspondente do produto, os beneficiários farão jus ao benefício a título de Garantia de Renda.

Para tanto, a proposição oferece sistemática bastante simplificada no plano operacional. Propomos a criação de um Comitê Gestor do Programa de Garantia da Renda, com a participação da sociedade civil, que definirá todas as bases e condições de funcionamento do mesmo, consoante os termos da proposição. Além disto, indicamos - fundamentados nos limites da constitucionalidade - a fonte dos recursos para a implementação do benefício, que será a partir do Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, conforme já estabelecido em sua instituição, no § 1º do Art. 8º da Lei n.º 13.334, de 2005, que prevê 5% para financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social, no campo e nas cidades.

Finalmente, a matéria tramita à disposição dos ajustes eventuais de mérito em seu texto, da qual submeto ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem peço o apoio, face às preocupações acerca do necessário estímulo ao desenvolvimento das unidades familiares de produção e à garantia do abastecimento interno do Estado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 313/09

Declara de utilidade pública a Associação Dragão Negro de Taekwondo Jwa Woohyang Woo, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Dragão Negro de Taekwondo Jwa Woohyang Woo, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequentemente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Giancarlo Tomelin

Lido no Expediente

Sessão de 19/08/09

JUSTIFICATIVA

A Associação Dragão Negro de Taekwondo, de Balneário Camboriú, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade dirigir, difundir e incentivar diretamente a prática do Taekwondo em todo o município.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 314/09

Institui o dia de combate ao "crack" no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Fica instituído o dia 19 de outubro como o dia de combate ao "crack" no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

É notória a evolução do consumo e do comércio de Drogas e Entorpecentes em nosso país, e entre estas, uma substância de destaca pelo seu poder de destruição e pelo aumento do consumo nos últimos anos, o CRACK.

"Estudo recente realizado em Salvador, São Paulo, Porto Alegre e no Rio de Janeiro detectou um aumento do número de usuários de crack em tratamento ou internados em clínicas para atendimento a dependentes de álcool e drogas. Eles respondem por 40% a 50% dos indivíduos em tratamento, dependendo da clínica e de sua

localização. A idade média dos usuários de crack (31 anos) é inferior à dos demais pacientes em tratamento (42 anos). Entre os dependentes desta droga, 52% são desempregados."

O levantamento foi coordenado pelo psiquiatra Félix Kesser, vice-diretor do Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro da Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas.

A preocupação com esta droga desencadeou uma campanha do Grupo RBS chamada "CRACK NEM PENSAR" que visa declarar guerra ao "crack". A droga é mais potente que outras substâncias químicas, leva 12 segundos para chegar ao cérebro e causa sensação de euforia, a vontade irresistível de usá-la chama-se fissura que faz com que o usuário se torne agressivo: mente, rouba, se prostitui, além de se tornarem alvo de doenças pulmonares e circulatórias que podem levar à morte, os usuários se expõem à violência e a situações de perigo que também podem matá-lo.

Desta forma, com o objetivo de mobilizar nosso estado nesta grande campanha, criamos o presente projeto de lei que pretende fazer do dia 19 de outubro dia de combate ao "crack" no Estado de Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 315/09

Denomina Rodovia Augusto Gracietti o trecho da Rodovia Estadual SC-456 que liga o município de Anita Garibaldi ao Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Augusto Gracietti o trecho da Rodovia Estadual SC-456 que liga o município de Anita Garibaldi ao Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo homenagear o senhor Augusto Gracietti, homem simples, trabalhador, que nasceu, viveu e constituiu família na localidade de Freguesia de Domingos, no município de Anita Garibaldi, neste Estado.

De profissão agricultor, o homenageado, mesmo com inúmeras dificuldades, conseguiu criar seus dezoito filhos, ensinado a eles os mesmos princípios de honestidade e fé que tanto respeitou durante sua vida. Reconhecido por ser homem de latente honestidade e fé, faz-se justa a presente homenagem.

Para fins de instrução, nos termos da Lei Estadual nº 12.118, de 07 de janeiro de 2002, acostamos a presente proposta Certidão de Óbito e curriculum-vitae do homenageado, bem como, declaração negativa de denominação anterior do bem a ser denominado.

Deste modo, apresentamos a presente proposta e esperamos contar com a aquiescência e o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 316/09

Dispõe, define e disciplina a piscicultura no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Para efeito de aplicação desta lei ficam estabelecidas as seguintes definições e disposições:

I - aquícultura: cultivo e criação de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos, quelônios, répteis e plantas aquáticas mediante a intervenção do homem no processo de cultivo e criação visando aumentar a produção em operações como reprodução, estocagem, alimentação, proteção contra predadores e outros;

II - piscicultura: atividade de cultivo de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica;

III - piscicultor: pessoa física ou jurídica que se dedica profissionalmente à criação de alevinos ou peixes em ambientes naturais e artificiais com as finalidades econômica, social ou científica, trabalhando de modo independente ou vinculado a associações e/ou cooperativas;

IV - produtor de alevinos: piscicultor que se dedica à reprodução, larvicultura, criação e comercialização de alevinos;

V - reprodutor ou matriz: peixe adulto, apto a procriar, utilizado pelo piscicultor na obtenção de descendentes;

VI - reservatório: corpo natural ou artificial de água superficial, tais como: rios, lagoas, lagoas, açudes, canais e outros;

VII - represa: depósito de água formado artificialmente através de barramento de acidentes geográficos naturais e ou decorrentes de ação antrópica, mediante diques ou barragens nos quais se armazenam águas pluviais, de rios, córregos, com objetivo de uso como recurso hídrico;

VIII - viveiro/tanque: estrutura projetada e construída para aquícultura, escavada ou não, revestida ou não, e com controle de entrada e saída de água;

IX - área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, destinado a projetos de aquícultura, individuais ou coletivos;

X - parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquícultura;

XI - gaiola ou tanque-rede: equipamento de cultivo utilizado dentro da massa de água de um rio, lago ou reservatório, parque aquícola, construído e manejado de acordo com as normas técnicas de engenharia;

XII - espécie nativa: espécie de origem e ocorrência natural nas águas brasileiras;

XIII - espécie exótica: espécie de origem e ocorrência natural somente em águas de outros países;

XIV - espécie estabelecida: espécie alóctone que já constituiu população isolada e em reproduções, aparecendo em pescas científica e/ou extrativista;

XV - peixe híbrido: peixe obtido a partir do cruzamento entre espécies;

XVI - espécie alóctone: não originária da bacia hidrográfica;

XVII - espécie autóctone: originária da bacia hidrográfica;

XVIII - peixamento: processo de introdução de alevinos ou de peixes adultos em ambientes aquáticos naturais ou artificiais com a finalidade de povoar ou repovoar o corpo d'água local;

XIX - despesca: processo de retirada de peixes e outras espécies aquícolas cultivadas para fins econômicos, sociais, científicos e outros;

XX - nascente ou olho d'água: local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.

XXI - Açude: viveiro de produção de peixe que foi construído interceptando um curso d'água, não possui controle de entrada e saída da água e tem um dreno ou vertedouro destinado à redução do volume de água por ocasião das grandes precipitações pluviométricas.

XXII - Águas continentais: todo recursos hídrico de água doce, superficial ou subterrâneo, oriundos ou relacionados às bacias hidrográficas e aquíferos.

XXIII - Lagoas: Áreas alagadas naturalmente formadas devido à topografia do terreno.

XXIV - Sistema de cultivo extensivo: sistema de produção com inexistência de oferta artificial de alimentos aos espécimes cultivados sendo que este sobrevive do alimento natural disponível, e tendo como característica a baixa densidade de espécimes.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 2º Os piscicultores são classificados quanto ao objetivo de sua produção em:

I - produtor de alevinos: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos a serem utilizados como insumo a outras pisciculturas que efetuem a recria e a engorda;

II - produtor de peixes ornamentais: aquele que se dedica à produção e comercialização de alevinos e peixes a serem utilizados como espécies ornamentais ou de aquarofilia;

III - produtor terminador: aquele que finaliza o cultivo de alevinos, produzindo pescado destinado ao consumo humano e/ou industrial;

IV - produtor de matrizes e reprodutores: aquele que cria peixes, jovens ou adultos, fruto de processos de seleção, melhoria e classificação zootécnica a serem comercializados, exclusivamente, como reprodutores ou matrizes aos produtores de alevinos;

V - produtor de iscas aquícolas: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo armazenamento e comercialização de peixes utilizados como iscas vivas aquícolas na pesca; amadora, profissional e ou esportiva;

VI - piscicultor de pesque-pague: aquele que cultiva ou adquire peixe vivo, oriundo de outro piscicultor, comercializando no varejo, como forma de lazer, recreação, esporte ou turismo;

VII - produtor de peixe para peixamento: aquele que realiza trabalhos de reprodução, cultivo, armazenamento e comercialização de peixes que poderão ser comercializados para o peixamento de cursos d'água.

Art. 3º A piscicultura quanto ao tamanho, avaliada de acordo com a lâmina d'água acumulada, será classificada em:

I - Porte Pequeno: até 5 (cinco) ha de lâmina d'água por propriedade, e produtividade inferior a 10.000 (dez mil) kg/ha ano.

II - Porte Médio: área superior a 5,1 (cinco vírgula um) ha e inferior a 10 (dez) há de lâmina d'água por propriedade, e produtividade superior a 10.000 (dez mil) kg/ha.ano.

III - Porte Grande: área superior a 10,1 (dez vírgula um) ha por propriedade,

CAPÍTULO III DOS PRODUTOS

Art. 4º São produtos da piscicultura:

I - alevinos para uso próprio ou comercialização;

II - alevinos e peixes para ornamentação e aquarofilia;

III - alevinos para peixamento;

IV - iscas vivas aquáticas;

V - hipófises oriundas do processamento de pescado;

VI - reprodutores e matrizes;

VII - peixe vivo;

VIII - peixe abatido;

IX - peixe processado e seus subprodutos.

CAPÍTULO IV

DAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

Art. 5º É declarada de interesse social e econômico a atividade de piscicultura para fins de implantação que envolva a supressão da área de preservação permanente, atendidos os requisitos estabelecidos nesta lei.

§ 1º A construção de reservatórios d'água, represas, açudes e tanques usados para implantação de atividade de piscicultura poderá ser licenciada nos cursos d'água com vazão média máxima de 3m³ (três metros cúbicos) por segundo.

§ 2º Para a construção de reservatórios d'água, represas, açudes e tanques usados para implantação de atividade de piscicultura nos cursos d'água com vazão média máxima maior que 3m³ (três metros cúbicos) por segundo, o interessado solicitará à Fundação do Meio Ambiente - FATMA uma licença especial.

§ 3º Os procedimentos administrativos de licenciamento dos empreendimentos e atividades previstos no caput deste artigo serão efetivados junto à Fundação do Meio Ambiente - FATMA.

§ 4º Não será autorizada a implantação da atividade de piscicultura num raio inferior a 100 (cem) metros das nascentes ou olhos d'água.

Art. 6º Será autorizada pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente (APP) para o uso na atividade de piscicultura quando o requerente:

I - comprovar a inexistência de alternativa técnica e locacional em sua propriedade para os planos, atividades ou projetos propostos;

II - comprovar a imprescindibilidade da intervenção na APP para a viabilidade econômico-financeira total do empreendimento;

III - comprovar o acompanhamento técnico de profissional habilitado para condução dos projetos de engenharia (obras de arte) e ou do licenciamento ambiental;

IV - indicar as medidas mitigadoras e de compensação necessárias.

Art. 7º A reprodução artificial de espécies nativas e ou alóctones, que se destina à produção de alevinos puros ou híbridos deverá ocorrer em laboratório devidamente licenciados para este fim pelo órgão competente:

I - o laboratório deverá apresentar laudo de inspeções sanitárias de seus reprodutores, matrizes e alevinos.

Parágrafo único Os alevinos adquiridos de outros Estados e/ou países deverão estar acompanhados do laudo de inspeção sanitária.

Art. 8º Os projetos de piscicultura destinados à produção de alevinos e peixes híbridos deverão obedecer aos seguintes critérios:

I - solidez necessária à contenção de água, que garanta a sua estabilidade, comprovada por cálculos de engenharia com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

II - proteção dos taludes e ladrões contra a erosão;

III - construir dispositivos de proteção contra a fuga de peixes para o meio ambiente;

IV - executar obras levando em conta critérios e estruturas que venham a gerar o mínimo de áreas de empréstimo e "bota-fora" (locais de disposição final de estêreis e rejeitos), de preferência mantendo-os abaixo da linha da água;

V - comprovar o acompanhamento da atividade por técnico responsável devidamente inscrito no seu órgão.

Parágrafo único O cumprimento dos incisos I a V não exime o empreendedor das penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 9º Os processos de licenciamento das pisciculturas serão submetidos ao órgão competente para o deferimento da utilização do recurso hídrico.

Art. 10. O peixamento em ambientes aquáticos naturais será permitido quando se tratarem de espécies nativas da mesma bacia onde se realizará a operação (espécies autóctones), fornecidos por produtor de peixe para peixamento devidamente licenciado.

Parágrafo único: As atividades de peixamento deverão ser precedidas de comunicação prévia à FATMA das seguintes informações:

I - origem das matrizes;

II - identificação da espécie, tamanho médio e peso médio;

III - local e data do peixamento;

IV - anotação de responsabilidade técnica.

CAPÍTULO V

DAS LICENÇAS, CADASTROS E AUTORIZAÇÕES

Art. 11. O licenciamento ambiental de piscicultura será processado junto à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, nas modalidades Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS Licença de Operação Porte Médio - LPM e Licença de Operação Porte Grande - LPG, devendo o interessado indicar as classificações de sua atividade, nos termos dos arts. 2º e 3º desta lei, apresentando projeto técnico com as especificações constante de instrução normativa a ser editada pelo órgão estadual do meio ambiente.

Art. 12. Os viveiros de produção de peixes deverão ser licenciados de acordo com as seguintes modalidades:

I - Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, com renovação a cada 5 anos, e Outorga de Uso da Água, para criação e engorda de peixes nas formas jovens e adultos, nativos ou exóticos, com finalidade comercial, que apresentarem cumulativamente, para o enquadramento de empreendimentos de porte pequeno, as seguintes características:

a) até 5 (cinco) ha de lâmina d'água por propriedade, e

b) produtividade inferior a 10.000 (dez mil) kg/ha.ano.

II - Licença de Operação Porte Médio - LPM, com renovação a cada 5 anos e Outorga de Uso da Água para criação e engorda de peixes nas formas jovens e adultos, nativos ou exóticos com finalidade comercial, que apresentarem cumulativamente, para o enquadramento de empreendimentos de porte médio, as seguintes características:

a) área superior a 5,1 (cinco vírgula um) ha e inferior a 10 (dez) há de lâmina d'água por propriedade, e

b) produtividade superior a 10.000 (dez mil) kg/ha.ano.

III - Licença de Operação Porte Grande - LPG, com renovação a cada 5 anos, Outorga de Uso da Água e estudos ambientais complementares, se necessários, para criação e engorda de organismos aquáticos nas formas jovens e adultos, nativos ou exóticos com finalidade comercial, que apresentarem cumulativamente, para o enquadramento de empreendimentos de porte grande, as seguintes características:

a) área superior a 10,1 (dez vírgula um) ha por propriedade, e

b) produtividade superior a 10.000 (dez mil) kg/ha.ano,

§ 1º Os laboratórios de reprodução de peixes, nas diferentes formas (larvas, pós-larvas e alevinos), deverão ser cadastrados e registrados junto a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP/PR, ou a quem ela delegar e devidamente licenciado pelo Órgão Ambiental competente.

§ 2º A produção de peixes nas formas jovens destinados aos povoamentos / repovoamentos de ambientes aquáticos naturais deverá ser realizada exclusivamente por laboratórios, centros de pesquisa e de produção de organismos aquáticos credenciados pelo Órgão Ambiental competente que possuam

registros dos caracteres genéticos de reprodutores e matrizes, caracterizados por marcadores moleculares, devidamente licenciado pelo Órgão Ambiental competente.

§ 3º Para o caso de empreendimentos novos ficam definidos os seguintes procedimentos para efeito do licenciamento ambiental:

- I - Modalidade I - Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS
- II - Modalidades II e III - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Art. 13. A área de produção de peixes em viveiro já instalada e consolidada que seja considerado de baixo impacto ambiental nos termos dos artigos 10 e 11 da Resolução do CONAMA 369 de 28/03/2006, será regulamentado, pela FATMA, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente, desde que protocole pedido com a respectiva documentação, e ainda atenda aos seguintes requisitos técnicos conforme o enquadramento da área de produção abaixo relacionado:

I - Para o caso de viveiros de terra e açude:

a) Efetuar a restauração no entorno com espécies nativas numa faixa de 30 metros de cada lado, deixando uma faixa marginal de até 10 metros entre a linha d'água e a faixa reflorestada, para circulação e manejo do viveiro de produção; ou,

b) Quando não for possível a formação de faixa com espécies nativas em uma das margens, a extensão total das duas faixas, com largura mínima de 60 metros, deverá ser colocada em uma das margens; ou,

c) Em casos excepcionais, onde não for possível implantar a faixa de proteção em nenhuma das margens, devido à existência de construções, a área deverá ser compensada a montante dos viveiros e distribuída igualmente entre as duas margens; ou,

d) Caso já exista vegetação à montante, esta deverá ser considerada para efeito de área de Preservação Permanente ou serem utilizados excedentes em outras áreas. Se não se enquadrar nestes casos, a compensação será realizada em outro local da propriedade a critério do Órgão Ambiental e em consenso com o produtor.

II - Para o caso de viveiro construído por derivação de curso d'água em Área de Preservação Permanente ou em áreas sistematizadas:

a) Prioritariamente a compensação deverá ser feita na margem oposta a do viveiro, em faixa de no mínimo 50 metros a partir da margem do corpo d'água; ou,

b) A compensação poderá ser feita acima do canal de abastecimento do viveiro; ou,

c) No caso de existência de edificações, a faixa de compensação deverá ser feita a montante das áreas edificadas; ou,

d) No caso onde a montante do viveiro existir impedimentos (estrada, rodovia, final de propriedade) a compensação deverá ser feita a jusante, ampliando-se a área de Preservação Permanente do curso d'água; ou,

e) Em todos os casos do Item II deverá ser mantida e/ou recuperada a continuidade da faixa da Área de Preservação Permanente.

III - Para o caso de viveiro construído sobre nascente:

a) Efetuar a restauração no entorno da linha d'água do viveiro em faixa mínima de 50 metros;

b) Neste caso o reservatório deverá servir apenas para o abastecimento dos demais viveiros situados a jusante e ser explorado de forma extensiva;

c) Para os viveiros localizados a jusante da nascente, seguir a orientação do item "I" do Artigo 13.

IV - Para o caso de viveiro construído em área de exploração de argila ou areia:

a) Efetuar a restauração no entorno com espécies nativas numa faixa de 30 metros de cada lado, deixando uma faixa marginal de 10 metros entre a linha d'água e a faixa restaurada, para circulação e manejo do viveiro de produção; ou

b) Manter a continuidade desta faixa de Preservação Permanente com a faixa do corpo receptor das águas do viveiro, ou

c) Seguir a orientação do item "I" letra "d" do Artigo 13.

V - Para o caso de viveiro construído com aproveitamento de águas de encosta:

a) Efetuar a restauração no entorno com espécies nativas numa faixa de 30 metros a partir da linha máxima de água, no entorno de captação e armazenamento;

VI - Para o caso de viveiro construído em áreas elevadas e abastecido por água recalçada através de bombas ou canais de derivação deverá ser licenciada a captação da água.

Art. 14. A piscicultura que dispõe de parte de suas obras em área de preservação permanente deverá ser mantida conforme o projeto original.

Parágrafo único - O manejo dos viveiros, incluindo a retirada de sedimentos, não será objeto de autorização ambiental, devendo, no entanto, ser adotadas medidas preventivas que assegure a boa qualidade da água do manancial receptor e a sua proteção contra espécies introduzidas e patógenos.

Art. 15. Os piscicultores terão um prazo de 12 meses para requerer a regularização de seus viveiros de produção de peixes junto ao órgão ambiental.

Art. 16. A Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina em conjunto com as organizações de piscicultores, poderão desenvolver ações educativas que auxiliem a indicação de alternativas para agilização da regularização destes viveiros visando a redução dos custos.

Art. 17. A introdução de espécies exóticas nas unidades hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina só poderá ser efetuada após aprovação pelo IBAMA, observado o disposto na Portaria nº 145/98 - IBAMA.

Art. 18. Para a implantação de novos viveiros de produção de peixes deverá ser levado em consideração a legislação atual referente aos aspectos relacionados às áreas de preservação permanente e a Lei Federal 11.428 de 22/12/2006, do Bioma Mata Atlântica.

Parágrafo único. Os projetos submetidos ao licenciamento e aprovados pelo órgão ambiental deverão ser implantados num prazo de até 24 meses, após a aprovação, sob pena de serem cancelados e arquivados.

Art. 19. A atividade de piscicultura em sistema de tanques-rede em águas interiores, baías, estuária de domínio do Estado de Santa Catarina, será permitida desde que obedeçam as exigências que constam nas Instruções Normativas Interministerial Nº 6, de 31 de maio de 2004, anexos 1 e 2., e Nº 07, de 28 de abril de 2005.

§ 1º São consideradas para fins de Licenciamento Ambiental as águas classificadas como doce, salobra e salgada.

§ 2º Após a aprovação e encaminhamento do projeto pela Secretária Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, para órgão ambiental competente.

Art. 20. Para empreendimentos que visam, basicamente, a exploração familiar como alternativa de renda, após avaliação técnica e legal, o órgão ambiental competente, fornecerá uma autorização ambiental, com tempo de validade definitiva, mesmo que atividade já esteja implantada.

Art. 21. Os sistemas de cultivo que envolva a ocupação de águas públicas, com volume de tanques-rede superior a 300 m³, será solicitados do empreendedor: Licença prévia, Licença de Instalação e Operação, a serem analisadas pelo órgão ambiental competente observando as determinações citadas no artigo 4º, § 4, incisos I e II da instrução Normativa nº 6 de 31 de maio de 2004, anexos 1 e 2 da Portaria Interministerial da SECRETARIA ESPÉCIAL DE PESCA E AQUICULTURA - SEAPPR.

Parágrafo único. Os cultivos de peixes localizados em águas estuárias e marinhas serão submetidos ao processo de Licenciamento Ambiental. O critério de classificação do empreendimento dependerá de análise técnica do projeto.

Art. 22. O órgão ambiental competente determinará, para fins de controle e monitoramento, o Estudo da Capacidade Suporte de acordo com as características do ambiente e critérios por ele determinados.

Parágrafo Único. Os empreendimentos deverão apresentar proposta de controle e mitigação dos possíveis impactos.

Art. 23. Dos critérios:

a) Qualidade da água - deve ser monitorada, principalmente quando o cultivo for super-intensivo, bem como, quando o empreendimento localizar-se em braços ou meandros existentes nos reservatórios, (Resolução CONAMA no 357/05);

b) Deverá ser observada a Legislação Específica, sobre a introdução de espécies exóticas não estabelecidas e que não apareçam na pesca comercial no ambiente;

c) Deverá ser avaliado o mecanismo de engenharia que evite a fuga de peixes para o ambiente natural;

d) Contaminação de espécies locais por parasitos de espécies cultivadas

I - As espécies a serem cultivadas devem ser ter origem de estações de pisciculturas credenciadas, livres de doenças parasitárias e patogênicas:

a) Deverá ser observado o zoneamento estratégico de cada reservatório, respeitando os usos múltiplos do mesmo com relação a outras atividades, principalmente relacionadas à navegação e lazer etc.

Art. 24. A licença para a captura de reprodutores e matrizes no ambiente natural deverá ser solicitada à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, por piscicultores devidamente licenciados para este fim mediante requerimento do interessado em modelos próprios.

Art. 25 A validade das licenças de pisciculturas seguirá os seguintes prazos máximos de duração:

- I - Licença Prévia: validade 5 (cinco) anos;
- II - Licença Instalação: validade de 5 (cinco) anos;
- III - Licença de Operação: validade 5 (cinco) anos.

Art. 26. As autorizações de despesca somente serão emitidas aos empreendimentos devidamente licenciados.

Art. 27. A Fundação do Meio Ambiente - FATMA poderá delegar a órgãos estaduais e municipais, mediante convênio, o controle sobre o transporte de produtos oriundos da piscicultura no Estado de Santa Catarina.

Art. 28. O transporte dos produtos oriundos da piscicultura obedecerá à regulamentação oficial do Serviço de Defesa Sanitária Animal do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO VI

DOS IMPACTOS AO MEIO AMBIENTE E DAS PENALIDADES

Art. 29. Constituem infrações ambientais punidas na forma do regulamento:

I - a introdução de espécies não autóctones, com comprovada alteração da frequência natural de ocorrência e a base genética das populações nativas, afetando a sobrevivência das espécies da bacia hidrográfica;

II - a introdução de doenças e parasitas oriundos de outras bacias hidrográficas ou pisciculturas no ambiente natural;

III - a alteração significativa da qualidade dos corpos d'águas receptores dos efluentes oriundos das pisciculturas.

Parágrafo único. A responsabilização administrativa do empreendedor, pessoa física ou jurídica, que por ação ou omissão, degradar o meio ambiente, não exclui a sua obrigação de reparar o dano causado.

CAPÍTULO VII

DOS INCENTIVOS E PROTEÇÃO À PISCICULTURA

Art. 30. A piscicultura que cumprir as determinações desta lei será declarada atividade zootécnica e econômica.

Art. 31. A piscicultura será considerada de interesse ambiental se ela estiver enquadrada no artigo anterior e contribuir em pelo menos uma das seguintes formas:

I - aliviar a pressão de pesca pela oferta constante de produtos de piscicultura;

II - reduzir os danos ambientais causados na captura de iscas aquáticas na natureza pela oferta destas espécies provenientes de pisciculturas;

III - incentivar a pesca esportiva, de lazer, recreativa, turística ou comercial em pesqueiros artificiais do tipo pesque-pague;

IV - reconstituir ambientes degradados por ação nociva ao meio ambiente.

Art. 32. Todos os produtos de piscicultura, conforme descrito no Capítulo III, não estão incluídos nas limitações legais pertinentes à pesca amadora ou comercial, quais sejam:

- I - tamanho mínimo;
- II - período de defeso;
- III - local de reprodução;
- IV - forma de captura;
- V - limite de quantidade.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. A presente lei será regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 34. Os empreendimentos de piscicultura que atualmente estejam em atividade e fora dos parâmetros desta lei deverão adequar-se ao disposto da mesma em até 30 (trinta) meses contados de sua vigência.

Art. 35. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias, mediante edição de decreto.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente
Sessão de 29/08/09

Justificativa

A proteína, oriunda do consumo de pescado, é uma das bases essenciais da alimentação do homem.

A carne de pescado, além de rica em proteínas, tem grande quantidade de minerais, entre eles o cálcio, o fósforo, o iodo e o cobalto. Além disto, é também fonte das vitaminas A, D e B, e possui menos gordura do que a carne vermelha e o frango, o que faz com que sua digestão seja mais rápida.

Algumas espécies de peixes são ricas em ômega-3, diminuindo os riscos de doenças cardíacas, aterosclerose (endurecimento das artérias) e ajuda nas inflamações, contribuindo ainda no desenvolvimento cerebral e na regeneração das células nervosas. Por agir nas células nervosas, o ômega-3, ainda pode ajudar no tratamento da depressão e da ansiedade, nos problemas de sono, no tratamento da pressão alta, na coagulação do sangue, no alívio das dores causadas pela artrite reumatóide e na proteção da pele contra raios ultravioleta.

Por isso, o peixe é um excelente alimento para o desenvolvimento escolar de crianças e adolescentes e não pode faltar na alimentação dos idosos, já que diminui o risco de desenvolvimento do mal de Alzheimer, demência e cansaço mental.

Além de suas propriedades na alimentação humana a produção de pescado constitui numa importante cadeia produtiva mundial. Segundo a FAO, a produção mundial de pescado atingiu em 2006 a cifra de 143,65 milhões de toneladas. O comércio internacional de pescados movimentou mais de US\$ 50 bilhões anuais e é um dos maiores mercados internacionais dentre os produtos do agronegócio.

Santa Catarina é o principal estado produtor de pescado do país (quadro 1). Segundo o IBAMA, em sua estatística de 2005, o Estado catarinense responde por quase 152 mil toneladas das pouco mais de 1 milhão de toneladas que o país produz anualmente. Na sequência estão o Pará, com cerca de 147 mil toneladas, e a Bahia, com uma produção próxima de 78 mil toneladas.

Quadro 1

Principais estados em produção pesqueira em 2005



Fonte: IBAMA.

O desempenho catarinense é sustentado, principalmente, pela pesca extrativa marinha (quadro 2) que, das 152 mil toneladas produzidas em 2005, colaborou com mais de 115 mil toneladas. A pesca continental respondeu com apenas 582 toneladas, a aquicultura marinha por 16,9 toneladas e a aquicultura continental com 19,1 toneladas.

Quadro 2

TIPOS	PRODUÇÃO (TONELADAS)		
	SC	BR	%SC/BR
PESCA EXTRATIVA	115.059,5	507.858,5	22,66
MARINHA			
Peixes	109.143,0	434.114,0	25,14
Crustáceos	4.256,0	60.292,0	7,06
Moluscos	1.660,5	13.452,5	12,34
PESCA EXTRATIVA CONTINENTAL	582,0	243.434,5	0,24
Peixes	582,0	238.192,5	0,24
Crustáceos	0,0	5.242,0	0,00
Moluscos	0,0	0,0	0,00
AQUICULTURA MARINHA	16.902,0	78.034,0	21,66
Peixes	0,0	0,0	0,00
Crustáceos	2.726,5	63.133,5	4,32
Moluscos	14.175,5	14.900,5	95,13
AQUICULTURA CONTINENTAL	19.133,5	179.746,0	10,64
Peixes	19.133,5	178.746,5	10,70
Crustáceos	0,0	370,0	0,00
Moluscos	0,0	0,0	0,00
Anfíbios	0,0	629,5	0,00
TOTAL	151.677,0	1.009.073,0	15,03

Estatística da pesca 2005 - Santa Catarina - IBAMA

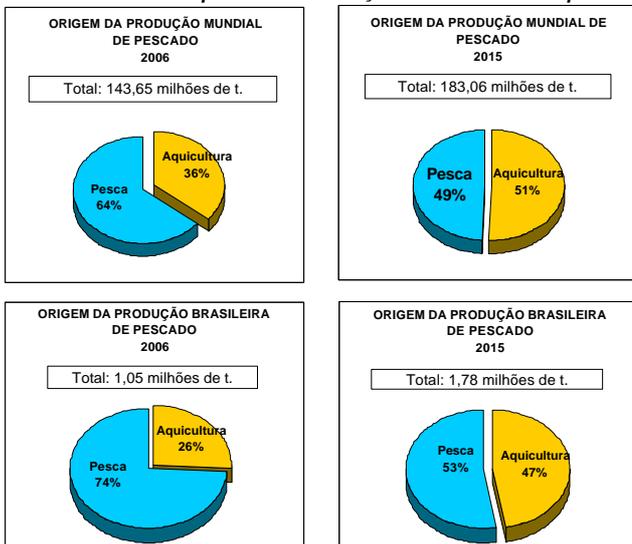
A aquicultura marinha catarinense, mesmo sendo significativa, tem participação na produção total de pescado do estado abaixo da média nacional. A aquicultura marinha compõe 25,5% do total da produção de pescado no país. Em SC este índice é de 23,8% o que coloca o Estado na terceira posição nacional, ficando atrás do Rio Grande do Norte e do Ceará. Na comparação com os dois estados vizinhos da região sul a relação é ainda mais distante: no Rio Grande do Sul a aquicultura responde por 36,1% da produção total de pescados e no Paraná por 86,5%.

Quando analisamos os dados da produção de pescado pela modalidade da Piscicultura Continental, vemos o estado de Santa Catarina em uma posição bastante modesta. Enquanto a produção aquícola marinha catarinense representa 21,66% da produção nacional, a piscicultura continental representa apenas 10,7 da produção nacional (em SC, 100% da produção aquícola continental é oriunda da piscicultura). Outro dado a ser observado na aquícultura é a proporção entre a produção em águas marinhas e águas continentais. No país a relação da aquícultura marinha versus a aquícultura continental é da ordem de 30% contra 70%, já em SC esta relação é de 47% contra 53%.

Estudos feitos pela FAO (quadro 3) mostram que a evolução da produção mundial de pescado sustenta-se pelo crescimento da aquícultura que, em 2006, representava 36% da produção total de pescados no mundo. Para o ano de 2015 a FAO estima que a atividade responda por 51% da produção.

Quadro 3

Mundo e Brasil: Perspectiva da Produção da Pesca e da Aquícultura



Tendência semelhante se apresenta no Brasil. Apesar da participação da aquícultura na produção de pescado ser menor (25,5% x 36%), seu crescimento é mais acelerado (13,4% x 6,8%). A taxa de crescimento da produção aquícola brasileira é de 4,1% ao ano, superior à taxa média mundial que é de 1,8%. Para o ano de 2015 estima-se que a relação entre produção extrativa e aquícola esteja praticamente equilibrada no país (53% x 47%).

Para que Santa Catarina esteja bem posicionada dentro deste novo cenário, para a produção de pescado no País e no mundo, é necessário que o parlamento catarinense prepare as condições para o desenvolvimento da aquícultura continental em nosso estado, particularmente na piscicultura.

Portanto, o desiderato deste Projeto de Lei, que ora apresentamos, consiste na adequação de medidas necessárias a uma realidade socialmente promissora e economicamente produtiva. Afinal, é imprescindível esta providência legiferante, em consonância com as nossas condições climáticas e geográficas, oportunizadas à base tecnológica e à capacidade produtiva de nossos aquícultores e agricultores, possibilitando o pleno desenvolvimento do setor. Somente uma moderna e adequada legislação, ambientalmente e socioeconomicamente sustentável, possibilitará o grande salto que transformará o estado, que hoje já é líder na produção nacional de pescado, num importante produtor de peixes em águas continentais.

Pelas razões aqui expostas, que certamente serão corroboradas por Vossas Excelências e acrescentadas proveitosamente no debate nesta Douta Casa, submeto aos nobres colegas parlamentares à apreciação da presente matéria, da qual solicito a aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 317/09

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATGA, de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi, com sede no município de Curitiba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposta que levo ao conhecimento dos Senhores Deputados visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural Tânia Maria Gava Gaboardi - ATGA, de Curitiba.

Trata-se de entidade sem fins econômicos, de caráter cultural e social, com a finalidade de promover, apoiar e desenvolver ações que visem à educação e ao estudo das artes objetivando o interesse de toda a coletividade.

Assim, para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, é necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, solicito aos nobres Pares o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 318/09

Declara de utilidade pública a Associação Moradores e Amigos do Jardim Edilene, com sede no município de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Edilene, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Edilene-Amoje, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar atividades de associações de defesa de direitos sociais, promover oportunidades e/ou acesso a cursos de qualificação educacional e profissional, aos seus associados de qualquer categoria profissional, representando-os perante os poderes constituídos.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, é necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 319/09

Declara de utilidade pública o Clube do Bagaço, de Campo Alegre.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube do Bagaço, com sede no município de Campo Alegre.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

O Clube do Bagaço, com sede no município de Campo Alegre, que pretende ser reconhecido de utilidade pública estadual, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover eventos culturais, atividades sociais, esportivas e recreativas, estimulando o espírito de solidariedade e cooperação entre seus associados, orientando movimentos pelo bem da comunidade em geral e colaborando com os órgãos públicos em tudo o que vier melhorar os interesses do Município, em todas as áreas.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, é necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 320/09

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames clínicos para a prática de educação física nas escolas estaduais, e dá outras providências."

Art. 1º A frequência e participação dos alunos da educação básica, da rede pública estadual de ensino, nas aulas da disciplina de educação física, desportiva e recreativa, obrigatoriamente, serão precedidas da realização de exames médicos clínicos, no início de cada ano letivo.

Art. 2º Os exames, de que trata o artigo 1º, desta lei, serão realizados por médicos da rede pública de saúde.

§1º - Se verificada anormalidade orgânica, o médico que realizar os exames prescreverá o regime de atividades apropriadas ao aluno examinado;

§2º - Constatada a existência de anormalidade que demanda tratamento e ou acompanhamento especializado, o médico responsável pelo exame encaminhará o aluno para uma unidade básica ou hospitalar, da rede pública de saúde.

Art. 3º Para garantir o número de profissionais médicos necessários ao efetivo cumprimento do disposto nesta lei, o Estado poderá firmar convênios, acordos e outros ajustes correlatos, com os outros entes federados.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes em cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Lider da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96) dispõe para a Educação Básica:

"Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

(...)

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, (...)." (grifei)

Não há dúvida quanto à importância da Educação Física na formação de crianças e adolescentes. Há muito está consensuado que o esporte e as atividades físicas, no âmbito escolar, enquanto práticas pedagógicas, contribuem de forma significativa para um desenvolvimento integral dos educandos, ajuda-os no desenvolvimento de suas habilidades psico-motoras, em seu equilíbrio emocional, além de contribuir na formação de seu caráter, despertar o espírito de iniciativa e de responsabilidade, ademais de favorecer sua socialização.

No contexto escolar, sabe-se, também, que a prática do desporto e a realização de outras atividades físicas de caráter contínuo e sistemático levam os educandos a atuar e participar de experiências individuais e coletivas que lhes oportunizam se conhecerem melhor, se expressarem fisicamente e se superarem em relação a algumas limitações. Portanto, é tarefa da Educação Física escolar garantir que todos os alunos desenvolvam suas potencialidades, em busca do exercício pleno da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Contudo, algumas mazelas da moderna sociedade de consumo, tais como, a adoção de hábitos alimentares baseados no que

convencionamos chamar de "fast food"; o aproveitamento de cada centímetro quadrado das áreas urbanas pela construção civil, destruindo os espaços outrora utilizados para atividades físicas e de lazer; o acesso às diferentes formas de ocupação e diversão ofertadas pela rede mundial de computadores e pelos jogos eletrônicos, tudo isso, vem formando uma nova geração de indivíduos, por um lado, mais e mais ensimesmada, por outro, com seu desenvolvimento físico e motor comprometido pela diminuição, quando não ausência, de atividades físicas indispensáveis ao respectivo desenvolvimento bio-motor. Crianças e adolescentes, com graves problemas de bio-psico-motricidade, com obesidade mórbida e ou problemas cardiovasculares, já não é nenhuma novidade.

Outrossim, não se pode olvidar que os diferentes governos vem empreendendo um esforço para integrar aos sistemas regulares de ensino os educandos portadores de necessidades especiais.

O perfil bio-psico-motor adquirido por crianças e adolescentes em razão das situações típicas da presente realidade sócio-econômica, assim como, o esforço de incluir, nos sistemas regulares de ensino, os alunos com necessidades especiais, impõe à disciplina de Educação Física uma série de novas demandas, inclusive, de práticas físicas e desportivas diferenciadas, quando não especiais, para uns e outros.

Nesse contexto, nas escolas da rede pública, torna-se inquestionável a necessidade de submeter os educandos a realização de exames médicos periódicos e prévios à realização de qualquer atividade física e ou desportiva como modo de identificar a capacidade, a limitação e o tipo de procedimento que se deve dispensar a cada um.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2009.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 321/09

"Dispõe sobre a realização de exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos em alunos da rede estadual de ensino, e dá outras providências."

Art. 1º Nos meses de março e agosto de cada ano, a rede pública estadual de ensino, oferecerá exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos com o propósito de submeter os alunos regularmente matriculados no sistema a exames capazes de detectar eventuais deficiências visuais e auditivas.

Art. 2º Os exames, de que trata o artigo 1º, desta lei, serão realizados por profissionais médicos disponibilizados pela rede pública de saúde.

§1º Verificada a existência de anormalidade na visão e ou na audição do educando, o médico prescreverá os procedimentos e as providências que devam ser adotadas para assegurar plenas condições de aprendizagem;

§2º Constatada a existência de anormalidade que demanda tratamento e ou acompanhamento especializado, o médico encaminhará o aluno para uma unidade básica ou hospitalar, da rede pública de saúde.

§ 3º Comprovada a necessidade de uso de dispositivos capazes de compensar as eventuais deficiências visuais e ou auditivas, o Estado fornecerá ao educando o equipamento indispensável.

Art. 3º Para garantir o número de profissionais médicos e os instrumentos necessários para o efetivo cumprimento do disposto nesta lei, o Estado poderá firmar convênios, acordos e outros ajustes correlatos, com outros entes federados.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes em cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2009.

Deputado Sargento Amauri Soares

Lider da Bancada do PDT

Lido no Expediente

Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

De acordo com texto publicado na Revista Brasileira de Oftalmologia (Vol. 66, Nº 5, Rio de Janeiro/RJ, Setembro/Outubro, 2007):

"A visão é responsável pela maioria das impressões sobre o mundo e das memórias dele, sendo também essencial para o aprendizado intelectual, e pela maior parte da informação sensorial que recebemos do meio externo. A integridade desse meio de percepção é indispensável para o ensino da criança. Com o ingresso na escola, passamos a desenvolver mais intensamente as atividades intelectuais e sociais, diretamente associadas às capacidades psicomotoras e visuais.

A Organização Mundial da Saúde estima que 45 milhões de pessoas são cegas e ao menos 135 milhões têm incapacidade visual (...). Entretanto, 80% dessas baixas visuais são preveníveis ou tratáveis. Projeções estimam que esses números se elevarão a 75 milhões de cegos e 200 milhões de deficientes visuais no ano de 2020 a menos que sejam tomadas ações coordenadas urgentes.

Essa situação se agrava ainda mais nos países em desenvolvimento, que concentram 90% das pessoas afetadas pela cegueira e visão subnormal, trazendo profundas conseqüências humanas e socioeconômicas.

Estudos recentes confirmam a existência de grande número de casos de refrações incorretas, sendo constatado que intervenções corretivas são custo-efetivas e afetam positivamente o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida.

A quase totalidade das crianças em idade escolar nunca passou por exame oftalmológico. Estima-se que 10% dessas crianças necessitam de óculos e 10% apresentam outro problema oftalmológico.

Segundo dados do Ministério da Educação, anualmente matriculam-se no país cerca de 5.800.000 crianças na 1ª série da educação básica (em escolas públicas), sendo que em cada 1.000 escolares, 100 são portadores de erros de refração necessitando de correção (hipermetropia, principalmente; astigmatismo e miopia).

A investigação da prevalência das causas de disfunção visual permite um melhor planejamento de programas oftalmológicos preventivos. A identificação precoce dos problemas oculares na criança, como os erros de refração e o estrabismo, contribui para a prevenção dos danos permanentes à visão binocular. Além disso, o retardo no atendimento às crianças é particularmente danoso pelo atraso ou mesmo déficit irreversível que a criança deficiente visual pode sofrer não sendo estimulada, educada e ou reabilitada precocemente.

Ademais, é imprescindível a implementação de programas públicos de saúde ocular para reduzir as conseqüências negativas da prevalência de baixa acuidade visual, uma vez que há falhas no diagnóstico precoce, evidenciada pela alta prevalência observada em escolares não usuários de óculos, sendo, também, constatadas falhas na continuidade da assistência oftalmológica. A identificação de problemas visuais em escolares, dessa forma, é uma abordagem que visa impedir a evolução de uma doença e melhorar o aprendizado e o aproveitamento escolar."

Quanto a deficiência auditiva, em texto transcrito da Revista Brasileira de Otorrinolaringologia (Vol. 69, Nº 2, São Paulo/SP, Março/Abril, 2003), encontramos as seguintes considerações:

"A deficiência auditiva na infância apresenta uma prevalência mundial de 1,5/1000 nascidos vivos, com variação de 0,8 a 2/1000. Pode ser classificada em sensorineural, condutiva ou mista; uni ou bilateral; simétrica ou assimétrica; síndromica ou não-síndromica; congênita, peri ou pós-natal; genética ou não-genética; pré-lingual, peri-lingual ou pós-lingual. De acordo com o Bureau International D'Audiophonologie (BIAP), classifica-se a perda auditiva em leve, moderada e profunda.

A identificação e reabilitação precoces são essenciais para o desenvolvimento da fala, da linguagem e outras funções cognitivas durante a idade escolar. Além disso, pesquisas mostram a existência de um período crítico nos primeiros anos de vida para a aquisição da fala. A ausência de estimulação auditiva adequada na infância pode impedir o total desenvolvimento e amadurecimento das vias auditivas centrais e, por óbvio, de todas as habilidades e potencialidades cognitivas do educando".

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2009.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 322/09

Dispõe sobre a prioridade de tramitação aos processos e procedimentos administrativos em que figure como parte ou interveniente as pessoas que especifica.

Art. 1º Os processos e procedimentos administrativos, no âmbito da administração pública direta e indireta, compreendidas como sendo as fundações públicas, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as autarquias, que tenham como parte ou interveniente as pessoas abaixo relacionadas, terão prioridade de tramitação:

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental;

III - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo.

Art. 2º O interessado na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa em que se encontra vinculado o processo.

Parágrafo Único. A prova de idade poderá ser feita por qualquer documento hábil como: carteira de identidade, carteira de habilitação, certidão de nascimento, certidão de casamento, carteira profissional, dentre outros, e as demais provas através de atestado médico.

Art. 3º Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge superstite, companheiro ou companheira, em união estável.

Art. 4º Os processos de que trata a presente Lei deverão receber identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Lei nº 12.205, de 25 de abril de 2002.

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposta encontra amparo no art. 39, XII, da Constituição do Estado e, com efeito, visa adequar a legislação estadual às normas recentemente editadas pelo Governo Federal, em especial as Leis Federais nº 10741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, e a Lei Federal nº 12.008, publicada em 29 de Julho de 2009 e que, por sua vez, traz alterações à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, bem como a Lei Federal nº 5.869/73, conhecida como Código de Processo Civil Brasileiro.

Visa ainda, chamar a atenção para o prejuízo notório que a demora na tramitação dos processos pode causar às pessoas aqui favorecidas, como por exemplo àquelas que aguardam o recebimento de valores, indenizações ou reparações, que muitas vezes só chegam a tempo de satisfazer os sucessores da verdadeira vítima, sucessores estes que, quando muito, somente indiretamente sofreram pelo ato ensejador da reparação. Os verdadeiros atingidos só vêem reconhecidos seus direitos quando já não estão mais presentes para desfrutá-los. Melhor dizendo: não vêem reconhecidos seus direitos.

Com estas ponderações, proponho a Vossas Excelências o presente projeto e, diante do grande alcance social do mesmo, peço o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 323/09

Declara de utilidade pública a Associação Empresarial de Navegantes - Acin, com sede no município de Navegantes.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Empresarial de Navegantes - Acin, com sede no município de Navegantes.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;
II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Adherbal Deba Cabral

Lido no Expediente
Sessão de 20/08/09

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados à sociedade navegantiva, comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, prestando serviços e servindo de pólo gerador de idéias, conforme se pode avaliar da documentação em apenso, de acordo com exigências da Lei Estadual n. 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Assim sendo, solicito aos nobres Deputados, o reconhecimento de utilidade pública à presente entidade, assegurando-lhe todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Sala das Sessões,

*** X X X ***